



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NUCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

MAYARA LIMEIRA FREIRE

**ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NOS CENTROS DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

JOÃO PESSOA

2012

MAYARA LIMEIRA FREIRE

**ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NOS CENTROS DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fatima Pereira Alberto, como requisito para obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

JOÃO PESSOA

2012

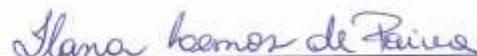
ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NOS CENTROS DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

MAYARA LIMEIRA FREIRE

Banca Avaliadora:



Profª Drª Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB – Orientadora)



Profª Drª Ilana Lemos de Paiva (UFRN – membro Externo)



Prof. Dr. Paulo César Zamboni de Souza (UFPB – membro Interno)

João Pessoa, 29 fevereiro de 2012

Dedico esta dissertação aos profissionais de Psicologia, que atuam na construção de um novo caminho, uma nova visão pautada no compromisso social.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”.

Chico Xavier

Agradecimentos

A Deus e a sua espiritualidade amiga, na iluminação do meu caminho.

À minha querida mãe, Emília, pelo amor, dedicação, incentivo e exemplo diário de como ser uma ótima pesquisadora e de que sempre podemos conseguir o nosso melhor. Obrigada por caminhar sempre ao meu lado.

A Ivo, meu melhor amigo e meu amor, obrigada pelo apoio e pela compreensão em todos os momentos que precisei dela. Você é meu porto seguro.

À minha Orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria de Fatima Pereira Alberto, pelo seu exemplo diário, pautado no compromisso social e na ética. Obrigada pelo apoio e carinho em cada encontro. Construir esta dissertação, ao seu lado, possibilitou-me acreditar que a efetivação da garantia de direitos é possível, a partir de uma atuação ativa, política e implicada com o campo social.

Ao NUPEDIA, com todos, aprendi o valor de uma equipe. Obrigada pelo carinho e companheirismo nas horas que precisei. Em especial, gostaria de agradecer a Wilson e Fernanda que, de maneira tão especial, participaram comigo desta caminhada. Ganhei mais do que tudo: amigos. A Thais, Joana e Denise, por todo apoio e atenção que tiveram comigo, partilhando sempre seus conhecimentos de maneira tão atenciosa e prestativa. A

Rafaela, pela ajuda mais do que necessária com a coleta de dados, obrigada pelo acolhimento e pelo apoio. Aos demais “nupedianos”, pelas palavras de incentivo e carinho.

Aos meus amigos queridos, vocês são extremamente importantes para mim. Em especial a minha amiga-irmã **Rafaela** que, com toda sua doçura, acompanhou-me em todos os momentos desta trajetória, vibrando e me tranquilizando na hora certa. Obrigada por tudo.

Aos meus familiares, pelo apoio e carinho.

A minha turma da Pós-graduação, Fernanda, Wilson, Karla, Claudia, Suellem, Talita, e Yonara, a trajetória ficou ainda mais linda com a presença de vocês. Passamos por muitos desafios, mas vencemos todos juntos, o apoio foi fundamental.

Ao Prof. Dr. Paulo César Zambroni, pelo apoio, através das suas considerações importantes acerca do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia, pelo aprendizado e partilha do conhecimento.

A Laerte, meu querido amigo, pelo apoio e carinho nos momentos que precisei.

Aos profissionais de Psicologia que participaram deste estudo, muito obrigada. Somente através de todos vocês, este estudo foi possível. Caminhemos juntos na construção de uma Psicologia refletida em ética e compromisso na efetivação dos direitos.

Resumo

O objetivo da presente dissertação é analisar como se dá a atuação do profissional de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos Centros Especializados em Assistência Social (CREAS) regionais do Estado da Paraíba. Destarte, fez-se uso do referencial teórico, expressos nas seguintes categorias: *consciência*, *subjetividade* e *mediação*, compreendidas a partir da perspectiva histórico-cultural; a *concepção de política pública*, entendida mediante as estruturas elementares de uma política; e referenciais sobre a atuação do psicólogo, compreendida pelo compromisso social e do novo campo de atuação nas políticas públicas. Quanto ao percurso metodológico, a pesquisa de campo ocorreu no Estado da Paraíba. Participaram do estudo 11 profissionais de Psicologia, na faixa etária de 25 a 65 anos. Utilizou-se, como instrumento, a entrevista semi-estruturada e para análise, o *software* ALCESTE. Este programa possibilita, a partir de uma análise quantitativa dos elementos verbais das entrevistas, a compreensão das palavras mais significativas no *corpus*, diante da análise lexical, pelo radical das palavras, dentro do contexto em que aparecem no discurso. Desse modo, obtiveram-se oito blocos de análise, os quais foram dispostos pelos Dendogramas de Classificação Hierárquica Descendente, gerando classes que representam visões de mundo dos sujeitos entrevistados. Os resultados obtidos mostraram que a atuação dos profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual, no que concerne às atividades desenvolvidas para o restabelecimento da proteção e direitos das crianças e adolescentes, fica dificultada, devido aos seguintes aspectos: insegurança, diante do fenômeno da violência sexual, devido a sua complexidade e pela falta de capacitação específica para trabalhar com violência, e com criança e adolescente; insegurança evidenciada pela impermanência no serviço; falta de articulação com a rede de proteção; e falta de um suporte organizacional adequado, para que os profissionais exerçam o seu papel no CREAS. A partir disso, compreendemos que as dificuldades demonstradas pelos profissionais, no que concerne a sua atuação, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, são consequências de vários aspectos que permeiam tanto a responsabilização do Estado, na viabilização de meios como suporte físico e organizacional, recursos, e capacitações especializadas para área de Políticas Públicas, voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, quanto a responsabilização de cada ator envolvido no processo, agindo de forma ativa, política e comprometida, com os aspectos sociais e subjetivos desse tipo de violência, construídos e produzidos sócio-historicamente.

Palavras-Chave: Atuação do profissional de Psicologia; CREAS; Política Pública; Violência Sexual; Crianças e Adolescentes.

Abstract

This dissertation aims at analyzing how the performance of psychologists is in fighting sexual violence against children and adolescents in the Centres of Expertise on Social Welfare – *Centros Especializados em Assistência Social (CREAS)* - in the regional state of Paraíba. Thus, it was used the theoretical framework, expressed in the following categories: consciousness, subjectivity and mediation, ranging from the historical-cultural perspective, the concept of public policy, understood by the elementary structures of a policy, and benchmarks on the performance of the psychologist, his social commitment and the new playing field in public policy. As for the methodological approach, the field research took place in the state of Paraíba. The study included 11 psychologists, aged 25-65 years. Semi-structured interviews were used as tools and, for further analysis, the Alceste software. This program allows, from a quantitative analysis of the verbal elements of the interviews, for the understanding of the most significant words in the *corpus*, by lexical analysis, through the radical words, within the context in which they appear in the speech. Thus, eight blocks of analysis were obtained, which were prepared by Descending Hierarchical Classification Dendograms, creating classes that represent world views of the interviewees. The obtained results showed that the performance of psychologists in confronting sexual violence, with respect to activities developed for the protection and restoration of children's and adolescents' rights, is impaired due to: uncertainty, before the phenomenon of sexual violence, due to its complexity and lack of specific training for working with violence, and child and adolescent; insecurity evidenced by in-service impermanence, lack of coordination with the safety net, and a lack of adequate organizational support so that professionals can exercise their role in *CREAS*. From this, we understand that the difficulties experienced by psychologists regarding their role in confronting sexual violence against children and adolescents, are consequences of various aspects which permeate both the accountability of the state, the viability of such means as physical support and organizational resources and specialized training to the public policy field, aimed at fighting sexual violence against children and adolescents, as the responsibility of each actor involved in the process, working in an active, political and committed way to the social and subjective aspects of violence, built and socio-historically produced.

Keywords: Role of Psychologists; *CREAS*; Public Policy, Sexual Violence, Children and Adolescents.

Lista de siglas

ALCESTE - Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte

CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CEDECA - Centros de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CFESS – Conselho Federal de Assistência Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

ESC – Exploração Sexual Comercial

ESCCA - Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social

OIT – Organização Internacional de Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

PAEFI- Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro

PNAS - Plano Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviço a Comunidade

PSB – Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

PESTRAF – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial

SEDH – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UCI - Unidade de Contexto Inicial

UCE - Unidade de Contexto Elementar

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Lista de Figuras

Figura 1 – Dendograma 1 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	92
Figura 2 – Dendograma 2 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	99
Figura 3 – Dendograma 3 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	106
Figura 4 – Dendograma 4 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	112
Figura 5 – Dendograma 5 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	117
Figura 6 – Dendograma 6 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	123
Figura 7 – Dendograma 7 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	131
Figura 8 – Dendograma 8 – Distribuição das classes – Classificação Hierárquica Descendente.....	138

Lista de quadros

Quadro 1 - Conjuntos de temas e classes, obtidos por meio da CHD do Alceste	91
Quadro 2 - Descrição das variáveis das linhas de comando dos profissionais de psicologia do CREAS.....	185

Sumário

Introdução	16
Capítulo I - Violência Sexual e o seu Enfrentamento na Política de Assistência Social	24
1.1. Entendendo o Fenômeno da Violência Sexual	24
1.2. Os ordenamentos jurídicos: a garantia de direitos às crianças e adolescentes vitimizadas pela violência sexual	43
1.3. A Política Pública de Assistência Social como garantia de direitos às crianças e adolescentes vitimadas pela violência sexual	51
Capítulo II- Compreendendo a atuação do profissional de Psicologia a partir da consciência, subjetividade, mediação e da concepção de políticas públicas	56
2.1. Categorias Teóricas.....	56
2.2. Perspectiva Histórico-Cultural de Vigotski	57
2.2.1 Consciência.....	58
2.2.2	
Subjetividade.....	61
2.2.3 Mediação.....	63
2.3 Concepção de Política Pública.....	64
2.4. Psicologia e Políticas Públicas: o compromisso social e o novo campo de atuação do psicólogo.....	70
Capítulo III - Percurso Metodológico	79
3.1. Lócus e participantes	80
3.2. Amostra	81
3.3. Técnica e instrumento de coleta de dados	81
3.4. Procedimentos.....	83
3.5. Análise dos dados	84
Capítulo IV - Atuação dos profissionais de psicologia nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	89
4.1. Dados biosóciodemográficos	89
4.2. Blocos de Análise	90

<u>4.2.1. Atuação do profissional de Psicologia no atendimento à crianças vítimas de violência sexual</u>	91
<u>4.2.2. Atuação do profissional de Psicologia no atendimento à adolescentes vítimas de violência sexual</u>	98
<u>4.2.3. Procedimentos desenvolvidos pelo profissional de Psicologia diante do abuso sexual</u>	105
<u>4.2.4. Procedimentos desenvolvidos pelo profissional de Psicologia diante da Exploração Sexual</u>	111
4.2.5. Determinação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o profissional de psicologia desenvolver no CREAS no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	117
4.2.6. Suporte Organizacional.....	122
4.2.7. Sentimentos dos profissionais de Psicologia quanto ao atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.....	130
4.2.8. Contribuição dos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual.....	137
<u>4.3 Discussão</u>	142
Considerações Finais	159
Referências	165
Apêndices	180
Apêndice A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	181
Apêndice B — Roteiro de Entrevista.....	183
Apêndice C — Descrição das linha de comando.....	185
Anexos	186
Anexo A — Certidão de autorização do Comitê de Ética para a realização da pesquisa.....	187
Anexo B — Termo de Anuência à Instituição.....	188

Introdução

A violência sexual é considerada como um dos mais graves problemas de saúde pública (Organização Mundial da Saúde [OMS] (2003). No que tange aos índices de violência sexual, no âmbito nacional, destacam-se aqueles relacionados às denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de acordo com os dados do relatório apresentado pelo Disque Denúncia Nacional, no período de Janeiro a Julho de 2010. Tais dados totalizaram um número de 16.348,00 denúncias de todo país, sendo a região Nordeste a que mais ofereceu denúncias ao serviço, perfazendo o total de 6.036 (37%) para cada grupo de 100,00 habitantes (Brasil, 2010). Um ponto alarmante refere-se aos dados do Disque Denúncia do mês de janeiro de 2011, os quais obtiveram crescimento com 3.440,00 denúncias em relação ao mês de dezembro de 2010 com 2.302,00 (Brasil, 2011).

Um outro aspecto importante nestes dados: é que todos refletem as denúncias que foram recebidas. Contudo, a partir de alguns estudos, entre eles: (Alberto, Silva, Gomes, Araújo & Oliveira, 2009; Forward & Buck, 1989; Habigzang & Caminha, 2004; Leal & Leal, 2002; Pfeiffer & Salvagni, 2005), observa-se que a concretização da denúncia em si é um aspecto complexo devido às nuances da violência sexual. Ou seja, o número de casos reais de violência sexual não condiz em sua totalidade com o número de denúncias; estes podem ser mais elevados.

A motivação para a realização deste estudo surgiu a partir da experiência que obtivemos como psicóloga do (CREAS), no setor de Proteção Social Especial (PSE), da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), em João Pessoa. Durante esta experiência, tive a oportunidade de desenvolver atividades com a equipe de PSE,

tais como: organização de capacitações de profissionais para os CREAS, inclusive psicólogos, e de conselheiros tutelares da Paraíba; participação em grupos de discussão sobre a Política de Proteção Social e em conferências acerca dos direitos da criança e do adolescente e da pró-convivência familiar e comunitária; reuniões direcionadas para a elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual. Este estudo configura-se num campo de interesse do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA), por abordar a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, e atuações de profissionais em políticas públicas voltadas a sujeitos em situação de risco pessoal e social. Estas experiências possibilitaram-nos a expansão de conhecimentos relacionados com a temática da violência contra crianças e adolescentes e com a da atuação do psicólogo em prol desta clientela da população.

Outro ponto de interesse diz respeito à relevância de se estudar a temática devido aos altos índices encontrados nos âmbitos nacional e mundial. Esta realidade suscitou o interesse em desenvolver este estudo, com o intuito de colaborar para a intervenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes junto aos profissionais especializados.

No tocante aos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes a nível nacional pode-se observar que a realidade do Nordeste se configura como a região que mais possui denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Para se exemplificar esta situação, podem ser citados os índices de exploração sexual de crianças e adolescentes, apresentados em estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2006, em quatorze Estados das cinco regiões do país. A referida pesquisa demonstrou que as crianças e adolescentes que foram inseridos mais cedo na exploração sexual comercial, (na faixa etária entre os sete

e os doze anos), apresentaram maior concentração em cotejo as de outras regiões do país, com 30,6% dos casos. Os dados empíricos deste estudo revelaram, também, que 38,1% das crianças e adolescentes entrevistadas declararam ter vivenciado experiências sexuais forçadas antes de completar os quatorze anos de idade, as quais, em sua maioria, foram praticadas por pessoas conhecidas, ou seja, por pessoas que residem no mesmo ambiente doméstico da vítima. Devido a isto, evidenciou-se, no referido estudo, uma baixa iniciativa de denúncia por parte das vítimas, relacionada a medo do agressor (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2006).

Outros dados mais atuais em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes são os do Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais 2009/2010, realizado pela Polícia Federal. No referido mapeamento, divulgou-se, no ano de 2010, relatório demonstrando ser o Nordeste a região brasileira que mais apresentou pontos de risco de exploração sexual, totalizando 545 pontos em relação às outras regiões do país. Dentre os Estados da referida região, a Paraíba apresentou vinte e 29 vulneráveis à exploração sexual nas rodovias que cortam o Estado, sendo 21 deles em áreas urbanas e os outros 8, na zona rural. Deste total, 11 são considerados críticos, 6 com alto nível de risco, 9 com nível médio e 3 de nível baixo (Silva, 2010).

Pode-se observar que em relação aos Estados do Nordeste, a Paraíba encontra-se no 15º lugar no *ranking* das denúncias de casos de violência sexual, sendo maiores as denúncias de violência sexual em meninas, com 378 casos (59%), do que em meninos, com 271 (41%) (Brasil, 2010).

Diante desses índices, enfatiza-se a viabilização, por parte do Estado, de Políticas Públicas e de profissionais especializados no atendimento às vítimas de violência sexual e suas famílias. Sendo assim, o CREAS, como uma unidade pública

estatal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui o pólo de referência, em todo o Brasil, responsável pela oferta de ações de orientação, proteção e acompanhamento psicossocial individualizado e sistemático às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco ou violação de direitos e adolescentes autores de ato infracional (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2009; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS], n.d.; Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social [NOB/SUAS], 2005).

Dessa forma, O CREAS é um serviço que se define pela atuação de uma equipe especializada que oferta atendimento multiprofissional, psicossocial e jurídico, cujos profissionais devem atuar no desenvolvimento de procedimentos e metodologias que contribuam para a efetividade da ação protetiva. Entre os profissionais que trabalham no serviço, estão o psicólogo, o assistente social, o advogado e o educador social, podendo variar a quantidade de acordo com a demanda de atendimento do município (CFP, 2009; MDS, n.d.; NOB/SUAS, 2005).

O psicólogo representa, dentro da política de assistência social, um dos principais profissionais de referência para a equipe, presente a todos os níveis de proteção social: o de proteção básica, com atuação nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); a proteção social especial de média complexidade, com atuação nos CREAS; e a de alta complexidade, com atuação nos serviços de acolhimento, instituições de longa permanência (MDS, n.d.; Norma Operacional Básica/Recursos Humanos [NOB/RH], 2007).

Desse modo, o profissional de Psicologia assume papel importante dentro da equipe multidisciplinar, nos serviços da Assistência Social. A NOB/RH recomenda que exista, pelo menos, um profissional de Psicologia atuando em cada um dos 6.763 CRAS

e dos 1.224 CREAS existentes no Brasil. O número de psicólogos em cada município vai depender do contexto e demanda deles (MDS, 2010b).

Dentre os 1.224 CREAS existentes no Brasil, o Estado da Paraíba possui 42 CREAS, sendo 20 regionais e 22 municipais. Os primeiros incluem os seguintes municípios: Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Caldas Brandão, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Ibiara, Itaporanga, Lagoa Seca, Lucena, Piancó, Prata, Salgado de São Félix, Santa Luzia, Santa Therezinha, Sapé, Souza e Uiraúna. Os segundos incluem: Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Conceição, Itaporanga, João Pessoa, Santa Rita, Monteiro, Patos, Catingueira, Cachoeira dos Índios, Desterro, Princesa Isabel, Pipirituba, Mamaguape, Taperoá, São Mamede, Conde, Alhandra, Pombal, Queimadas e Coremas (Paraíba, 2010).

Nesse sentido, o psicólogo situa-se como um dos principais profissionais a se inserir na rede de enfrentamento desse tipo de violência. No entanto, pelo fato de a atuação desse profissional, na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constituir-se uma conquista recente, podem-se encontrar algumas lacunas em sua formação no que se refere à escassez de espaços que possibilitem troca de experiências profissionais, de publicações, e qualificação que abordem a temática da violência sexual e a atuação do psicólogo nesse âmbito (Conselho Federal de Psicologia [CFP] & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2007b). Diante desta realidade, ressaltamos a importância de se explorar o que os psicólogos pensam a respeito de sua atuação e do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no CREAS.

A partir destas considerações, justifica-se a importância de estudos que possibilitem a discussão e a construção de propostas que possam contribuir para qualificar a atuação do psicólogo nesse âmbito específico. No caso particular deste

estudo, visamos contribuir para a compreensão da atuação do psicólogo vinculado aos CREAS regionais da Paraíba, no atendimento a crianças e adolescentes vitimizadas pela violência sexual.

A discussão em torno da atuação dos psicólogos, na área de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, configura-se como um aspecto importante, tendo em vista as dificuldades presentes à realidade deste novo campo de atuação, já discutidas ao longo desta introdução. Além disso, embora a violência sexual contra crianças e adolescentes seja tema bastante discutido na literatura, na Academia e na mídia, a atuação do psicólogo junto a esta clientela da população, no contexto do CREAS, particularmente, no âmbito da Paraíba, constitui tema que carece de mais estudos. Isto se deve ao fato de ser recente este serviço (com implementação ocorrida em 2006) e à ocorrência de mudanças, como a contratação de novos profissionais junto à equipe, após processo de seleção continuada ocorrido em 2009. Desse modo, apontamos a relevância teórica do estudo para pesquisas na área de Psicologia Social, por este abranger a atuação de psicólogos nas políticas públicas, o que representa um novo campo de atuação, como também a atuação deste diante do enfrentamento da violência sexual.

Diante do exposto, apresentamos as questões centrais que servirão para orientar o processo de investigação:

- Como o psicólogo desenvolve sua atuação profissional, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no CREAS?
- Qual a percepção do psicólogo sobre a sua atuação, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no CREAS?

Então, considerando a atualidade da discussão em torno do tema e percebendo a pertinência e a importância que essas indagações trazem para a compreensão do tema da

violência contra crianças e adolescentes e para o seu enfrentamento, no que diz respeito as políticas públicas no contexto da proteção social, a presente pesquisa pretendeu como objetivo geral: Analisar como se dá a atuação do profissional de Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nos CREAS regionais do Estado da Paraíba. Os objetivos específicos foram: Identificar os dados bio-sócio-demográficos do profissional de Psicologia que atuam nos CREAS regionais, no Estado da Paraíba; Caracterizar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais; Identificar, a partir dos profissionais, os procedimentos desenvolvidos pelo psicólogo na atenção psicossocial, voltados para a proteção, restabelecimento dos direitos e reparação da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar, a partir dos profissionais, as ferramentas disponibilizadas pelo suporte organizacional do CREAS para o desempenho das atividades do profissional de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar a percepção do profissional de Psicologia sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar os processos de subjetivação de que fazem uso os profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para normatizar esta dissertação foram utilizadas as normas da *American Psychological Association* (APA), nas versões: 2010 (organizada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná [PUC] e pela sexta edição do Manual publicado pela APA). Todavia, a fim de complementar a referida normatização, também foi utilizada a versão 2009 (adotada pela Universidade de São Paulo [USP]), tendo em vista que as normas atuais da APA são direcionadas para artigos científicos.

Os resultados da dissertação encontram-se estruturados em quatro capítulos. No primeiro capítulo expusemos a revisão de literatura acerca da violência sexual, abordando as suas características e implicações para a vida de crianças e adolescentes, a partir de um resgate histórico que perpassa as etapas da história do Brasil, desde o processo de colonização até a atualidade. Abordamos nesse capítulo a política de enfrentamento da violência sexual, apontando o processo de construção da Política Pública da Assistência Social como um novo ordenamento jurídico, e a política de garantia de direitos dentro da Proteção Social.

No segundo capítulo, procedemos à fundamentação teórica, que versa sobre os seguintes aspectos da temática em foco: a concepção de Política Pública; aspectos inerentes à Subjetividade, Mediação e Consciência tendo como base na perspectiva Histórico-Cultural de Vygotsky; e a Psicologia e Políticas Públicas: o compromisso social e o novo campo de atuação do psicólogo.

O terceiro capítulo é dedicado à descrição do percurso metodológico adotado nesta dissertação, nele apresentamos o delineamento da pesquisa quanto aos participantes, aos procedimentos utilizados para a coleta de dados, aos aspectos éticos, à técnica e instrumento de coleta de dados e à técnica de análise proposta para o estudo.

No quarto, apresentam-se os resultados e discussão. Nele estão descritos os oito blocos de análise realizados pelo *software* ALCESTE e, posteriormente discutidos a partir da revisão e fundamentação teórica proposta por este estudo.

Nas considerações finais abordamos a nossa compreensão sobre o fenômeno investigado (com base nos aspectos analisados nas entrevistas), e apontamos possibilidades para uma nova forma de pensar a atuação do profissional de Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no âmbito do CREAS e da contribuição para a Psicologia.

CAPÍTULO I

Violência Sexual e o seu enfrentamento na Política de Assistência Social

1.1 Entendendo o Fenômeno da Violência Sexual

A violência contra crianças e adolescentes, por estar inscrita num referencial cultural, representa um fenômeno escrito na história da humanidade, desde o processo de colonização portuguesa do Brasil, com a vinda das caravelas. As crianças e adolescentes de ambos os sexos eram submetidos às mais variadas formas de violência, entre elas o abuso sexual cometido pelos tripulantes das embarcações. Por se encontrarem em uma situação de extrema fragilidade em relação ao poder do adulto, elas silenciavam tal ato (Aded, Dalcin, Moraes & Cavalcanti, 2006; Ramos, 2000). Isso remete ao fato de as crianças só terem passado a representar um papel social de relevância a partir do final do século XVII. Antes disso, a infância não era representada, entendida ou valorizada; as crianças ou adolescentes eram tratados como homens de tamanho reduzido, misturando-se aos adultos. Estes não os entendiam como sujeitos em pleno desenvolvimento (Ariés, 1981).

A partir do histórico da violência sexual a crianças e adolescentes, podemos observar que o abuso e a exploração sexual refletem a naturalização da violência em nossa sociedade e permanecem até à atualidade na cultura, no imaginário, nas normas e no processo civilizatório como concepções cristalizadas (Faleiros & Campos, 2000). Desse modo, apesar de a violência sexual, em especial o abuso sexual, apresentar raízes históricas, este pode ser evidenciado na atualidade, o que tem contribuído para tornar-se tema de interesse, principalmente a partir da década de 1990, na qual se intensificaram

os avanços para o seu enfrentamento garantidos anteriormente pela Constituição Federal (Alberto, et al., 2008b).

O fenômeno da violência atinge todas as classes sociais, sendo praticada de várias maneiras, por diferentes atores e em distintos lugares. No caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, tal fenômeno torna-se ainda mais preocupante por envolver sujeitos em pleno desenvolvimento físico e emocional e pelo fato de estarem em uma situação de maior fragilidade (Faleiros & Campos, 2000).

Dessa forma, a violência deve ser compreendida como um complexo sistema de relações multideterminado, por diversas realidades: entre elas a familiar, social, econômica, política, jurídica, as quais são construídas historicamente e envolvem as representações, as regras e o imaginário de toda uma sociedade (Amorim, 2006).

Em relação aos processos fundamentais de produção de crianças vítimas de violência sexual em nossa sociedade Azevedo e Guerra (1989) apontam que: o primeiro deles é o processo de *vitimação* que resulta de uma violência estrutural inerente ao modo de produção das sociedades desiguais e do modelo capitalista na violação dos direitos humanos básicos, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer. O segundo, a *vitimização*, consiste na violência que perpassa as relações interpessoais adulto-criança. A vitimização reflete as consequências após a *objetalização* da criança pelo adulto. Considerando estas duas formas (*vitimação* e *vitimização*), o que as diferencia é a relação de poder envolvida, havendo o macropoder, no processo de vitimação e o micropoder, no processo de vitimização.

As duas formas acima citadas resultam de formas de violência que segundo Faleiros e Campos (2000) a violência pode ser classificada como: negligência, violência física, psicológica e sexual. Estes constituem os principais tipos de violência contra crianças e adolescentes.

No caso da negligência, esta é considerada como uma forma de abuso-vitimização física, representada por qualquer ato de omissão das necessidades físicas e/ou emocionais básicas, tais como a da alimentação e vestimenta (dever da família ou dos responsáveis pela criança ou pelo adolescente). Cabe assinalar que o aspecto negligência está focado nas ações falhas dos responsáveis, quando estes possuem condições para evitá-las. No caso de famílias que não conseguem alimentar seus filhos ou vesti-los de maneira mais adequada, devido a sua situação econômica precária, não pode ser classificado severamente como negligência (Azevedo & Guerra, 1989; Faleiros & Faleiros, 2008).

A respeito da negligência, Faleiros e Faleiros (2008) afirmam:

A negligência é a negação e a falta de compromisso com as responsabilidades familiar, comunitária, social e governamental. É a falta de proteção e de cuidado com a criança e com o adolescente a não existência de uma relação amorosa, a falta de reconhecimento e de valorização da criança e adolescente como sujeitos de direitos. É o desrespeito às suas necessidades e à sua etapa particular de desenvolvimento. Crianças e adolescentes negligenciados vivem, pois, situações de abandono, de privação e de exposição a riscos. (p.34)

A violência física consiste no uso da força física, provocando-se algum tipo de lesão física, como: hematomas, queimaduras, arranhões, entre outras. Este tipo de violência pode ser causado pelos pais, parentes, responsáveis ou pessoas próximas com o objetivo de educar, corrigir ou disciplinar (OIT, 2006).

De acordo com Faleiros e Faleiros (2008), a violência física contra crianças e adolescentes constitui-se uma relação social de poder, manifestada nas marcas que ficam, principalmente, no corpo, as quais podem ser medidas, conforme a intensidade

da força física utilizada pelo agressor, pelo grau do sofrimento causado à vítima, pelo grau dos ferimentos ocasionados e pela frequência em que estes foram aplicados.

A violência psicológica (ou abuso-vitimização psicológica), pode ser classificada como o ato de depreciação, rejeição, ameaça de abandono, discriminação e desrespeito. Esta pode assumir duas formas: negligência afetiva, que consiste no desprezo ou falta de interesse em relação às necessidades da criança e do adolescente; e rejeição afetiva, representada por agressões diretas e depreciativas em relação à criança. Ambas podem trazer graves danos ao seu desenvolvimento psicológico, físico, sexual e social (Azevedo & Guerra, 1989).

A violência psicológica se diferencia da violência física porque não deixa traços imediatamente visíveis no corpo; entretanto, destrói a autoimagem do violentado, podendo ser visualizada no comportamento da criança ou do adolescente (Faleiros & Faleiros, 2008).

As várias formas de violência podem estar interrelacionadas, ou seja, uma pode desencadear a outra. Dessa forma, tratando-se de violência sexual, a negligência dos responsáveis e a violência física podem estar envolvidas, acarretando consequências psicológicas às crianças e adolescentes.

A violência sexual, segundo Faleiros e Faleiros (2008), pode ser entendida da seguinte forma:

o abuso delituoso contra crianças e adolescentes, em especial o de sua sexualidade, negando, inclusive, o direito das crianças e adolescentes à sua sexualidade em desenvolvimento. É considerada um crime em nossa legislação. O poder arbitrário do adulto agressor sobre as crianças e adolescentes desestrutura a identidade da pessoa vitimada, caracterizando-se como um comportamento perverso. (p.38)

Como se pode observar, a violência sexual é identificada como um fenômeno que esteve presente à história da humanidade. Contudo, tal fenômeno somente passou a ser considerado problema social a partir do século XX, quando foi inserida no contexto dos direitos humanos e considerada responsável por sérias consequências, como o comprometimento do desenvolvimento físico, psicológico e social de suas vítimas (Faleiros & Faleiros, 2008).

De acordo com Amorim (2006), a existência do abuso e da exploração sexual foi formalmente identificada e estudada a partir da década de 1960. Dessa maneira, nas suas diversas vertentes de manifestação, apresenta-se como uma das formas mais perversas de desrespeito aos direitos humanos.

Faleiros e Campos (2000) descrevem a violência sexual da seguinte forma:

se constitui por numa relação de poder, autoritária, na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias. (p. 8)

Os autores complementam a ideia, conceituando o poder, que representa a força que alguém possui e exerce sobre o outro para satisfazer seus objetivos, caracterizado pela negação dos direitos da criança ou adolescente, cuja identidade é assim violentada (Faleiros & Campos, 2000).

Desse modo a violência sexual consiste num ato que perpassa relações assimétricas de poder ocorridas a nível interpessoal, na qual é violado os direitos das crianças e adolescentes à sua proteção integral, trazendo assim consequências ao seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Segundo a OIT (2006) a violência sexual é fenômeno que vai além do ato, em si, e deve ser analisada em suas várias facetas, nos contextos histórico, econômico, cultural, social e ético. Este tipo de violência, por sua vez, de acordo com Faleiros e

Faleiros (2008), pode ser dividido em *abuso sexual e exploração sexual comercial*; sendo o abuso sexual dividido em intra e extra-familiar; e a exploração sexual em: pornografia, turismo sexual, tráfico de pessoas para fins sexuais e exploração sexual comercial (Faleiros & Campos, 2000; Faleiros & Faleiros, 2008).

O abuso sexual consiste em todo relacionamento interpessoal de caráter sexual entre um adulto (no exercício assimétrico de poder) e uma criança, no qual pode envolver assédio, agressão, sedução, como também a violência física e psicológica (Azevedo & Guerra, 1989; Faiman, 2004; Faleiros & Campos, 2000; Faleiros & Faleiros, 2008; Furniss, 2002; Saffioti, 1989).

Ainda sobre a ótica do poder, Faleiros e Campos (2000) conceituam o abuso sexual como:

uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas (p.8).

Corroborando com esta ideia, Faiman (2004) afirma que uma relação, para ser entendida como abuso, deve-se, em primeiro lugar, apresentar uma assimetria em relação ao poder no relacionamento onde o adulto, ao exercer este poder, manipula e seduz o outro para satisfazer seus desejos, por meio de chantagens e ameaças. A vítima (neste caso, crianças e adolescentes), pelo fato de estar numa posição de fragilidade, acaba silenciando, movida pelo medo e não denunciando tal ato.

Ainda no tocante à conceituação do abuso sexual, vale salientar que tal conceituação pode ser considerada de fácil compreensão, uma vez que a expressão já é, por si, bastante significativa. Contudo, na prática, torna-se complexo concluir que

determinada situação se refletiu em abuso sexual, necessitando, pois, de maiores investigações, tendo em vista muitas controvérsias que podem estar envolvidas, relacionadas com o autor, efeitos e possíveis provas. No caso de investigação de um provável abuso por violência física, pode a sua identificação ser mais fácil, por representar (em alguns casos) um sinal de resistência ao abuso. Todavia, deve-se ter cautela e continuar investigando, pois a violência física pode não ter relação direta com abuso (Faiman, 2004).

Em relação à investigação para se traçar o diagnóstico de abuso sexual, Pfeiffer e Salvagni (2005) citam alguns sinais que podem auxiliar na identificação de tal diagnóstico e ressaltam que estes precisam ser avaliados, minuciosamente, por profissionais especializados da área da Perícia Médica, são eles: lesões em região genital; edema, hematomas ou lacerações em região próxima ou em área genital (parte interna de coxas, grandes lábios, vulva, vagina, região escrotal ou anal); dilatação anal ou uretral, ou rompimento de hímen; lesões como equimoses, hematomas, mordidas ou lacerações em mamas, pescoço, parte interna e/ou superior de coxas, baixo abdome e/ou região do períneo; sangramento vaginal ou anal em crianças pré-púberes, acompanhado de dor, afastando-se os problemas orgânicos que possam determiná-los; encontro de doenças sexualmente transmissíveis como Gonorréia, Sífilis, HPV, Clamídia, entre outras; gravidez; aborto de forma natural ou provocada.

Araújo (2002) assinala que o abuso sexual é assunto observado, sempre, com muito temor pelas pessoas envolvidas (em sua maioria, próximas à criança e adolescente), por sua gravidade. Dessa forma, pelos aspectos apontados, torna-se muito difícil debater o abuso com os responsáveis e parentes da vítima e encontrar um meio para investigar, diagnosticar, amenizar e discutir junto à vítima e sua família os possíveis danos causados.

Assim, o abuso sexual vem mantendo-se por aspectos socioculturais, pela impunidade, pela ineficiência de políticas públicas e contribuição dos profissionais devido a falta de formação especializada para capacitar a intervenção deste profissional em políticas públicas, e pela cumplicidade silenciosa dos envolvidos, que envolve, em primeiro lugar, o silêncio da vítima confiscada por meio de ameaças do agressor, e depois o silêncio dos demais parentes não agressores, na omissão de alguma atitude que denuncie o agressor (Araújo, 2002).

É fato que a questão do abuso tem maior prevalência nos casos que este envolve um adulto ou adolescente do sexo masculino e uma menina ou adolescente do sexo feminino, conforme se pode verificar em estudos como os de (Forward & Buck, 1989; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Saffioti, 1997). Contudo, Sebold (1987) afirma que se deve também observar esta prática relacionada com os meninos. Salientamos que, mesmo diante da prevalência do abusador ser do sexo masculino, foram notificados casos em que o agressor envolvia mulheres, homossexuais e adolescentes (Leal & Leal, 2002).

No tocante às formas de abuso sexual contra crianças e adolescentes, em linhas gerais, este pode ser dividido em intrafamiliar e extrafamiliar. A primeira forma é aquela que se caracteriza pela existência de laço familiar, biológico ou relação de responsabilidade entre vítima e autor (ou autora) da violência. A segunda ocorre quando o autor da violência não possui laços familiares ou de responsabilidade com o violado (Faleiros & Campos, 2000; Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroehel & Koller, 2008).

As relações entre agressor e vítima podem ser estabelecidas, segundo Forward e Buck (1989), tanto pelo grau de parentesco sanguíneo como em relações que os sujeitos acreditem tê-lo, ou seja, pelo fato de morarem no mesmo domicílio com a criança e por

terem desenvolvido grande afinidade com ela, tais agressores são considerados familiares.

No caso do abuso intrafamiliar, caracterizado numa relação incestuosa que atinge crianças e adolescentes no espaço familiar, este se constitui uma estimulação sexual intencional, por parte de algum dos membros do grupo familiar que possui relação parental com a vítima. O agressor, por meio de um jogo de sedução e dominação do mais forte ao mais fraco, manipula e acaricia a criança, podendo esta sofrer vários outros tipos de abuso (Forward & Buck, 1989; Habigzang & Caminha, 2004). Este tipo de abuso envolve parentes da criança, que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio (Araújo, 2002).

Conforme Pfeiffer e Salvagni (2005), o abuso intrafamiliar, representado quando o agressor possui ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, pode determinar uma lesão psicológica mais grave quando comparada à agressão sofrida por estranhos, como no caso de abuso sexual extrafamiliar.

Ante as formas apresentadas, é importante reconhecer que o abuso sexual, conforme a OIT (2006), pode ser também sem contato físico. No caso de abuso com contato físico, este consiste no ato genital, envolvendo carícias e manipulação dos genitais, sexo oral, penetração vaginal e anal. Esta forma de abuso pode ser tipificada, de acordo com a legislação, por atentado violento ao pudor, corrupção de menores ou estupro. O abuso sexual sem contato físico envolve: abuso sexual verbal (conversas sobre atividades sexuais), telefonemas obscenos, exibicionismo (exibição de genitais, masturbação, com interesse de seduzir a vítima), voyeurismo (observação ostensiva e atos ou órgãos sexuais das vítimas), assédio sexual (proposta de contato sexual verbalizada pelo adulto, por meio de chantagens, abuso de poder sobre a vítima), outras

formas (mostra de fotografias e vídeos pornográficos ou o ato de tirar fotos e filmar as vítimas em posições eróticas).

No tocante à exploração sexual comercial, segundo a OIT (2006), esta consiste na comercialização da prática sexual envolvendo crianças, adolescentes, na qual adultos pagam em gênero ou espécie pelos serviços oferecidos. De acordo com Libório (2005), este tipo de exploração sexual representa uma problemática crescente no âmbito mundial. Saffioti (1989) já dizia que o fenômeno da exploração sexual “não constitui apanágio de sociedades subdesenvolvidas, como é o caso dos países da América Latina, da Ásia e África. Ocorrem, e em grau assustador, em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Inglaterra” (p. 76). Este fenômeno representa uma violação dos direitos da criança e do adolescente e envolve tanto o abuso sexual praticado por adultos como a remuneração, em espécie, para fins sexuais. Desse modo, pode implicar trabalho forçado e formas de escravidão a meninos e meninas (Libório, 2005).

Saffioti (1989) acrescenta que, na conceituação da exploração sexual, devem ser consideradas duas dimensões fundamentais. A primeira consiste no fato de a exploração ter o lucro por objetivo, a qual se pode confundir com o conceito de exploração econômica. A segunda refere-se à obtenção de vantagem de outra pessoa por parte do explorador. A autora ressalta que o conceito de exploração, sob qualquer acepção, está implicado ao conceito de dominação: “para que alguém possa explorar outrem, seja economicamente, seja para seu próprio prazer, é preciso que exerça domínio sobre este outro” (p.50). No entendimento da autora, este tipo de violência sexual se configura à medida que crianças e adolescentes são explorados para proporcionar prazer ao adulto em troca de algo. A situação de exploração, igualmente ao abuso sexual, também envolve as relações de poder, do mais forte para o mais fraco. Desse modo, a exploração também se constitui numa forma de abuso sexual.

Quanto a este aspecto, a referida autora esclarece que crianças e adolescentes, explorados sexualmente, são privados do desenvolvimento natural de sua sexualidade e, em lugar de uma atividade prazerosa para si próprios, passam a estar envolvidos num jogo de exploração do seu corpo, para causar prazer a um adulto, podendo desencadear prejuízos para a sua saúde física e mental.

Dessa forma, a exploração sexual caracteriza-se como um ato ilegal, uma transgressão, uma relação de poder perversa e destruturante, por envolver a violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares de crianças e adolescentes. Entre esses direitos destaca-se o direito à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio e à proteção integral. Todos esses aspectos são garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e Adolescente às crianças e adolescentes, visando-se à dignidade e integridade física e psicológica sob os cuidados dos adultos (Faleiros & Faleiros, 2008).

Quanto as formas de exploração sexual, estas podem ser classificadas em quatro modalidades: exploração sexual comercial, pornografia, turismo sexual, e tráfico de pessoas para fins sexuais. Desse modo, a OIT define como uma das piores formas de trabalho, conforme convenção 182 (OIT, 2006).

De acordo com Faleiros e Faleiros (2008), a exploração sexual comercial representa toda atividade que envolve atos sexuais negociados em troca de dinheiro, e que obedece a diferentes formas, serviços e preços. Esta é comumente exercida nas ruas, bordéis, estradas e barcos. Trata-se de um trabalho extremamente perigoso, pois pode estar envolvido por todo tipo de violência física e sexual, repressão policial e discriminação. Diante desta exposição, as crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual não podem ser caracterizados como trabalhadores do sexo, mas como seres prostituídos, abusados e explorados sexual, econômica e emocionalmente.

Destarte, tais crianças e adolescentes são vitimizadas por uma série de fatores de ordem econômica, social, estrutural e simbólica, com os quais perdem a sua condição de sujeitos, e são transformadas na condição de objeto da violência (Alberto et al., 2009).

A exploração sexual pela pornografia está relacionada com a exibição (divulgação), distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico em situações que envolvem crianças e adolescentes, expostos e usados sexualmente por adultos. Diante da evolução da tecnologia, a internet se transformou num meio usual, e perigoso para essa prática e se constitui, atualmente, um dos mais graves problemas a ser enfrentado pela sociedade, no âmbito nacional e internacional, devido a sua imensa extensão, facilidade de acesso, e também por envolver desde esquemas amadores até a redes criminosas de alta complexidade. Por se tratar de crime cibernético, de âmbito mundial, seu enfrentamento depara com enormes dificuldades legais e operacionais. No Brasil, a Polícia Federal e a Interpol têm sua ação dificultada pela deficiência da legislação vigente (Faleiros & Faleiros, 2008).

Sobre a pornografia, Saffioti (1998) afirma que é necessário distingui-la do erotismo infantil. Embora ambos estejam ligados à estimulação do prazer do colecionador, a pornografia se diferencia pela exploração direta da criança e do adolescente, por meio do registro de fotografias e filmes de atividades sexuais envolvendo também adultos.

O turismo sexual representa uma forma de exploração sexual relacionada com o tráfico de pessoas para este tipo de trabalho escravo. Este comércio sexual pode ser encontrado, principalmente, em cidades turísticas, onde o prazer sexual “organizado” é vendido em excursões e pacotes turísticos, para turistas nacionais e estrangeiros. Em tal comércio, a mercadoria são as mulheres jovens, crianças e adolescentes pobres e excluídos, de países em processo de desenvolvimento, onde vivenciaram situações de

abandono, negligência, violência sexual, pobreza e exclusão. (Faleiros & Faleiros, 2008).

De acordo com a OIT (2006), o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual envolve aliciamento, intercâmbio, transferência e hospedagem. Por meio de promessas sedutoras de trabalho, os aliciadores conquistam a confiança das vítimas. Estas terminam por cair na teia da exploração e trabalho escravo. De acordo com Faleiros e Faleiros (2007), muitas jovens, pelo sonho de uma vida diferente (casamento e/ou experiência em outros países, sucesso profissional), embarcam para outros Estados brasileiros ou para outras nações, onde são forçadas a trabalhar no mercado do sexo.

Em relação às causas da violência sexual, Habigzang et al., (2005) afirmaram que a causa do abuso sexual pode estar relacionada com aspectos intrínsecos e extrínsecos à criança ou adolescente vitimados. Os intrínsecos incluem a vulnerabilidade e resiliência pessoal. Os extrínsecos envolvem fatores de risco e proteção extrínsecos a eles, como o envolvimento com a rede de apoio social e afetiva da vítima. Além destes fatores, outros podem ser considerados: a duração da violência sofrida, o grau de parentesco e confiança entre vítima e agressor, reação dos cuidadores não abusivos na revelação e a presença de outras formas de violência (física, psicológica, negligência).

A pobreza e a indigência são aspectos muito influentes na inserção de crianças e adolescentes no espaço da exploração sexual, por consistirem em fatores de vulnerabilidade. A falta de recurso na família para a garantia das necessidades básicas faz com que recaiam sobre as crianças e adolescentes as exigências de trabalho e subsistência, de forma precoce. As rupturas familiares, como a saída deles de casa em busca do trabalho, também estão relacionadas com outros tipos de violência dentro do ambiente familiar. A exploração sexual, dessa forma, pode também se configurar na

maneira com que a família e eles estruturam à busca de meios para sobreviver (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, [CECRIA], 1997; Faleiros, 1998).

Condições de pobreza e miserabilidade material geram nos sujeitos a busca de recursos para minorar os sofrimentos gerados. Conseqüentemente a exploração sexual comercial torna-se um meio para se conseguir lucro, a partir da venda do corpo das crianças e adolescentes, o que os transformam em mercadorias (Saffioti, 1989).

Outros fatores que favorecem a ESCCA estão relacionados com a corrupção e com as leis que regem a garantia de direitos, principalmente no que concerne à ausência de leis ou à existência de leis inadequadas, ao descumprimento da lei e à limitada sensibilidade da pessoa encarregada da aplicação dessas leis sobre os efeitos nocivos nas crianças e adolescentes (Brasil, 2004).

Em relação às conseqüências da violência sexual, saliente-se que todas estas formas de abuso sexual podem acarretar nas vítimas, conseqüências gravíssimas, que podem afetar a autoestima, comprometer o desenvolvimento físico e psicológico, ocasionar dificuldades nos relacionamentos amorosos, sexuais e interpessoais futuros, como também podem levá-la a se envolver com diferentes formas de exploração sexual no futuro (Habigzang et al., 2008; OIT, 2006). Diante do processo de exploração as vítimas perdem a sua condição de sujeitos e são transformados na condição de objeto da violência (Alberto et al., 2009).

A respeito disso, Saffioti (1989) afirma que a distância entre a ocorrência do abuso sexual e a exploração de crianças e adolescentes representará pequeno passo, considerando-se que o adulto envolvido no processo não é movido pela atração sexual quando vitimiza crianças, mas pelo poder exercido nesta prática. Acrescenta que este passo, caso não seja dado por parte do agressor, é feito pela própria criança e

adolescente, devido ao aniquilamento de sua autoestima, “o sentimento que ela só pode ser amada, ou notada, se obedecer às ordens do adulto” (p.78). O adulto agressor, ao envolver a criança neste processo, por estabelecer uma relação de poder, impede-a de se defender e de lutar contra este processo de violência, permeado de chantagens e ameaças.

Habigzang e Caminha (2004) afirmam que essas vítimas de abuso sexual podem desenvolver, neste processo, quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, enurese, encoprese, hiperatividade, déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático. Outras consequências são destacadas por Habigzang et al. (2005), as quais afirmam ser o abuso sexual responsável por afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças e adolescentes. Dentre estes estão descritos: alterações comportamentais (conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e de alimentação, comportamentos autodestrutivos); alterações cognitivas (baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação); alterações emocionais (sentimentos de medo, vergonha, culpa pelo abuso, ansiedade, tristeza, raiva e irritabilidade).

Após a vivência do abuso, sentimentos de insegurança e dúvida podem permanecer por muito tempo nas crianças, afetando sua estrutura de valores e conhecimentos. Além disso, sua capacidade de se relacionar com os outros (a confiança no outro) fica comprometida (Amazarray & Koller, 1998; Azevedo & Guerra, 1989; Faleiros, 1998; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

A experiência sexual precoce, além de produzir efeitos devastadores no psiquismo infantil, pode afetar, profundamente, toda a família da criança. A família,

diante da violência vivenciada pela criança ou adolescente, precisa lidar com processos, interrogatórios, inquéritos, além de ser obrigada a confrontar-se com uma dura realidade, que não estava preparada (Azevedo, 2001).

Furniss (2002), ao discorrer sobre as consequências do abuso sexual contra a criança, aponta alguns fatores que podem causar o dano psicológico gerado pela vivência do abuso, ressaltando que estes devem ser avaliados com cautela. São eles: a idade da criança, a duração do abuso, o grau de violência ou ameaça de violência cometida, a diferença de idade e laços afetivos entre o abusador e a vítima, a ausência de figuras parentais protetoras, e o grau de segredo.

Em relação ao grau de segredo, guardado pela criança, este pode estar relacionado com um sentimento de culpa (originado por um senso de responsabilidade equivocado por ter participado de tal ato), principalmente em casos de abuso. Este sentimento de culpa leva, na maioria dos casos, ao silêncio, gerando sentimentos, como vergonha, baixa autoestima e medo de sofrer novas ameaças do agressor (Furniss, 2002; Kaplan & Sadock, 1990). Sobre este aspecto, Habigzang et al. (2008) concordam com os autores, que afirmaram ser a culpa originada pelo fato de a criança sentir-se vulnerável à situação diante das ameaças e ao medo da revelação à família, evitando uma possível punição.

Quanto às consequências da exploração sexual em crianças e adolescentes, podemos ressaltar que, das várias formas de exploração, existe uma relação cumulativa com a violência física e psicológica, pelo fato de todas as formas de violência envolverem uma relação de poder desigual entre adultos (dotados de autoridade) e crianças e adolescentes (vítimas dessa dominação). Tais formas de violência incluem as agressões verbais, chantagens, ameaças, humilhações, isolamento, exploração econômica ou sexual, entre outras formas sutis de violência psicológica, as quais

passam despercebidas pela sociedade, uma vez que não deixam traços visíveis no corpo. Todavia, estas formas sutis de violência destroem a autoimagem e a autoestima dos vitimizados. Em caso de crianças e adolescentes, torna-se ainda mais complexo, por serem estes mais fragilizados (Faleiros & Campos, 2000; Faleiros & Faleiros, 2008; Saffioti, 1989).

Outro ponto importante a se destacar nos casos de exploração sexual contra essas vítimas diz respeito ao desenvolvimento de um sentimento de culpa por parte delas, devido à sua coparticipação neste processo, repleto de segredos. Azevedo e Guerra (1989) ressaltam que, em casos de pornografia, as chantagens e manipulação do explorador durante a reprodução do material pornográfico (como exigir que as vítimas sorriam e demonstrem que estão sentindo prazer) podem desenvolver nelas sentimentos ambivalentes em relação ao material pornográfico.

Além de tal comprometimento, a exploração sexual comercial compromete o desenvolvimento espiritual, moral e social das vítimas, envolvendo questões, como o favorecimento ao aborto, a gravidez precoce, a mortalidade materna, lesões, doenças sexualmente transmissíveis e atrasos no desenvolvimento, podendo levar, em muitos casos, à morte (Alberto, 2002; Bellenzani & Malfitano, 2006; CECRIA, 1997; Faleiros & Campos, 2000; Zimmerman, Kiss, Hossain & Watts, 2009).

Ainda sobre as consequências, Faleiros (1998) aponta que “as pessoas vitimizadas pela exploração, mesmo obtendo algum dinheiro, perdem a autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre seu corpo e seu destino, com consequências sobre seu equilíbrio psicossocial, sua saúde, sua educação” (p.12).

Faleiros e Faleiros (2008) acrescentam que a ocorrência de exploração sexual contra crianças e adolescentes pode prejudicar as relações sócio-afetivas e culturais nas relações entre o adulto e a vítima, transformando em relações genitalizadas, erotizadas,

violentas e criminosas, contribuindo assim para confundir os papéis, funções e representações sociais dos adultos, além de sua autoridade, e, com isso, invertendo as relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente. Estas relações passam a ser compreendidas como dominadas e perversas no lugar de democráticas e amorosas. Desse modo, todos esses fatores consequentes dessa relação de poder deturpada e abusiva do adulto sobre a criança e adolescente podem desestruturar as estruturas psíquicas, morais e sociais.

Diante do fenômeno da violência, abuso e exploração sexual, estão envolvidos direta ou indiretamente, neste processo, vítimas, família, abusadores, profissionais, autoridades, e sujeitos que organizam a atuação em rede (CECRIA, 1997).

Em pesquisa realizada por Alberto et al. (2008) os resultados apontaram que, no caso da ESCCA, os exploradores são tanto aqueles que compõem a clientela que se relaciona sexualmente com a criança ou com o adolescente, como aquele que, para obtenção de lucro, intermedeia todo o processo de exploração.

Quanto à atuação nas redes de exploração, conforme a OIT (2006), estas se configuram numa estrutura organizada de interesse para fins lucrativos e comerciais, possuem uma rede de informações com conexões nacionais e internacionais, constituindo assim um mercado do sexo. Os atores da rede podem envolver algumas empresas hoteleiras, de transporte, instituições, entre outros.

O mercado do sexo, por sua vez, consiste num mercado clandestino, pois funciona ilegalmente, sem registro, pagamento de impostos ou emissão de notas fiscais. Destarte, as empresas e atores envolvidos trabalham de forma que escondem as evidências e tendem a funcionar com uma cobertura legal e com um nome de fantasia, que não correspondem à verdadeira atividade comercial ou aos serviços, de fato, ofertados (Faleiros, 1998; Faleiros & Faleiros, 2008).

Sobre a exploração sexual comercial e o mercado do sexo, Faleiros (1998) acrescenta:

Ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, sem a opção de quem é usado, na busca do lucro, com a sedução do prazer. Ela desconstrói e destrói as relações de proteção, de direito e aprendizagem da autonomia, pela intermediação do corpo e mercantilização da infância. O corpo da criança e do adolescente se transforma em valor de uso e em valor de troca em âmbito nacional ou internacional (p. 12).

O abuso sexual está inserido num conjunto de rupturas de relacionamentos, de estrutura familiar, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, inclusive o agressor. Esse histórico pode determinar uma permissividade ao ato, devido a uma desvalorização da infância e adolescência (Faleiros & Faleiros, 2008; Habigzang et al., 2008; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Em relação ao agressor, o abuso sexual acontece por meio da relação de confiança que este estabelece com a criança ou adolescente e, facilmente, como responsável, pode se aproximar cada vez mais. Inicialmente, a vítima pode considerar tais atos como demonstrações afetivas e interesseiras, sentindo-se algumas vezes privilegiada pela atenção do responsável, pois este lhe passa a ideia de proteção e que sua conduta seria normal em um relacionamento de pais e filhas (ou filhos) ou de outra relação mais próxima à vítima, como no caso dos parentes (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

É importante ressaltar que, além das pessoas próximas à vítima, como familiares e vizinhos, por vezes, até os profissionais que atendem as vítimas de violência se refugiam e levam literalmente a sério o sigilo profissional e, por meio de uma atitude defensiva, omitem os efeitos da violência, o que contribui para que o abuso não seja denunciado (Braun, 2002). Corroborando esta ideia, Kaplan e Sadock (1990) ressaltam

que, nos casos de abuso sexual intrafamiliar, a revelação do abuso é ainda mais difícil, tanto por parte da família que o mantém em segredo, como por parte de alguns profissionais em reconhecer e realizar os devidos encaminhamentos na denúncia.

O enfrentamento do abuso sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes perpassa a responsabilização legal dos envolvidos (família, profissionais, polícia e judiciário) na realização da denúncia, na declaração formal, na instauração do devido processo e no julgamento (Faleiros, 1998).

1.2 Os ordenamentos Jurídicos: a garantia de direitos às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Diante dos aspectos levantados anteriormente sobre a violência sexual, suas causas, características, consequências e os envolvidos no processo, parece ser importante explicitar os ordenamentos jurídicos e a política como garantida de direitos no intuito de ampliar a discussão sobre as formas de enfrentamento de tal problemática.

De acordo com Cruz e Guareschi (2010), ao se debater sobre a implementação da Assistência Social considerada como Política Pública, é necessário compreender os caminhos anteriores a esta construção. A trajetória de organização social do Brasil em relação à assistência foi marcada pela nossa dependência com o império lusitano na época da colonização do Brasil. Os índios e os africanos, explorados em sua força de trabalho, eram tidos como selvagens pelos portugueses, que através dos jesuítas passaram a discipliná-los mediante a evangelização e a adequação aos costumes. Essa relação de dependência foi a primeira forma de assistência, efetivada através da caridade, fortalecida e regida pelos princípios da Igreja católica. Dessa forma, a assistência oferecida à sociedade foi, em princípio, encarada como uma prática de caridade ou filantrópica, pela forte influência do modelo assistencial iniciado na

colonização, continuando após a independência do Brasil com a formulação da primeira Constituição brasileira.

Para se entender essa prática assistencial, pautada nas relações de poder, é importante entender o processo de formação dos direitos. A partir do século XVII os direitos civis, que consistem na igualdade e liberdade perante a Lei, estavam relacionados com os direitos da ordem burguesa, de ir e vir, para exercer a sua força de trabalho. Posteriormente, no século XIX, emergiram os direitos políticos, como resposta às dificuldades enfrentadas pelas classes trabalhadoras, em busca dos seus direitos de participação na vida política e no exercício do poder, antes reservada aos proprietários. Os direitos, nos séculos XVIII e XIX, eram restritos aos proprietários e aos homens livres, enquanto a outra parte da sociedade (homens não-proprietários, escravos, mulheres, índios e crianças) eram excluídos e estigmatizados, no mesmo contexto político da época. A partir desse processo de exclusão, a sociedade ganha força para lutar pela conquista dos seus direitos. Dessa forma, o surgimento dos direitos sociais, no século XX, foi um reflexo desta luta, em especial realizada pela classe trabalhadora. Tais direitos refletem a luta pela garantia dos direitos à saúde, alimentação, habitação, assistência, educação e melhor qualidade de vida para todos (Cruz & Guareschi, 2010).

A partir das lutas e conquistas dos trabalhadores, no século XX, o Estado ganha nova configuração em relação à sua implicação na área social e pública. Cumpre destacar que, durante esta nova configuração, a sociedade teve um papel importante em relação a movimentos políticos e sociais em prol de uma melhor qualidade de vida e garantia dos direitos, principalmente no período de 1980 a 1990. Tais movimentos políticos e sociais incluíram as lutas pela redemocratização do país, os movimentos estudantis e docentes, o feminismo, as lutas pela anistia, o surgimento da Nova República, a promulgação da Constituição Federal de 1988, dentre outros marcos que

foram essenciais para a nova configuração do cenário político, econômico e social brasileiro, na garantia de direitos aos sujeitos no exercício da democracia e cidadania (Crus & Guareschi, 2010; Raichelis, 1998).

A luta pela redemocratização do Estado, na década de 1990, ganha nova visibilidade no cenário político da época, no que diz respeito à participação da sociedade civil na organização, decisões e prioridades das políticas públicas. A partir de embates políticos, ocorre a aprovação da Constituição de 1988, conhecida como a “constituição cidadã”. Com ela, a participação da sociedade na *coisa pública* ganha novas dimensões, modificando as formas centralizadas e autoritárias, anteriormente adotadas no cenário político brasileiro, o que representou grande avanço na democratização do país e na garantia de direitos à população (Raichelis, 1998). A elaboração de políticas públicas, no contexto brasileiro contemporâneo, se configurou num espaço de formação de direitos, na luta contra a desigualdade social (Gonçalves, 2010; Raichelis, 1998).

Em relação aos direitos das crianças e adolescentes, aconteceu uma mudança de paradigmas em todas as áreas do conhecimento, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988. Posteriormente, com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a sociedade necessitou reestruturar-se a fim de atender às novas normas embasadas no princípio de que a criança é pessoa em desenvolvimento, é sujeito de direitos e é prioridade absoluta (Azambuja, 2006).

Quanto aos direitos da criança e do adolescente, a Constituição Federal (1988) prescreve em seu Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, crueldade e opressão.

A partir do ECA (instituído pela Lei Federal nº 8.069/90), as crianças e adolescentes passam a ser considerados e respeitados como seres em formação, sujeitos de direito como qualquer outro cidadão e tem seus direitos fundamentais garantidos pelo referido Estatuto. Este representou um grande passo no exercício da democracia, garantindo às crianças direitos à liberdade, participação e bem-estar na sociedade (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; OIT, 2006).

Em relação à garantia de direitos, no Art. 5 do ECA, está descrito: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (p.9).

Todas as formas de violência contra criança e adolescente ferem os direitos da criança preconizados no ECA como: a proteção à vida e a saúde, a liberdade, ao respeito e à dignidade, descritos no Art. 7º e Art. 15º respectivamente.

Devido à gravidade do fenômeno, no Brasil ocorreram grandes modificações e discussões entre organizações governamentais e não governamentais, como setores da sociedade, com o intuito de elaborar estratégias de enfrentamento contra essa forma de violência. Pode-se perceber que na década de 1990, o interesse por esta problemática se intensificou, o que resultou em novos caminhos para a construção de políticas de enfrentamento contra a violência (Alberto et al., 2008; Brasil, 2009, Paixão & Deslandes, 2010).

Em 1990, a partir da aprovação do ECA, outras ações foram muito importantes para gerar avanços no enfrentamento da violência sexual. Dentre elas, destaca-se a

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infantil da Câmara, em 1993, a qual demonstrou dados mais concretos da realidade no país.

No ano 2000, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. O referido plano constituiu-se numa diretriz nacional relacionada com as políticas de enfrentamento da violência, possibilitando a construção de serviços de proteção, como o Programa Sentinela¹ (Alberto et al., 2008; Brasil, 2006). A construção do Plano Nacional foi um passo importante para reafirmar o compromisso firmado com a “Declaração e Agenda de Ação”, aprovada no 1º Congresso Nacional. Destarte, o Plano se constitui uma diretriz, um documento legitimado e de referência para as políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal (Brasil, 2006).

No ano de 2002, concretizou-se a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF). Esse estudo representou o referencial para muitos estudos posteriores na área de violência sexual, sendo formado, no mesmo ano, o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual, que tem como objetivo o de monitorar os programas e políticas públicas da área (Alberto et al., 2008).

Em dezembro do mesmo ano, a partir de uma consulta técnica às redes e órgãos que protagonizam o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), foi criado o Programa Sentinela, devido à necessidade de atendimentos especializados às crianças e adolescentes e suas famílias vitimadas pela violência sexual, pautado nas determinações da Constituição Federal, do ECA, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do

¹ O programa Sentinela foi criado no ano de 2002, como um serviço de enfrentamento da violência sexual contra criança, adolescentes e suas famílias. No ano de 2006, o Sentinela foi transformado em um dos serviços ofertados pelo CREAS.

Plano Nacional, no que concerne ao fortalecimento da autoestima, resgate e a garantia de direitos dessas vítimas (Brasil, 2006).

Com a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescentes foi possibilitada a organização de dimensões estratégicas para a efetivação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil. Entre estas, destaca-se a criação da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, pelo Governo Federal, em fevereiro de 2003, visando-se a uma integração de programas e ações de âmbito federal que viabilizem a promoção de políticas públicas para a erradicação da violência, abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Esta Comissão é composta pelos representantes do Executivo, do Legislativo, e do Judiciário, do Ministério Público, Conanda, Organismos Internacionais e Organizações da sociedade civil, na tentativa de integração para a construção de políticas públicas que atendam as necessidades da população (Brasil, 2006).

Como resposta as demandas do Plano Nacional foi construído em 2002 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Este objetiva mobilizar a rede de proteção para construção e integração de ações do governo, organizações, universidade e sociedade civil na efetivação da garantia de direito em medidas de intervenções locais no enfrentamento da violência sexual. O programa também atua na gestão do Disque Denúncia Nacional – Disque 100, serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes (Brasil, 2006).

Conseqüentemente, o conjunto de leis, ações e medidas nacionais e o compromisso do Brasil nos movimentos internacionais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes ganham nova concepção, ao serem incluídas no

âmbito das políticas sociais. A Assistência Social, ao ser incluída no âmbito da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social (descritas precisamente nos artigos 203 e 204 da Carta Magna), abre novas possibilidades para construção de políticas públicas e sociais que venham garantir os princípios de diretrizes prescritos na Constituição Federal de 1988.

No que tange à violência sexual contra crianças e adolescentes, de acordo com Alberto et al. (2008), também têm sido construído, ao longo dos anos, no âmbito mundial o desenvolvimento de ações que reforçam o compromisso global para com a proteção de crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual. Dentre essas ações, destacam-se: Declaração sobre os Direitos da Criança, a primeira em 1923 e a segunda em 1948; a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989; Declaração de Viena, em 1993; Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, em 1921; Protocolo da Emenda das Convenções de Genebra, de 1921 e 1933.

As modificações começaram com a realização dos congressos mundiais contra a exploração sexual comercial de crianças, em Estocolmo, em 1996, onde se discutiram questões teórico-conceituais, adotando-se o termo “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” (Alberto et al., 2008).

No ano de 1999, um passo muito importante foi tomado em relação ao combate a à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Na Conferência Geral da OIT, foi aprovado por unanimidade no dia 1º de junho de 1999, a Convenção 182, sobre as piores formas de trabalho infantil. Esta forma de violência sexual foi inserida numa das piores formas de trabalho infantil, por contemplar os seguintes aspectos descritos na referida Art. 3º:

a) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, o trabalho

forçado ou obrigatório, incluído o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para conflitos armados;

b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a exploração sexual comercial, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;

c) A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de estupefacientes, tal como se definem nos tratados internacionais pertinentes;

d) O trabalho, que por sua natureza ou pelas condições em que se executa, possa provocar danos a sua saúde, à segurança ou moralidade das crianças.

No ano de 2001, ocorreu o 2º Congresso mundial contra exploração sexual comercial de crianças, em Yokohama, no qual foi ampliado o compromisso político dos países (entre eles o Brasil) para a implantação da Agenda para a Ação, objetivando-se a continuação da luta em defesa de crianças e adolescentes vitimados pela violência sexual (Alberto et al., 2008; Brasil, 2009, Paixão & Deslandes, 2010).

Outro passo importante, foi a realização, em 2008, do 3º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças, no Rio de Janeiro, onde foi apresentada a “Declaração e Pacto do Rio de Janeiro”, que estabelece um acordo de ações integradas e sistêmicas para o enfretamento da violência sexual imposta ao público infanto-juvenil, em todo o mundo (Oliveira, 2008).

Paixão e Deslandes (2010) afirmam que a realização dos três congressos mundiais, contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, representou uma força propulsora nas ações dos países signatários para o combate e prevenção da violência sexual infanto-juvenil. Segundo os mesmos autores, foi a partir deles que vários encaminhamentos foram desenvolvidos objetivando o enfretamento da violência sexual, em especial, a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

1.3 A Política Pública de Assistência Social como garantia de direitos às crianças e adolescentes vitimadas pela violência sexual

Quanto à política pública voltada para a assistência social, pode-se observar que, a partir da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, novos caminhos são traçados no âmbito das políticas públicas, o que inclui a assistência social. Esta se constitui um direito assegurado a todos os cidadãos, não mais uma prática de caridade ou benesse realizada pelas instituições filantrópicas. A Assistência Social une-se à Saúde e Previdência Social, constituindo-se o tripé da seguridade social, pautada nos princípios do Bem-Estar social. A partir desta nova concepção, a assistência se constitui como política pública de proteção social e um direito de todo cidadão a condições dignas de vida (Cruz & Guareschi, 2010).

Em dezembro de 1993, foi construída a LOAS, que vem regulamentar a Assistência Social no âmbito da Seguridade Social, como política social pública. Esta Lei define em seu artigo primeiro: “a assistência social é direito do cidadão, e dever do Estado; é Política de Seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, p. 6).

É a partir da LOAS que a Assistência Social como uma política de proteção social desenvolve mecanismos contra as diversas formas de exclusão social, na promoção de uma melhor qualidade de vida para os sujeitos, por meio de oferta de serviços, programas e projetos especializados (Cruz & Guareschi, 2010).

Nesse caminho, o sistema público de proteção social ganha novo avanço, com a aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, concedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a qual vem consolidar

princípios, diretrizes, objetivos e ações da assistência social, e com isso prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social (básica e especial) e de complexidade (média ou alta), o que se consolida a construção do SUAS (Brasil, 2008; NOB/SUAS, 2005).

A iniciativa de se construir uma política pública voltada para Assistência Social partiu de um novo modo de olhar a realidade brasileira, focando-se numa visão social de proteção que perpassa o conhecimento e atendimento aos sujeitos em situação de risco pessoal e social, conduzindo-os a identificar força e potencialidade na construção de sua autonomia. A construção da política pública de assistência social, precisa levar em consideração três aspectos da proteção social: as pessoas, o contexto em que estão inseridas e o seu núcleo de apoio à família (MDS, 2004).

A PNAS constitui numa perspectiva sócioterritorial, analisando mais de 5.500 municípios brasileiros, o que possibilitou a análise dinâmica da realidade desses municípios e o atendimento à população em situação de risco e vulnerabilidade (MDS, 2004). É a partir da PNAS que são construídas as bases para o novo modelo de gestão do SUAS, aprovado em 2005 e paralelamente, no mesmo ano, a criação da Norma Operacional Básica do SUAS — NOB/SUAS —, a qual representa um maior detalhamento das particularidades do sistema de atenção hierarquizado, a partir dos níveis de proteção e complexidade, e apresenta uma reflexão da política de gestão do trabalho, no âmbito da Assistência Social. Dessa forma, a assistência prestada aos sujeitos e famílias no SUAS é entendida como um direito garantido pela Constituição (Brasil, 2008).

Quanto à proteção social, esta é dividida em básica e especial, conforme a natureza da complexidade. A *Proteção Social Básica* envolve ações preventivas de convivência, inserção, acolhida, e socialização com o objetivo de promover o

fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza e com dificuldades de acesso aos serviços públicos. Atualmente, encontram-se serviços como: o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Centros Sociais Urbanos (CSUs), e o Programa Bolsa Família (Cruz & Guareschi, 2010; MDS, 2004).

O serviço da *Proteção Social Especial* envolve a proteção de famílias e sujeitos em situação de risco pessoal e social. Esta envolve serviços de *média e alta complexidade*, os quais devem promover o acolhimento e, com isso, desenvolver ações socioassistenciais às famílias e indivíduos, para que, dessa forma, possibilite a reconstrução de seus vínculos sociais e favoreça maior grau de independência individual e social (Cruz & Guareschi, 2010).

Conforme a MDS (2004), os serviços de proteção social especial de alta complexidade conferem a garantia à proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido às famílias e indivíduos que estão sem referência, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e comunitário, para ser encaminhados para serviços, como: casa lar, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, entre outras.

Os serviços de proteção social especial de média complexidade, de acordo com a PNAS, desenvolvem maior estruturação tecno-operacional e atenção especializada, individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado por uma equipe especializada e ainda: serviço de orientação e apoio sociofamiliar; plantão social; abordagem de rua; cuidado no domicílio; serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; medidas socioeducativas em meio aberto, como a Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), e Liberdade Assistida (LA); serviço

de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes (MDS, 2004).

Na Proteção Social Especial de média complexidade, o CREAS como integrante do Sistema Único de Assistência Social, se constitui o pólo de referência, coordenador e o articulador, responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos (Cruz & Guareschi, 2010; MDS, n.d.; MDS, 2008).

De acordo com a Resolução nº 109 de 11-11-2009, foi organizada pelo MDS uma nova tipificação, em relação aos serviços oferecidos pelo CREAS. Atualmente, o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (que teve seu início desde o programa Sentinela) e o Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias integraram: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas foi modificado para Serviço de Proteção Social a Adolescentes, em cumprimento Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Em relação aos serviços de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, Atendimento de Reabilitação na Comunidade, Atendimento Domiciliar à Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, e atendimento em centro-dia, estes integraram: o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (e idosas) e suas Famílias e no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), salientamos que este serviço deve desenvolver um processo de articulação em rede e um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes abusados ou explorados

sexualmente. Tudo isso, para proporcionar-lhes condições para o fortalecimento de sua autoestima e o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, pois as crianças, adolescentes e familiares se encontram em posição de vulnerabilidade e fragilidade (Couto, 2010; MDS, n.d.).

As devidas articulações e encaminhamentos devem ser feitas pelos profissionais que atuam no CREAS, para que exista uma melhora no serviço em relação aos atendimentos prestados, conforme as necessidades da demanda (Couto, 2010; Paraíba, 2010).

Quanto aos atendimentos psicossociais e jurídicos, direcionados às crianças, adolescentes e suas famílias, vítimas da violência sexual, a serem prestados pelo psicólogo, assistente social, advogado e educador social, estes devem utilizar procedimentos individuais e grupais, conforme for indicado. Segundo o MDS (n.d.), tais serviços devem ser conduzidos levando-se em consideração alguns aspectos importantes, como: o compromisso fundamental de proteger a criança e o adolescente, avaliando-se a gravidade do caso e possíveis riscos para a criança e para o adolescente, voltando-se a atenção para a dinâmica intrafamiliar e extrafamiliar.

De acordo com o MDS (n.d), caso sejam constatados maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, como determina o art. 130 do ECA, deve-se dar ciência à autoridade judiciária, para determinar como medida cautelar (urgente e necessária) o afastamento do autor de agressão sexual da moradia comum, sem prejuízo da notificação ao Conselho Tutelar na tentativa de interromper o ciclo da violência. Cumpre destacar a importância da manutenção de prontuários, com histórico do atendimento prestado, atualizado e preservado, de forma que se garanta a privacidade, o sigilo e a inviolabilidade dos registros.

CAPÍTULO II

Compreendendo a atuação do profissional de Psicologia a partir da consciência, subjetividade, mediação, e da concepção de políticas públicas

2.1 Categorias Teóricas

Para compreender a atuação do psicólogo no CREAS, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, faz-se importante entendê-lo como sujeito formador desta prática, bem como a compreensão do que representa uma Política Pública. Para isso, serão abordadas, neste projeto de dissertação, duas perspectivas: a primeira delas diz respeito à perspectiva Histórico-Cultural de Vigotski, na qual estão expostas três categorias teóricas: a consciência, a mediação, e subjetividade. Escolhemos dotar esta perspectiva, por reconhecer o sujeito e a subjetividade como construções históricas. Essas categorias viabilizam a compreensão da atuação do profissional de psicologia na política de assistência social.

No segundo momento, a concepção de Política Pública, na qual adotamos a visão proposta por Di Giovanni (2009), como categoria das estruturas elementares para o processo de construção e efetivação de uma Política Pública.

Por último, abordaremos a Psicologia e Políticas Públicas: o compromisso social e o novo campo de atuação do psicólogo, o qual, por meio das reflexões de autores como Lane (1981), Bock (2003), Gonçalves (2010), Yamamoto (2003) e CFP (2009), faremos considerações sobre o compromisso social do psicólogo dentro do campo social.

2.2 Perspectiva Histórico-Cultural de Vigotski

A perspectiva histórico-c de Vigotski teve fortes influências de Marx, Spinoza, Darwin e Pavlov. Nasce, entre 1928 e 1931, por meio do interesses de vários pesquisadores, na construção do que Vigotski chama de uma nova ciência do homem, baseada em fundamentos do materialismo histórico e dialético. A mesma rebatia a visão do modelo positivista da época, a reflexologia. Este modelo evitava o estudo da consciência e das experiências subjetivas, por indagar não ser aceitável pela ciência, pois não se podia confiar, de maneira fidedigna, nos relatos dos sujeitos (Van der Veer & Valsiner, 1999).

Desse modo, Vigotski enfatiza a importância de se considerar a consciência como um aspecto importante, em estudos do comportamento, e argumentou com os reflexologistas que a consciência poderia ser estudada, contudo esse processo se daria por meio um método adaptado, ou seja, poderiam se considerar as experiências subjetivas dos sujeitos, pois refletia reflexo, por meio de expressões verbais objetivas, as quais envolviam outros não observáveis, como a consciência. Vigotski considerava as expressões verbais dos sujeitos como reações objetivas (Van der Veer & Valsiner, 1999).

Para construir sua teoria, Vigotski focou na ideia de que mudanças históricas, na sociedade e na vida material, estão ligadas a mudanças na natureza humana. Com , fez uma correlação com as questões psicológicas concretas, diferenciando-se dos outros teóricos da época Por sua vez, desenvolve o conceito de mediação homem-ambiente, a partir das transformações realizadas pelo sujeito, o ser humano pode transformar o meio, pelo uso de instrumentos e por meio dos signos (a linguagem, a escrita) (Veer & Valsiner, 1999; Vigotski, 1896-1934/2011).

Para Vigotski (2004), o estudo da consciência e das experiências subjetivas reflete a sua visão de homem, a qual consiste num sujeito ativo e construído pelo contexto em está inserido, ou seja, esta construção se dá através da relação dialógica com os outros, com o meio social e cultural em que estão inseridos. A cultura reflete um fator essencial para a construção dos sujeitos, bem como para a formação da sua personalidade, pois o ser humano é constituído, a partir da dialética entre o individual e o social. Desse modo, o sujeito ativo é influenciado pelo meio e, ao mesmo tempo, transforma a sua realidade, partindo das relações que estabelece.

Para esta dissertação, escolhemos a articulação com essas categorias teóricas, por possibilitar uma maior compreensão do fenômeno estudado. A perspectiva histórico-cultural abre um leque de possibilidades para compreendermos a dimensão subjetiva, na construção de políticas públicas e da atuação do psicólogo, bem como na dicotomia, indivíduo/sociedade, numa relação processual e histórica (Gonçalves, 2010).

2.2.1 Consciência.

Para a compreensão da categoria *consciência*, nesta dissertação, adota-se a perspectiva histórico-cultural de Vigotski, por considerar a formação do sujeito, a partir de construções históricas. No entendimento da historicidade, para Vigotski (1929/2000), a palavra *história* remete a dois aspectos: o primeiro deles é a abordagem dialética geral das coisas, ou seja, o contexto histórico está presente em qualquer situação; o segundo consiste na história do homem, no qual todo o seu psiquismo é construído a partir das relações dialéticas com o outro, é diante das relações, das trocas, ele constrói e é construído por essas relações.

A partir disso, Vigotski (1929/2000) afirma que a essência do intelecto está nos instrumentos que estão viabilizados no meio, nas relações com o outro. Isso está

diretamente ligado às influências sociais e culturais dentro destas relações. Toda e qualquer relação está envolta por elementos culturais. O desenvolvimento da cultura representa um fator importante no processo de construção do sujeito, na medida em que a mesma se constitui em três aspectos: em si, para os outros, e para si. Através dos outros, o sujeito é constituído, “A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela, antes manifesta como seu em si para os outros” (p. 4).

Para Vigotski (2004), ignorar os estudos da consciência é limitar a Psicologia, é não investigar os fenômenos mais complexos do comportamento humano, o que traduz uma problemática, tendo em vista que os movimentos internos poucos manifestos que orientam e dirigem o comportamento humano também são fundamentais para a compreensão do mesmo.

Um aspecto importante é que, no estudo da consciência, o próprio Vigotski não considerava plenamente as expressões verbais (a fala) confiáveis para refletir as experiências subjetivas dos sujeitos. Elas são reações objetivas (porque não são as únicas no pensamento), contudo seria improvável negá-las. A consciência poderia ser estudada objetivamente de acordo com a interrogação do sujeito (Van der Veer & Valsiner, 1999).

No desenvolvimento dos seus estudos sobre a consciência e o comportamento humano, Vigotski descreve que, para se compreender o comportamento humano, alguns fatores devem ser considerados, entre eles: a experiência histórica; a experiência social; e a experiência duplicada (Van der Veer & Valsiner, 1999; Vigotski, 2004; Vigotski 1896-1934/2008).

No que diz respeito à experiência histórica e social, qualquer comportamento deve ser considerado pelo viés histórico, pela cultura. Diante disso, Vigotski (2004) afirma: “o homem não se serve apenas da experiência herdada fisicamente. Toda nossa

vida, o trabalho, o comportamento, baseiam-se na utilização muito ampla da experiência das gerações anteriores” (p. 65).

E quanto à experiência duplicada, esta se apresenta pela experiência do sujeito, que concerne na experiência consciente do sujeito, a partir do que vivenciou. Ou seja, as atividades conscientes apresentam uma natureza dupla, que são reações a estímulos internos, por meio da reação a estímulos externos. Com isso, pode-se entender a consciência como a “vivência das vivências” (Vigotski, 2004, p. 71) A experiência duplicada possibilita ao homem formas de adaptação ativa no meio. A visão de sujeito ativo parte de um sujeito que foi construído e constrói a partir do meio (Vigotski, 2004; Vigotski, 1896-1934/2008).

Desse modo, a consciência apresenta uma plasticidade diante da premissa das experiências históricas, sociais e duplicadas. A consciência se transforma e ganha complexidade a partir da tomada de consciência dos outros e de si. A consciência é entendida como uma possibilidade de reflexão. Esta funciona como um filtro, um sistema seletor da realidade, para que, assim, possa transformar a mesma (Vigotski, 1927/2004).

Esta lógica reflete a consciência como premissa ao comportamento e a construção do pensamento e da linguagem. A linguagem expressada configura-se em apenas uma parte das possibilidades do pensamento. “o comportamento que se realizou é apenas uma parte insignificante dos comportamentos possíveis. Cada minuto do homem está cheio de possibilidades não realizadas”. Do mesmo modo que a fala consiste em apenas uma pequena parcela do pensamento (Vigotski, 2004, p. 69).

Diante do exposto, a experiência determina a formação da consciência. Isto dá à consciência um caráter secundário, no sentido de que possui uma dependência em relação ao meio. A comunicação social e a consciência, desta forma, estabelecem uma

ligação, e esta é mediada pela linguagem, por meio dos excitantes sociais (Vigotski, 2004).

2.2.2 Subjetividade.

De acordo com a perspectiva histórico-cultural de Vigotski, o sujeito, como singularidade humana, está tecido no mundo e caracterizado por uma situação específica. De forma dinâmica, e pautada num objetivo, o sujeito se constrói e produz a sua própria história (Delari Jr, 2009).

Desse modo, a partir do modo prático de viver, o indivíduo, em suas relações, produz valores éticos, reorganiza sua forma de agir como ser ativo de sua realidade. Com isso, possibilita ao sujeito que reavalie seus conceitos e construa valores próprios (Delari Jr, 2009).

É importante salientar que, na sua obra, Vigotski não traz o termo subjetividade, contudo apresentou reflexões possíveis sobre a temática quanto à construção do sujeito e de suas experiências subjetivas por meio da processualidade. Visualiza, em sua obra, a visão de um sujeito social, ou seja, uma visão de homem inserido social e historicamente na cultura (Molon, 2010).

A constituição do sujeito na relação dialógica com o outro pode ser entendida como:

Ser reconhecido pelo outro é ser constituído em sujeito pelo outro, na medida em que o outro reconhece o sujeito como diferente; e o sujeito reconhece o outro como diferente. Eu me torno o outro de mim e me constituo a partir do outro. Então a subjetividade significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu (Molon, 2010, p. 120).

De acordo com a Teoria Histórico-Cultural, a relação do indivíduo com o outro consiste num aspecto primordial para a formação da personalidade e do caráter. É por meio das relações intersubjetivas que os indivíduos estabelecem com os outros que, aos poucos, são construídos diferentes modos de agir, sentir e significar. Para Vigotski, o processo de formação do sujeito ocorre a partir das relações estabelecidas no contexto social, desde a mais tenra idade. O autor descreve que as funções psicológicas superiores do desenvolvimento da criança como, por exemplo, a atenção voluntária, a memória lógica e a formação de conceitos, desenvolvem-se em dois níveis: primeiro, no nível social, a partir das relações sociais (interpsicológica): e, posteriormente, no interior da criança (intrapicológica) (Delari Jr, 2009; Vigotski, 1896-1934/2008). A constituição do sujeito em Vigotski não se esgota a partir das relações interpsicológica e intrapsicológica, pois a mesma se dá a partir da relação dialética entre estas duas dimensões (Molon, 2010).

Para Vigotski (1929/2000; 2004), as questões sociais e individuais estão de tal modo entrelaçadas, e ao se analisarem tais questões, não se tratam de antinomias, pois um indivíduo é um ser social, inserido numa realidade social e influenciado pela mesma e, dessa forma, não existe uma sociedade sem um indivíduo. O desenvolvimento de um depende do desenvolvimento do outro, ou seja, o sujeito constrói e é construído pelo contexto social em que está inserido.

Para Vigotski, a subjetividade “implica a intersubjetividade, porque não se trata de um sujeito isolado e aprisionado em seu mundo privado, mesmo no diálogo consigo (fala silenciosa e fala interior)”. A subjetividade, desse modo, está imersa no sujeito inserido em um campo social (Molon, 2010, p. 120).

A construção deste sujeito é exercida, a partir da relação com o social, a partir destas diferenças e do conflito destas relações, de maneira dinâmica na relação dialógica com o outro, a subjetividade deste indivíduo é constituída.

2.2.3 Mediação.

No que diz respeito à mediação em Vigotski, segundo Molon (2010), é uma tarefa difícil de ser compreendida, pois esta não apresenta um conceito definido e pronto, mas é trabalhada por Vigotski em sua Teoria, como um pressuposto para a mesma, o qual perpassa pelas considerações acerca da relação eu-outro, experiências subjetivas, consciência, superação quando se trata das funções psicológicas superiores.. Desse modo, a mediação não se encontra entre dois processos distintos, ela consiste na própria relação da interlocução entre os mesmos.

Diante disso, a mediação só pode ser compreendida quando relacionada à consciência, e pela construção do pensamento e da linguagem, pois estes processos estão imbricados em um todo complexo. Ao entendermos que a consciência é formada a partir do contato social, como uma experiência duplicada, em que o reconhecimento do eu só existe pelo reconhecimento do outro, pode-se assim compreender a formação da consciência como um processo mediado socialmente (Vigotski, 1896-1934/2008).

Para entender esse processo, faz-se importante mencionar o funcionamento da atividade mediada entre o signo e o instrumento. O comportamento é influenciado pelo uso dos signos e dos instrumentos, a partir de uma atividade mediada. Os signos são dirigidos ao controle do próprio sujeito e são processados internamente; em contrapartida, os instrumentos são condutores da influência humana para a modificação objetiva da realidade, por meio da atividade mediada. Desse modo, são orientados externamente, possuindo, assim, realidades diferenciadas. A relação entre signo e

instrumentos, na atividade psicológica, referencia a construção das funções psicológicas superiores, pois “uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e passa a ocorrer internamente” (Vigotski, 1896-1934/2008, p. 57).

Desse modo, a consciência é originada pela mediação dentro do contato social, a partir das relações sociais (interpsicológica) e, posteriormente, no interior da criança (intrapsicológica). As funções psicológicas inferiores, a partir da atividade mediada, são transformadas em funções psicológicas superiores, ou seja, são mediadas a partir da linguagem. A dinâmica da construção das funções psicológicas superiores apresenta uma natureza histórico-cultural, partindo de um longo processo durante o desenvolvimento humano (Vigotski, 1896-1934/2008).

O processo de mediação estabelece-se através das trocas, da comunicação, por meio dos signos, da palavra, da semiótica, das relações dialéticas. É a partir da relação mediatizada que a cultura perpassa nas relações sociais e fundamenta as mesmas (Molon, 2010).

A mediação é uma categoria importante, para se compreender o sentido das coisas para os sujeitos, pois o significado de uma palavra é convencional, é coletivo, mas o sentido modifica-se, dependendo do contexto, das pessoas e das situações. A presença de ambos impulsiona novas conexões e novas atividades da consciência e torna possíveis as relações sociais, proporcionando configurações e matizes ideológicos à consciência e à subjetividade. (Molon, 2010)

2.3 Concepção de Política Pública

No estudo sobre Política Pública, não há uma única definição formada, e isso ocorre devido à complexidade do tema, que perpassa diferenciadas concepções do que seja uma Política e do que é Público. Contudo, Souza (2006) argumenta que a

maioria dos estudiosos aborda política pública, como o campo do conhecimento que visa a colocar e analisar o governo em ação, para que, a partir daí, possa propor mudanças no curso dessas ações.

Para a discussão e compreensão do que são as Políticas Públicas, para esta dissertação, adotar-se-á a visão proposta por Di Giovanni (2009), para compreender as estruturas elementares e a concepção de uma Política Pública. Este autor faz uma releitura dos modelos e discussões existentes sobre o fenômeno, e propõe uma abordagem integrada para a análise de Políticas Públicas, considerando os aspectos econômicos e sociais que permeiam as particularidades do modelo neoliberal e a lógica capitalista.

Para Di Giovanni (2009), Política Pública deve ser entendida e compreendida historicamente. Este entendimento histórico parte também da tentativa de compreender a construção do que fundamenta uma Política Pública, hoje, desde as raízes de sua formação e estruturação no pós-guerra. Ou seja, o conceito de Políticas Públicas deve ser entendido como evolutivo, devido às várias transformações históricas na relação Estado-sociedade.

Ao entendê-la como um processo histórico, pode-se enxergá-la como algo que vai além de práticas interventivas do Estado a uma determinada situação social. Como descreve o autor, “penso políticas públicas como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas”, como uma forma articulada entre a interação complexa do tripé Estado, Sociedade e Economia (Di Giovanni, 2009, p. 5).

A análise de Políticas Públicas, pela ótica da tríade Estado-Sociedade-Economia é poder enxergar as entrelinhas do processo de construção e efetivação de uma política, no qual estão imbricadas as relações e conflitos sociais, e as formas de intervenções estatais que permeiam este processo. Outro aspecto levantado por Di Giovanni (2009)

para o entendimento das Políticas Públicas diz respeito ao conceito de *forma política*.

Para o autor:

Entendo por essa expressão uma configuração específica de relações de poder, que seja institucionalizada, recorrente e estruturada, no sentido de se constituir, de modo próprio, numa probabilidade de ação coletiva. Nesse sentido, no campo político, as políticas públicas não são uma forma única ou exclusiva, mas convivem com formas vigentes das diferentes sociedades (p. 6).

No que diz respeito à evolução do conceito de Políticas Públicas, perpassam quatro fatores históricos marcantes: um fator de natureza macro econômica; um fator de natureza geopolítica; um fator de natureza política; e por fim, um fator de natureza cultural e sociológica.

Em relação ao fator de natureza *macro econômica*, pode-se dizer que este refere-se ao posicionamento de um Estado Regulador, diante de todas as consequências sociais, políticas e econômicas advindas do pós Segunda Guerra Mundial, diante dos conflitos existentes e influentes da “mão invisível” do mercado, como saída para solução econômica dentro da lógica do liberalismo. A raiz *geopolítica* também foi traçada, a partir desse período, com a bipolarização entre o mundo capitalista e socialista, no segundo pós-guerra, e as diretrizes tomadas após esses conflitos, no intuito de uma nova reconfiguração de políticas de proteção social (Di Giovanni, 2009).

Dentro desse contexto, surgem estratégias para sustentar a lógica capitalista, dentro dos preceitos da relação capital-trabalho, ou seja, uma lógica de reproduzir e reproduzir-se. As políticas *keynesianas*, focadas no pleno emprego, fazem parte dessas estratégias utilizadas pelo Estado no cenário mundial, e a base de elaboração da proteção social, diante da crise econômica do modelo liberal (Di Giovanni, 2009).

As medidas tomadas pelo Estado, para regular a situação econômica e os efeitos da *questão social*, refletem as ações de seguridade social e proteção social, na lógica capitalista, desenvolvidas no final do século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, desencadeando a construção do *Welfare State*, Estado de Bem-Estar Social, principalmente nos países da Europa ocidental, com destaque para a Alemanha e Inglaterra. Essas medidas tomadas pelo Estado são fruto dos movimentos da classe trabalhadora, das relações de classes sociais, como uma intervenção para a promoção do bem-estar social, contudo faz-se importante mencionar que estas medidas estão diretamente relacionadas com lógica capitalista, de acumulação de capital (Bering, 2000).

O fator de natureza *política* constituiu outro aspecto importante, na evolução do conceito de política pública, pois com a construção de um Estado democrático, após o período do segundo pós-guerra, com uma nova representação do significado do Estado, “aquele que revela uma forte capacidade de resposta (*responsiveness*) às demandas da sociedade”, com o direito ao voto, maior participação sindical e partidária, e maior número de movimentos sociais (Di Giovanni, 2009, p. 15).

E quanto ao fator de natureza *cultural e sociológica*, consistiu a partir da reconfiguração deste modelo de Estado democrático, e o seu novo papel diante da sociedade, e também de como a sociedade reage ao mesmo. As regras, os valores, os posicionamentos e novas formas de exercício de poder foram construídos, por uma via histórica (Di Giovanni, 2009).

Deste modo, a compreensão da dinâmica de construção e efetivação de uma Política Pública, para Di Giovanni (2009), envolve ora seus aspectos formais, ora aspectos materiais, sua substância, ou seus elementos simbólicos, que estão inseridos no que o autor chama de *estruturas elementares*. Estas são entendidas, a partir de quatro

diferentes ângulos de observação: a) estrutura formal, composta pelos elementos: “teoria”, práticas e resultados; b) estrutura substantiva, composta pelos atores, interesses e regras; c) estrutura material, por financiamento, suportes, custos; e d) estrutura simbólica, composta pelos valores, saberes e linguagens.

Entretanto, faz-se importante que se considerem estes aspectos além de suas particularidades das estruturas, como também a interconexão entre os mesmos. Outro ponto é que, ao se visualizarem as estruturas, possa inseri-las dentro de um contexto histórico, político, cultural e econômico, pois envolve um momento único, uma realidade específica dentro da dinâmica de relações entre o Estado, a Sociedade, e a Economia.

Para Di Giovanni (2009), a *estrutura formal* de uma Política Pública envolve as inter-relações entre uma “teoria”, um conjunto de práticas e um conjunto de resultados, em que a teoria abarca todos os conteúdos técnicos, políticos, culturais e ideológicos para uma determinada intervenção, na questão social. Esta intervenção consiste nas práticas, concernem sobre a natureza prática de uma Política Pública, para que se tenha, por fim, a efetivação dos resultados.

A estrutura formal dar-se-á como uma base inicial para a compreensão das outras estruturas. Por conseguinte, a *estrutura substantiva* reflete, nas atividades sociais que são realizadas por meio dos atores inseridos na política, desde os usuários até os profissionais que nela estão inseridos. “Os atores são todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente, participam da formulação, da implementação e dos resultados de uma política” (p. 23). Essas ações são desenvolvidas a partir de objetivos implícitos e explícito, que para o autor, constituem os interesses que movem a prática dos atores (Di Giovanni, 2009). Segundo Giovanni, os interesses, em relação às ações dos atores estão envolvidos em três ordens: interesses econômicos (empresariais,

corporativos e/ou individuais), interesses políticos (de agentes políticos e tecno-burocráticos) e interesses de reprodução social (portadores de carências ou demandas específicas). Estas devem ser compreendidas, a partir da lógica da acumulação de capital, da acumulação de poder político, e da acumulação de recursos de bem estar.

Os interesses dos atores são movidos por regras, as quais constituem, segundo o autor: “leis, normas, convenções formais ou consuetudinárias, padrões morais e éticos, costumes, linguagens, práticas cristalizadas, que criam pautas de comportamento para cada um e para o conjunto dos atores” (Di Giovanni, 2009, p.25). Este aspecto enfatiza a importância de se considerarem as Políticas Públicas pelo viés do contexto histórico-cultural, pelas construções de padrões específicos em nossa sociedade, ou seja, as ações/intervenções dos atores estão envolvidas com o contexto histórico em que estão inseridas, e de como compreendem seu papel dentro de uma Política Pública.

Quanto à *estrutura material*, esta envolve os aspectos econômicos que influenciam diretamente na construção de uma Política Pública, ou seja, o financiamento, os custos e o suporte. Este aspecto demonstra que o posicionamento de uma Política Pública não compreende apenas ações interventivas ou resultados, mas que essas intervenções estão implicadas com o contexto econômico. O suporte para uma Política Pública representa um fator importante para o funcionamento da engrenagem. A partir do suporte, as ações são viabilizadas aos diversos atores para que ocorra a efetivação das mesmas (Di Giovanni, 2009).

Por fim, o autor menciona a *estrutura simbólica*, a qual concerne sobre os valores, os saberes e a linguagem que envolve os variados atores, dentro de uma Política Pública. Menciona que a diversidade de contextos presentes nesta Política torna-se ainda mais complexa quando envolve a *estrutura simbólica*, os valores, o conhecimento

e a linguagem entre os atores que participam e efetivam a Política. Desse modo, complementa:

Os elementos da estrutura simbólica são, de fato, muito mais que uma expressão cultural neutra dessa atividade social. São também reveladores – do ponto de vista analítica – dos graus de particularismo/universalismo e isolamento/integração das arenas políticas, bem como dos níveis de racionalização e tecnificação; tradicionalismos e interferências ideológicas que ocorrem nessas mesmas arenas (Di Giovanni, 2009, p. 29).

Desse modo, uma Política Pública envolve relações entre o Estado, participação da sociedade, a partir de uma realidade econômica específica. Esta relação é mediada por conflitos que perpassam a questão social, dentro de uma lógica de um Estado Democrático, com um modelo capitalista neoliberal. A partir deste contexto, podem-se verificar as regras instituídas para a manutenção deste modelo, e a movimentação dos atores envolvidos.

2.4 Psicologia e Políticas Públicas: o compromisso social e o novo campo de atuação do psicólogo

A Psicologia entra no cenário das Políticas Públicas por meio da nova configuração de proteção social, a partir da Constituição Federal de 1988, em que o acesso à assistência, saúde, educação, previdência é um direito universal, e desta forma, o Estado entra na oferta de programas e serviços para que os mesmos sejam efetivados. E com isso, ganha um novo campo de atuação, o qual requer também um novo posicionamento de atuação, que difere da tradicional prática clínica elitizada, anteriormente exercida pela profissão. Sobre este aspecto, Yamamoto (2003) aponta que a Psicologia possui, no Brasil, a tradição do compromisso com as elites, numa prática de

controle, higienização, categorização e diferenciação de interesses necessários para a manutenção de lucro e reprodução do capital. Esta prática de compromisso com a elite, segundo o autor, perpassa concepções naturalizadas construídas historicamente, desde a época do Brasil colônia.

A prática da Psicologia concentrava-se nas áreas organizacional, educacional e clínica, sendo esta última a mais focada e reconhecida como uma prática do psicólogo, dirigida a uma pequena parcela da população: a elite. Desse modo, a inserção do psicólogo em novos espaços que possibilitem o acesso à população a uma prática comprometida socialmente reflete um longo caminho em construção, como o campo das políticas públicas (Yamamoto, 2003).

Sob esta ótica, o psicólogo, ao entrar nas políticas públicas, efetiva a luta pela “deselitização” da profissão, colocando-a ao alcance de toda a população. Este novo modo de pensar da Psicologia refere-se a uma prática voltada para a garantia e o restabelecimento de direitos. Um dos passos iniciais deste processo deu-se, a partir dos estudos de Lane (1981), ressaltando a importância de uma psicologia comunitária, ou seja, uma psicologia implicada com a questão social, com a comunidade, e não mais direcionada a uma prática elitista (Lane, 1981; Bock, 2003).

Entende-se por *questão social* o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos expressos por meio da contradição capital-trabalho das exigências do processo de construção da sociedade capitalista (Yamamoto, 2003; Oliveira & Yamamoto, 2010).

No que diz respeito a este redesenho da profissão, Yamamoto (2003) descreve que este movimento foi reflexo de vários contingentes, diante do processo de redemocratização do país, com o fim do período autocrático-burguês e a crise do período de acumulação capitalista. Diante disso, ocorre uma mudança no perfil da

profissão, devido às consequências da crise econômica, e pela nova configuração da constituição de 1988, em relação à garantia dos direitos. Isso reflete na falência do modelo de profissional autônomo, e na abertura de novos campos de atuação, a partir da redefinição do setor de bem-estar. Contudo, ainda são destacadas, nesse período, duas tendências: a primeira delas é a hegemonia da prática clínica; e a segunda a atuação do psicólogo, no campo social.

Desse modo, pensar a atuação do psicólogo nas políticas públicas é também pensar sobre o papel e o compromisso da profissão no contexto brasileiro, frente aos embates econômicos, sociais e políticos. Pois política é conflito, e a inserção do psicólogo, no campo social, que também partilha estes embates, principalmente pelo contexto social e econômico do país, desde a época da regulamentação da profissão e até a inserção do psicólogo no campo do bem-estar social (Yamamoto, 2003).

A trajetória econômica e social do Brasil, no período da Constituição Federal de 1988, reflete um período de embates, devido à lógica neoliberal que regia todo o sistema. Sobre isso, Oliveira e Yamamoto (2010) descrevem acerca do “ajuste neoliberal e o desajuste social” no que diz respeito à década de 80, devido aos malabarismos do Estado na promoção da proteção social, por meio dos ideais de bem-estar social, dentro de um contexto de crise econômica:

Esse contexto de emergência de um padrão de *Welfare State*, que oscila do padrão meritocrático ao residual, tornou-se um grande espaço de trabalho para os psicólogos brasileiros. Resultado não de um direcionamento do instrumental teórico-técnico da profissão, ou de uma efetivação de propostas para a prática psicológica menos elitista. O campo das políticas sociais foi, e continua sendo, um reflexo do enxugamento do mercado para o exercício profissional, e uma possibilidade de emprego estável, mesmo às custas das constantes críticas que

recaem sobre a contextualização do trabalho realizado, da adequabilidade das teorias psicológicas, e mais ainda, do caráter ideológico que a prática psicológica vem assumindo nesses espaços (Oliveira & Yamamoto, 2010, p. 3).

Conforme Yamamoto (2003), para que seja discutido sobre a inserção do psicólogo nas políticas sociais, e o compromisso social do mesmo, faz-se importante levar em consideração a questão social como um elemento de parâmetro e limite, para que o psicólogo exerça sua ação comprometida socialmente.

Desse modo, nos últimos dez anos, a inserção do psicólogo, nas políticas públicas, obteve grandes avanços. Após diferentes experiências e discussões desta categoria, em todo o país, foram construídas práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana, as quais apontaram alternativas para o fortalecimento de indivíduos e grupos, para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade. Como resultado dessas experiências, houve uma ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão de psicólogo no interior da sociedade (Yamamoto, 2003).

Em relação à prática do psicólogo nas políticas públicas, em especial no SUAS, representa um aspecto muito importante para a viabilização dos objetivos propostos por esta política, quanto à garantia de direitos e atendimento especializado a indivíduos em situação de vulnerabilidade e fragilidade social, preconizados na Constituição Federal de 1988. O psicólogo, como um profissional enquadrado na equipe do SUAS, prestará atendimento especializado, na identificação das situações de violação de direitos da criança e adolescente e suas famílias e, a partir da escuta, refletir em que lugar o sujeito se situa nesta violação, como se organizam os valores e os laços familiares e quais mecanismos podem ser desenvolvidos, para a superação da violação (Cruz & Guareschi,

2010). De acordo com o CFP e CEFESS (2007): “a atuação dos (as) psicólogos(as) no SUAS deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (p. 32).

É importante que o psicólogo desenvolva diferentes atividades em espaços institucionais e comunitários, ligados com a elaboração de políticas, planos e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas (CFP & CEFESS, 2007).

No processo de construção de Políticas Públicas, é importante que os profissionais estejam cientes da realidade política do Brasil, que foi fortemente influenciada pela visão neoliberal da sociedade, pautada no valor máximo do mercado e princípios capitalistas e que, a partir disso, desenvolvam reflexões e ações para o rompimento dessas convicções, e promovam projetos que versem sobre a valorização da vida e dignidade para todos (Contini, 2003).

Dentro desse campo, o psicólogo atua, de modo interdisciplinar, nos CREAS atendendo crianças, adolescentes e adultos, de forma individual e/ou em grupo, priorizando o trabalho coletivo; possibilitando encaminhamentos psicológicos, quando necessário; desenvolvendo métodos e instrumentos para atendimento e pesquisa com um olhar para o grupo familiar. As ações devem ser integradas com outros (as) profissionais dentro do serviço, e com outros serviços, visando o trabalho em rede (CFP & CEFESS, 2007).

Dessa forma, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social, contribuições, por meio da atuação e escuta

sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania. A partir disso, o psicólogo, em seu atendimento, deve sempre procurar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais dos indivíduos, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem, para que não venham a categorizar, patologizar e objetificar os indivíduos (CFP & CREPOP, 2007a).

Para o psicólogo, desenvolver uma abordagem preventiva, no seu atendimento a crianças e adolescentes, deve ter, em sua formação, um conhecimento sobre a dinâmica do abuso sexual. A formação direcionada do psicólogo, para atuar no enfrentamento da violência sexual, favorece maior abertura e aceitação à realidade dos fatos, podendo, assim, oferecer à criança ajuda e escuta mais especializada (Azevedo, 2001).

O atendimento do psicólogo, em casos de violência sexual, constitui uma questão delicada, visto que, além dos sentimentos, valores, emoções da vítima e de sua família, estão envolvidos, no processo, os seus próprios conceitos, como profissional e ser humano, frente a uma situação de imensa fragilidade. Dessa forma, é importante que o psicólogo elabore sua própria atitude, frente à violência sexual, para que se estabeleça uma melhor comunicação entre todos envolvidos no atendimento (Azevedo, 2001).

Quando o psicólogo, em seu atendimento, valoriza a experiência subjetiva do indivíduo, está contribuindo para fazê-lo reconhecer sua identidade e sua potencialidade e, dessa forma, pode-se desenvolver o fortalecimento pessoal e condições subjetivas de inserção social (CFP & CREPOP, 2007a).

Conforme Yamamoto (2003), em relação à ampliação do campo de atuação do psicólogo, em políticas públicas, deve-se considerar, como ponto principal, a qualificação da formação dos profissionais de Psicologia, voltados à contribuição da realidade brasileira, baseados no compromisso social, o que difere do modelo clínico de

atuação. Sobre este aspecto, Paiva e Yamamoto (2010) apontam que a mesma não prepara o psicólogo para atuar em políticas públicas, com reflexões para uma atuação política e ativa na comunidade, bem como em relação aos marcos lógicos e legais, a respeito de políticas públicas como a constituição e suas leis complementares.

Nesta perspectiva, Bock (1999) descreve alguns critérios para a intervenção do psicólogo comprometido socialmente. O primeiro critério aponta para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população, na qual o psicólogo deve refletir sua prática, a partir de uma perspectiva ética, realizando uma intervenção, observando o contexto social envolvido. Em outras palavras, uma prática voltada para a transformação social, a partir da realidade social em que está inserida. O segundo critério versa sobre uma prática que observe o sujeito, em sua totalidade, e não como uma doença - vê-lo como um ser ativo e com potencialidade de transformação de sua realidade. Isso reflete uma prática voltada para a promoção de sua saúde e qualidade de vida. Outro critério trata da construção de uma Psicologia que adapte os saberes e práticas à demanda e à realidade na qual estão inseridos.

Complementando esta ideia, Bock (1999) descreve que:

Assumir um compromisso social, em nossa profissão, é estar voltado para uma intervenção crítica e transformadora de nossas condições de vida. É estar comprometido com a crítica desta realidade, a partir da perspectiva de nossa ciência e de nossa profissão. É romper com 500 anos de desigualdade social que caracteriza a história brasileira, rompendo com um saber que oculta esta desigualdade atrás de conceitos e teorias naturalizadoras da realidade social. Assumir compromisso social, em nossa prática, é acreditar que só se fala do ser humano quando se fala das condições de vida que o determinam (p.327).

Dessa forma, Martínez (2003) coloca a seguinte reflexão: “é o corpo articulado de conhecimentos, representado pela Psicologia, como ciência particular que se compromete socialmente, ou é o indivíduo psicólogo que produz esses conhecimentos ou que os utiliza nas suas práticas profissionais específicas?” (p. 144). A partir desse questionamento, pode-se visualizar como estão relacionadas a prática do psicólogo, na construção da Psicologia como ciência; e a implicação do psicólogo, como sujeito nesta construção. Contudo, as ações, motivações, ideologias do psicólogo, como sujeito, são ferramentas essenciais para o compromisso social da Psicologia.

No que concerne à propriedade do conhecimento por parte do psicólogo, Yamamoto (2003) afirma que este aspecto deve ser entendido pela relação *Expertise-credencialismo*, no qual o *expertise* reflete todo o domínio de conhecimento e habilidades do profissional para a sua práxis. E o credencialismo, consiste na institucionalização da *expertise*, ou seja, a organização da profissão visando a competência específica do profissional.

Sobre a importância da qualificação dos psicólogos, o CFP & CFESS (2007) apontam:

O (a) psicólogo (a) deve estar em aprimoramento contínuo, em sua área, que lhe possibilite o desenvolvimento de habilidades de análise e síntese, de aplicabilidade de conhecimentos na prática, de comunicação, e de trabalho em equipe. (p.36)

Segundo o CFP (2009), a melhoria na qualificação dos profissionais de Psicologia proporciona a estes um maior preparo, tanto no que concerne ao atendimento das exigências na implementação de políticas públicas da assistência social, como no que tange à construção de novos caminhos e práticas que estejam comprometidos com a

promoção da qualidade de vida e da garantia dos direitos dos indivíduos, em situação de risco pessoal e social.

Diante do exposto, os psicólogos, no processo de construção de políticas públicas no Brasil, são protagonistas no que diz respeito ao desenvolvimento de propostas, na gestão de sistemas e serviços, na formação de profissionais vinculados à práticas públicas e sociais, na produção de conhecimentos, no processo de construção de Políticas Públicas, e de efetivação da garantia de direitos (Fagundes, n.d.).

Assim, a atuação psicológica deve-se guiar por princípios fundamentais que estejam pautados na promoção da liberdade, dignidade, integridade, saúde e qualidade de vida dos indivíduos, contribuindo, dessa forma, para a minimização das formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para isso, é importante o contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia, como campo científico de conhecimento e de prática.

Diante do exposto, A atuação do psicólogo, pautada no compromisso social, propõe uma visão dialética desta atuação pelas vias da construção de teorias e práticas, baseadas no contexto sócio-histórico, que permeiam as relações sociais e econômicas, também imbricadas no processo de formação da profissão no contexto brasileiro.

CAPÍTULO III

Percurso Metodológico

Para descrever o desenho metodológico desta dissertação, faz-se importante retomar os objetivos da mesma. Como objetivo geral, buscou-se analisar como se dá a atuação do profissional de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais do Estado da Paraíba.

Os objetivos específicos foram:

1. Identificar os dados biosociodemográficos dos profissionais de Psicologia que atuam nos CREAS regionais, no Estado da Paraíba;
2. Caracterizar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais;
3. Identificar, a partir dos profissionais de Psicologia, os procedimentos desenvolvidos na atenção psicossocial, voltados para a proteção, restabelecimento dos direitos e reparação da violência sexual contra crianças e adolescentes;
4. Identificar, a partir dos profissionais, as ferramentas disponibilizadas pelo suporte organizacional dos CREAS para o desempenho das atividades do psicólogo, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
5. Identificar a percepção do profissional de Psicologia sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
6. Identificar os processos de subjetivação de que fazem uso os profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desse modo, para atender os objetivos propostos, optou-se por um estudo exploratório, de natureza quanti-qualitativa. A opção por este tipo metodologia deveu-se ao fato de adotarmos a ferramenta de análise quanti-qualitativa do *software* ALCESTE. Este programa possibilita a compreensão das palavras mais significativas no *corpus*, a partir da análise lexical pelo radical das palavras, dentro do contexto em que aparecem no discurso e de uma temática específica. Desse modo, o *software* permite, ao mesmo tempo, a partir de uma análise quantitativa dos elementos verbais das entrevistas, a análise das palavras, partindo do contexto trazido por cada sujeito, e também pelo grupo de sujeitos entrevistados, observando seus aspectos subjetivos, presentes nos discursos em cada contexto.

Desta forma, consideramos viável a escolha deste tipo de metodologia, por retratar um caminho adequado para a compreensão do objeto de estudo, o qual versa sobre a atuação do profissional de Psicologia do CREAS, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

3.1 Lócus e Participantes

A pesquisa de campo ocorreu no Estado da Paraíba, junto aos profissionais de Psicologia vinculados aos CREAS e distribuídos nas 20 unidades regionais: Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Caldas Brandão, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Ibiara, Itaporanga, Lagoa Seca, Lucena, Piancó, Prata, Salgado de São Félix, Santa Luzia, Santa Therezinha, Sapé, Souza e Uiraúna.

3.2 Amostra

A amostra foi composta por 11 profissionais de Psicologia, vinculados a unidades regionais do CREAS-PB, sendo dez do sexo feminino e um do sexo masculino. Faz-se importante mencionar que, durante o período de coleta de dados, 4(quatro) CREAS encontravam-se sem psicólogos, diante do processo de seleção de novos profissionais, restando assim dezesseis CREAS para a realização das entrevistas. Destes, foram realizadas treze entrevistas, contudo, em duas delas encontramos dificuldades na transcrição por estarem inaudíveis, totalizando, assim, onze entrevistas.

A amostra foi selecionada através dos seguintes critérios: ter tempo mínimo de seis meses de atuação no atendimento a crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual no CREAS; aceitar participar do estudo; e ter disponibilidade para participar da entrevista.

Sobre o critério tempo de atividade profissional, definimos o mínimo de seis meses, por acreditarmos ser um tempo suficiente para que os participantes estivessem devidamente inseridos no contexto da profissão, particularmente, no âmbito do CREAS e também, para se poder verificar como esse grupo constrói um discurso sobre si mesmo, suas práticas, particularmente sobre a sua atuação no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

3.3 Técnica e instrumento de coleta de dados

Considerando-se as peculiaridades do objeto de estudo, que diz respeito à análise da atuação do psicólogo do CREAS, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, utilizamos a entrevista semiestruturada, como técnica de apreensão dos dados empíricos, uma vez que esta tem, como objetivo, oferecer “uma

compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.” (Gaskell, 2002, p. 65).

Para Minayo (2010), a entrevista é uma técnica privilegiada de comunicação, a qual se caracteriza por uma conversa entre interlocutores, com o objetivo de construir informações pertinentes ao objeto proposto. Quanto à entrevista semi-estruturada, esta apresenta um roteiro de perguntas objetivas e discursivas, possibilitando, ao entrevistado, discorrer sobre o tema em questão.

No que tange à atuação do participante na entrevista, segundo Gaskell (2002), toda pesquisa com entrevistas “é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio social de troca.” Segundo ele, tanto o pesquisador como o pesquisado produzem conhecimento nesse processo, porquanto a entrevista, sendo uma interação, é também “uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas.” (Gaskell, 2002, p. 73).

O instrumento constou de questões que possibilitaram a aquisição de informações sobre como se dá a atuação do psicólogo nos CREAS regionais do Estado da Paraíba, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e abordou, especificadamente: dados biosociodemográficos dos profissionais; informações sobre o que é determinado pelo MDS para o profissional exercer na sua atuação, e o que é desenvolvido pelo psicólogo em sua prática; o suporte ofertado pelo serviço, para viabilizar a sua atuação; os procedimentos desenvolvidos na atenção psicossocial, voltados para a proteção, restabelecimento dos direitos e reparação da violência sexual contra crianças e adolescentes; e a mediação dos profissionais de Psicologia, no lidar com a sua subjetividade, na articulação do individual e do coletivo.

Para o registro das entrevistas, utilizou-se o sistema de gravação em MP3, com a anuência prévia do (a) entrevistado(a).

3.4 Procedimentos

O projeto em questão foi, inicialmente, apresentado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), instituição responsável pela Coordenação Estadual dos CREAS Regionais, a qual concedeu a autorização para realização da pesquisa. Após autorização da SEDH, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba, e após análise, foi aprovado pelo referido Comitê, conforme certidão no (ANEXO A).

Posterior a sua aprovação, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano repassou os contatos dos profissionais, e mediante a autorização dos mesmos, viabilizou-se o agendamento de um horário para a entrevista, conforme a disponibilidade de cada participante.

Antes da entrevista foi exposta, de forma clara e objetiva, a nossa proposta de trabalho, e informando aos interessados como seria a sua participação na pesquisa, ressaltando a sua autonomia (caso não quisesse participar) e a garantia do anonimato no que diz respeito aos seus depoimentos. A partir daí, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual versa sobre os aspectos éticos da pesquisa em seres humanos, preconizados na Resolução 196/96 da (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa [CONEP], 1998), observando-se a garantia do sigilo e do anonimato das informações. O material de análise constituiu-se de onze depoimentos, o qual recebeu o tratamento que passamos a expor a seguir.

3.5 Análise dos Dados

Em relação à análise de dados, o material empírico foi transcrito, na íntegra, e em seguida, processado no programa informático *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte* (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto) — ALCESTE (IMAGE, 2000) (o qual realiza a análise lexical de dados textuais qualitativos), e analisados numa perspectiva quanti-qualitativa, mediante a técnica de análise hierárquica descendente de conteúdo textual. A opção pelo referido programa se deveu ao fato de este possibilitar a análise quantitativa de dados qualitativos, e de fornecer critérios provenientes do próprio material para a consideração do , como indicador de um fenômeno de interesse científico (Camargo, 2005).

Este programa possibilita a compreensão de palavras mais significativas em um dado *corpus* de análise, a partir da análise lexical, pelo radical das palavras, dentro do contexto que aparecem no discurso e de uma temática específica. Desse modo, o *software* permite, ao mesmo tempo, a análise das palavras, a partir do contexto trazido por cada sujeito e pelo grupo de sujeitos entrevistados, observando-se os aspectos subjetivos presentes nos discursos, em cada contexto.

O ALCESTE foi criado na França, em 1979, por Reinert, no Centro Nacional Francês de Pesquisa Científica (CNRS), para o sistema operacional *Windows*, e consiste na classificação estatística dos enunciados presentes no texto, por meio da distribuição do vocabulário que é utilizado ao longo dos vários níveis de contexto do discurso. O *software* é desenvolvido pela empresa IMAGE, especializada em matemática aplicada e desenvolvimento de *software* científico.

No ALCESTE, o pesquisador inicia sua análise, definindo as unidades de contexto iniciais (UCIs), as quais são separadas por linhas de comando, conhecidas como “linhas com asteriscos”. O conjunto de UCI constituiu o *corpus* de análise,

processado pelo programa. Depois de formado um conjunto de UCIs, formou-se um *corpus* de análise, que consiste num conjunto textual centrado em um tema. Para a organização do *corpus* de análise, o programa trabalha com um único arquivo em formato texto (extensão txt), o qual pode ser um texto ou um conjunto de textos, digitado no Word, utilizando-se fonte Courier 10 e espaçamento simples, com no mínimo 1000 linhas de 70 caracteres cada uma, ou cerca de 70.000 caracteres, que representam em torno de 20 páginas de texto.

De acordo com Reinert (1990), as UCIs podem ser definidas de acordo com o pesquisador e com a natureza dos seus dados textuais. Para esta dissertação, o *corpus* de análise foi constituído pelo conteúdo oriundo das entrevistas, cujo material verbal de cada sujeito (em relação à pergunta do bloco de análise) foi separado pela linha com asteriscos.

No total, o *corpus* de análise desta dissertação apresentou 11(onze) UCIs. Esta linha com asteriscos informa o número de identificação do sujeito e as variáveis referentes a cada UCI. As variáveis utilizadas nesta dissertação foram: idade, sexo, formação universitária, abordagem teórica, tempo de formação, tempo de exercício profissional no CREAS, motivo da escolha em trabalhar no CREAS, conhecimento do serviço CREAS, mesorregião do CREAS, formação para trabalhar com criança e adolescente, e formação para trabalhar com violência. Como pode ser visualizado no exemplo a seguir:

```
**** *suj_1 *ida_1 *sex_1 *etnia_1 *pgrad_1 *tform_3 *tcreas_2 *forma_1
*abor_1 *mesoreg_1 *formca_2 *formvil_2 *conhecreas_2 *localform_1
*pqtrabcreas_2.
```

A linha de comando indica que é o indivíduo 1 (suj_1), idade entre 25 a 35 anos (ida_1), sexo feminino (sex_1), etnia branca (etnia_1), possui pós-graduação (pgrad_1),

tempo de formação de 11 a 15 anos (tform_3), tempo de trabalho no CREAS de (tcreas_2), formação em clínica (forma_1), abordagem psicanalítica (abor_1), mesorregião do Sertão (mesoreg_1), não possui formação para trabalhar com criança e adolescente (formca_2), não possui formação para trabalhar com violência (formvil_2), não conhecia o CREAS antes de trabalhar no serviço (conhecreas_2), formou-se em universidade pública (localform_1) e foi trabalhar no CREAS por indicação (pqtrabcreas_2).

O programa, após ter definido as UCIs, dividiu o material em unidades de contexto elementar (UCEs), as quais se apresentam como elementos de texto, em função do tamanho do *corpus* (Camargo, 2005). O ALCESTE, deste modo, objetiva identificar os traços do uso da linguagem num discurso, possibilitando trajetórias de interpretação (Soares, 2005).

O sentido das sentenças é captado a partir das palavras que aparecem juntas no discurso do maior número de sujeitos. O *software* também agrupa as palavras, em função de suas raízes, em formas reduzidas. Por exemplo: “trabalho” e “trabalhar” são traduzidos por “trabalh+”.

Para Reinert (1990), o vocabulário das palavras reflete pontos de vista diferentes dos sujeitos, em relação a determinado objeto. Desse modo, a partir do ALCESTE podem ser detectados diversos modos de pensar sobre ele, ou seja, as classes formadas representam visões de mundo dos sujeitos entrevistados, possibilitando, assim, analisar quantitativamente os dados textuais.

No que concerne ao processamento dos dados qualitativos no ALCESTE, o *software* realiza tal processamento em quatro etapas de análise, sendo as três primeiras com três operações, e a quarta etapa com cinco operações. Na etapa A, o *software* reconhece as unidades de contexto iniciais (UCI), realiza a primeira leitura e

fragmentação do texto, e cálculo do dicionário a partir do radical das palavras, quanto à frequência das mesmas no texto. A etapa B consiste no cálculo das matrizes de dados e na classificação das UCE, que foram ordenadas a partir dos seus respectivos vocabulários. Com a matriz concluída, esta é submetida a um método de classificação hierárquica descendente e realizada a partição do *corpus*. Nesta fase, são formadas as classes partindo do conjunto das UCEs que foram repartidas com base na frequência das formas reduzidas. Na etapa C, o Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente é formado, o que compreende a fase mais importante, pois permite uma visualização da descrição de cada classe pelos seus vocabulários característicos (léxico) e pelas suas palavras com asterisco (variáveis), bem como a relação entre as classes, a partir de um plano fatorial por meio do cálculo da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) com dois eixos. A etapa D consiste na última operação realizada pelo *software*. Nesta etapa, são realizados os cálculos complementares, os quais consistem em fornecer um maior detalhamento de palavras (léxicos) e UCE mais representativas de cada classe, para que se tenha uma classificação de palavras num direcionamento ascendente, possibilitando um estudo inter-classes (Camargo, 2005).

Para um melhor entendimento das particularidades de cada classe, estão apresentados alguns exemplos de falas dos profissionais de Psicologia, trazidas pelo *software* ALCESTE por meio das UCE's mais relevantes. Em cada fala, estão presentes as palavras que mais contribuíram para a formação da classe entre parênteses. Contudo, vale salientar que apenas dois exemplos foram citados em cada classe, e em cada um destes exemplos existem palavras que coincidem com as palavras apresentadas nos Dendogramas, como também existem as que não se encontram ausentes, devido à baixa frequência ou a um $\chi^2 \leq 3,84$. Para efetivação da análise da redução de vocábulos, foram considerados dois critérios fundamentais: 1) critério lexicográfico: considerar palavras

não instrumentais com frequência igual ou superior à média obtida em cada bloco e χ^2 a partir de 3,84 com grau de liberdade (g.l.) igual a 1.

Desse modo, a metodologia adotada possibilitou a análise de aspectos subjetivos e objetivos por meio da análise quanti-qualitativa do ALCESTE, relatados no discurso dos profissionais de Psicologia, em relação à percepção de sua atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A seguir, estão apresentados os Dendogramas referente aos 8(oito) blocos de análises, nos quais estão descritos a nomeação de cada classe, o número de u.c.e que a compõe, a descrição da classe, as variáveis descritivas relacionadas à classe, e por fim, as palavras de maior χ^2 , ou seja de maior associação estatística em relação a cada classe, responsáveis pela formação das u.c.es. As mesmas foram consideradas a partir dos dois critérios expostos anteriormente.

CAPÍTULO IV

Atuação dos profissionais de Psicologia, nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

4.1 Dados Biosociodemográficos

Os dados biosociodemográficos foram: idade, sexo, formação universitária, abordagem teórica, tempo de formação, tempo de trabalho no CREAS, porque escolheu trabalhar no CREAS, conhecimento do serviço CREAS, mesorregião do CREAS, formação para trabalhar com criança e adolescente, e formação para trabalhar com violência.

Quanto à idade, os onze psicólogos entrevistados apresentam idades entre 25 e 65 anos, prevalecendo a faixa etária de 25 a 35 anos. Houve 10 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Em relação à etnia, os psicólogos se definiram como branca, morena, parda, negra, e mestiça, sendo a etnia branca a de maior referência. Em relação à pós-graduação, seis afirmaram ter pós-graduação. Apresentaram tempo de formação entre 2 e 29 anos, e tempo de trabalho no CREAS de 1 a 6 anos, tendo maior prevalência o período de um a dois anos no serviço.

No que concerne à formação, os psicólogos apontaram a formação nas áreas clínica e organizacional, sendo a área clínica a mais predominante. E quanto à abordagem teórica, apontaram a psicanalítica, a humanística, a cognitivo comportamental, a logoterapia, e a bioenergética. Este estudo foi realizado nos CREAS regionais nas mesorregiões do sertão, agreste e litoral paraibano. Dos 11 entrevistados, 6 afirmaram que a formação para trabalhar com criança e adolescente foi pela

universidade, e 5 pela prática no CREAS; quanto à formação para trabalhar com violência, 8 afirmaram ter sido por meio da prática no CREAS, e 3 pela universidade; 7 dos entrevistados afirmaram conhecer o CREAS, antes de trabalhar no serviço, e 3 afirmaram não conhecer o serviço.

4.2 Blocos de Análise

Em relação às 11 entrevistas submetidas ao *software* ALCESTE, obtivemos 8 blocos de análise que abordam acerca dos questionamentos evocados no processo de entrevista, os quais contemplam o objeto de estudo. O quadro a seguir, reúne os 8 blocos de análise e as várias classes temáticas que emergiram pelos diferentes discursos dos profissionais de psicologia, acerca da sua atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conjuntos de temas e classes obtidos por meio da CHD do Alceste	
Temas	Classes
Atuação do profissional de Psicologia no atendimento à crianças vítimas de violência sexual	<i>O atendimento multiprofissional</i>
	<i>Atendimento à criança: a violência sexual intrafamiliar</i>
	<i>O lúdico no atendimento com crianças</i>
	<i>Dificuldades no atendimento às crianças</i>
Atuação do profissional de Psicologia no atendimento à adolescentes vítimas de violência sexual	<i>Dificuldades no atendimento aos adolescentes</i>
	<i>O processo de escuta no atendimento à adolescentes</i>
	<i>Orientação no atendimento à adolescentes</i>
Procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia diante do abuso sexual	<i>Procedimento com a rede</i>
	<i>Insatisfação do profissional de Psicologia diante das ações, da denúncias, e responsabilização dos agressores</i>
	<i>Procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia</i>
Procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia diante da Exploração Sexual	<i>O profissional de Psicologia diante dos casos de Exploração Sexual</i>
	<i>Encaminhamentos dos casos de Exploração Sexual: dificuldades na articulação com o sistema de defesa</i>
	<i>Os acompanhamentos dos casos de Exploração Sexual</i>
Determinação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o profissional de psicologia desenvolver no CREAS, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	<i>Atendimento familiar</i>
	<i>Acompanhamento e escuta psicológica</i>
	<i>Encaminhamentos dos casos</i>
Suporte organizacional	<i>Desconhecimento e preconceito por parte da população quanto a importância e papel social do CREAS</i>
	<i>Suporte a equipe</i>
	<i>Troca de experiências nas capacitações</i>
	<i>Necessidade de um prédio próprio para o CREAS</i>
	<i>Infraestrutura do CREAS</i>
Sentimentos dos profissionais de Psicologia quanto	<i>Busca pelo entendimento do tipo de violência para</i>

ao atendimento à criança e adolescente no enfrentamento da violência sexual	<i>atuação</i>
	<i>Imparcialidade no atendimento</i>
	<i>Desafio da atuação diante do fenômeno da violência sexual</i>
	<i>Impotência frente ao sistema de garantia de direitos e a rede de proteção</i>
Contribuição dos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual	<i>Contribuição individual: a escuta</i>
	<i>Contribuição dificultada pela impermanência no serviço</i>
	<i>Contribuição no coletivo</i>

Quadro 1 - Conjuntos de temas e classes obtidos por meio da CHD do Alceste

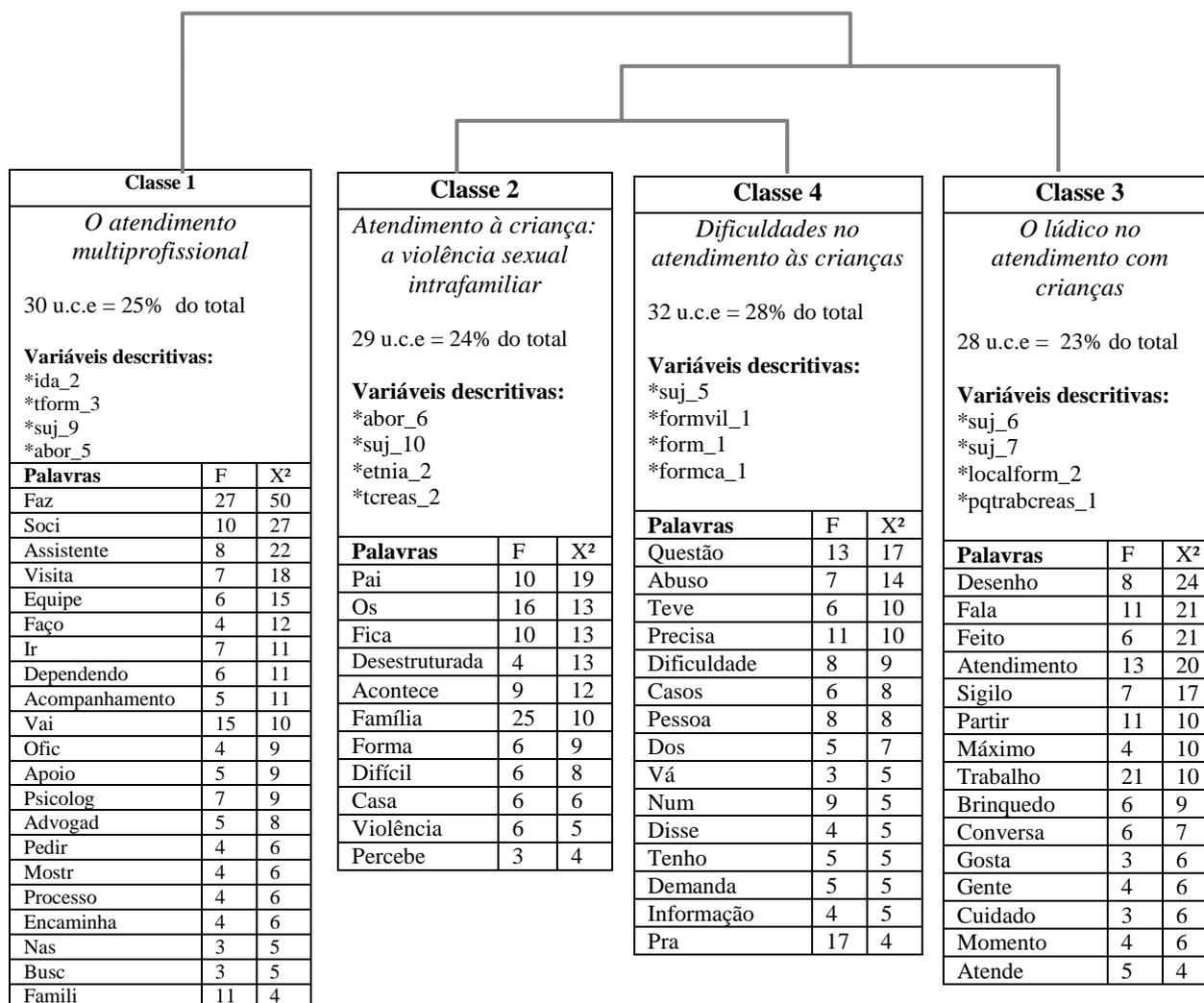
Em cada bloco de análise, primeiramente estão descritas as informações preliminares, no que concerne à formação das UCE's, a partir dos radicais das palavras. No que diz respeito aos radicais descritos pelo ALCESTE, estes foram descritos em cada bloco, a seguir, por meio do dicionário das formas reduzidas, específico de cada classe, disponibilizado pelo ALCESTE. Posteriormente, estão apresentadas as classes formadas pela temática de cada bloco de análise, bem como suas relações interclasses a partir do Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente.

4.2.1 Atuação do profissional de Psicologia no atendimento a crianças vítimas de violência sexual.

Em relação à categoria Atendimento à Criança, relativa à pergunta “Na sua atuação, como você atende crianças vítimas de violência sexual?”, apresenta 11 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 5.066 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 999 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 120 u.c.e's. O corpus foi definido, a partir de uma média ($X = 5$)

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais que, das 999 palavras, 135 eram analisáveis e 89 eram palavras instrumentos. As 135 palavras analisáveis ocorreram 28 vezes para definir uma u.c.e. As 120 u.c.e's do *corpus* foram divididas em 4 classes principais, o que corresponde a 81% do aproveitamento total.

Figura 1 - Dendograma 1 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



O Dendograma 1 refere-se à distribuição das quatro classes relativas à atuação do profissional de Psicologia, no atendimento à criança, vítima de violência sexual. Pode-se observar que o *software* dividiu o material em dois grandes blocos, os quais possuem significados comuns. Em seguida, subdividiu em mais um bloco, e posteriormente realizou uma última divisão. Desse modo, o Dendograma 1 apresenta as classes em três campos representacionais, totalizando, no final, quatro classes. Abaixo, estão descritas explicitações sobre cada classe, com o intuito de viabilizar uma melhor compreensão das mesmas.

Classe 1 – O atendimento multiprofissional

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 30, correspondente a 25% do total. O atendimento multiprofissional pode ser visualizado a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 79, $\chi^2 = 17$:

então assim, (geralmente) quem, (a) (equipe) acolhe, quando (a) gente atende, (que) vem alguém (buscar) os serviços (que) é oferecido pelo (CREAS), (a) (equipe) acolhe. Então, (vai) pra o, pra triagem com (a) (assistente) (social), (a) (assistente) (social) ela (dá), mediante (aquela) triagem ela (vai) encaminhar (ou), (no) (caso) de, de violência sexual, ela (encaminha) pra (mim), (eu) (faço) o acolhimento, (apoio) emocional (aquela) criança né? (Sujeito 9).

u.c.e nº 9, $\chi^2 = 14$:

(visita) domiciliar, (psicólogo). (no) (caso) (que) (no) (caso) esteja algum (processo) judicial, (a) (advogada) (faz) as orientações, os (encaminhamentos) de acordo com o que ela vê (Sujeito 1).

As u.c.e's, contempladas na classe 1, revelam a prática do psicólogo junto a equipe, em relação ao processo de triagem realizado pela assistente social; o processo de escuta, acolhimento pela equipe e o acompanhamento nas visitas domiciliares para efetivar o atendimento não só à vítima, mas também à família. Revelam, também, que os psicólogos realizam os encaminhamentos dos casos para o sistema de defesa, logo após o processo de escuta.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas UCE's e o Dendograma, observa-se que as palavras “faz”, “vai”, “acompanhamento”, “visita”, “família” “ir”, “dependendo” e “situação” estão associadas; ocorrendo o mesmo com as palavras “equipe”, “psicólogo”, “assistente” e “social”. A partir desta primeira divisão, podem-se observar algumas conexões importantes entre as palavras “acompanhamento” e “visita”, que se refere ao acompanhamento e visitas domiciliares desenvolvidos pelo profissional de psicologia, junto à equipe, às crianças e suas famílias no CREAS. Estas duas palavras apresentam ligação com “dependendo” e “situação”, ou seja, as visitas domiciliares são realizadas, a partir da necessidade de cada caso.

Por conseguinte, na segunda divisão, apresenta-se a interação entre a equipe, expressa pelas palavras “assistente”, “social”, “advogad+”, principalmente entre o psicólogo e o assistente social nos acompanhamentos dos casos. Outras palavras relacionadas são “processo” e “encaminha+”, que dizem respeito ao processo de encaminhamento realizado pela equipe, após os atendimentos dos casos.

Classe 2 – Atendimento à criança: a violência sexual intrafamiliar

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 29, correspondente a 24% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 98, $\chi^2 = 21$

como é que eu permiti que (isso) (acontecesse)? como é que eu não consegui enxergar (essa) ameaça (dentro) da (minha) (casa)? (então) é complicado, a (família) toda (fica) (desestruturada), e (essa) (família) também (tem) que (ser) acolhida como (um) todo, não só a criança ou adolescente (Sujeito 10).

u.c.e nº 96, $\chi^2 = 17$:

que conquista a (confiança) da (família) também, e (muitas) vezes até, (os) responsáveis, (pai) e a (mãe), (quando) não (são) (os) agressores, que infelizmente (são) (os) agressores, né? (Sujeito 10).

A classe 2 evoca o atendimento à criança e a seus familiares. Nesse sentido, são apontadas algumas dificuldades enfrentadas pela família, diante do fenômeno da violência sexual, quando esta se expressa numa violência intrafamiliar. No tocante a este tipo de violência, observa-se que o processo de acompanhamento e encaminhamento dos casos torna-se ainda mais difícil, pois muitas vezes, os pais, que geralmente são os envolvidos, interrompem o atendimento, prejudicando assim o enfrentamento do ciclo de violência.

Pode-se observar, a partir do Dendograma, que as palavras “os”, “pai”, refere-se ao atendimento aos familiares. As palavras “família” e “desestruturada” aparecem juntas no contexto, indicando as consequências da violência sexual para a família. Um aspecto importante é a ligação da palavra “família” com “forma” e “violência”, ou seja, as formas de violência possuem, no discurso, uma associação com a família das crianças vitimizadas pela violência sexual. Este aspecto está associado com a segunda divisão, na qual estão evocadas as palavras “acontece” e “casa”, que aparecem associadas, consistindo na ocorrência da violência sexual dentro da casa da criança, ou seja, no ambiente intrafamiliar; e também as palavras “fica” e “difícil” que, juntas, retratam a dificuldade de realizar atendimento às crianças vitimizadas pela violência sexual intrafamiliar.

Classe 3 – O lúdico no atendimento com crianças

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 28, correspondente a 23% do total. Podem-se visualizar alguns exemplos quanto ao lúdico, no atendimento com crianças a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 60, $\chi^2 = 21$:

(trabalho) a base de mais (assim) da (conversa), (do) (brinquedo), também dependendo da (faixa) (etária), né? e, (com) (desenhos), (se) (gosta) (muito) de (trabalhar) (com) a (parte) de (desenhos), que elas (se) expressam bastante, né? (Sujeito 7).

u.c.e nº 55, $\chi^2 = 15$:

a (partir) (do) (desenho), dos jogos e por último a (conversa), né? mais a (gente) tenta o (máximo) guardar (esse) (atendimento) pra que seja uma coisa realmente (sigilosa), (como) sempre e em psicologia né? (Sujeito 6).

Diante do Dendograma, pode-se perceber que a classe 3 apresenta aspectos relacionados com o momento do atendimento, como a escuta e o trabalho lúdico (utilização de jogos, brinquedos e desenhos com a criança), “fala”, “feito”, “atendimento”, “sigilo”, “partir”, “máximo”, “trabalho”, “brinquedo”, “conversa”, “gosta”, “gente”, “cuidado”, “momento”, “atende”. O lúdico foi mencionado, como uma tentativa de ter mais ferramentas para ajudar a criança, na superação do fenômeno da violência sofrida, pelas palavras “desenho” “trabalho” e “brinquedo”. Em relação à escuta, foi enfatizado que, após a realização de atividades lúdicas com a criança, o processo de escuta é favorecido, o que pode ser visualizado pelas palavras “conversa”

“fala” e “feito”. Um ponto destacado foi o sigilo, em relação aos aspectos tratados no momento do atendimento, evocado pelas palavras “máximo” e “sigilosa”.

Classe 4 – Dificuldades no atendimento às crianças

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 32, correspondente a 28% do total. As dificuldades no atendimento à criança podem ser visualizadas em alguns exemplos, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 47, $\chi^2 = 16$:

focando a (questão) da (violência sexual), (não), (porque) já (foi) posterior (né), a historinha (de) vida, (né), então eu (não) me senti segura (pra) focar (numa) (questão) que (e) também assim, (pela) maturidade que eu percebi que ela (tinha), eu preferi (não) tocar (nesse) (ponto) (né) (Sujeito 5).

u.c.e nº 27, $\chi^2 = 12$:

(porque) na verdade, o tempo da (criança) vai ser o tempo da mãe, (né)? A mãe (chega) ao (ponto) que diz, (não) tá (fazendo) (nada), (não) tá surtindo efeito, (vem) (dos) sítios, (vem) com muita (dificuldade) (pra) cá, tem essa (questão) também (Sujeito 4).

A classe 4 apresenta aspectos relativos às dificuldades vivenciadas no atendimento à criança, tais como: o modo como esta criança e a família lidam com o fenômeno da violência sexual; e o posicionamento do psicólogo, diante destes aspectos no acompanhamento dos casos.

Estes aspectos são expressos pela associação entre as palavras “questão” e “dificuldade”, as quais retratam a dificuldade de atendimento em relação à violência sexual. As palavras “abuso” e “casos”, juntas, estão associadas à palavra “teve”. A violência sexual apresenta-se como um fenômeno complexo, e o seu enfrentamento (por parte da vítima e dos familiares) consiste em um passo difícil a ser tomado.

Esta primeira divisão enfoca as dificuldades enfrentadas pelas crianças, familiares, e psicólogo, diante do fenômeno da violência sexual, neste caso, *o abuso sexual*. Na segunda divisão, encontram-se as palavras “precisa” e “pessoa” que, juntas, expressam o posicionamento do psicólogo diante dos casos.

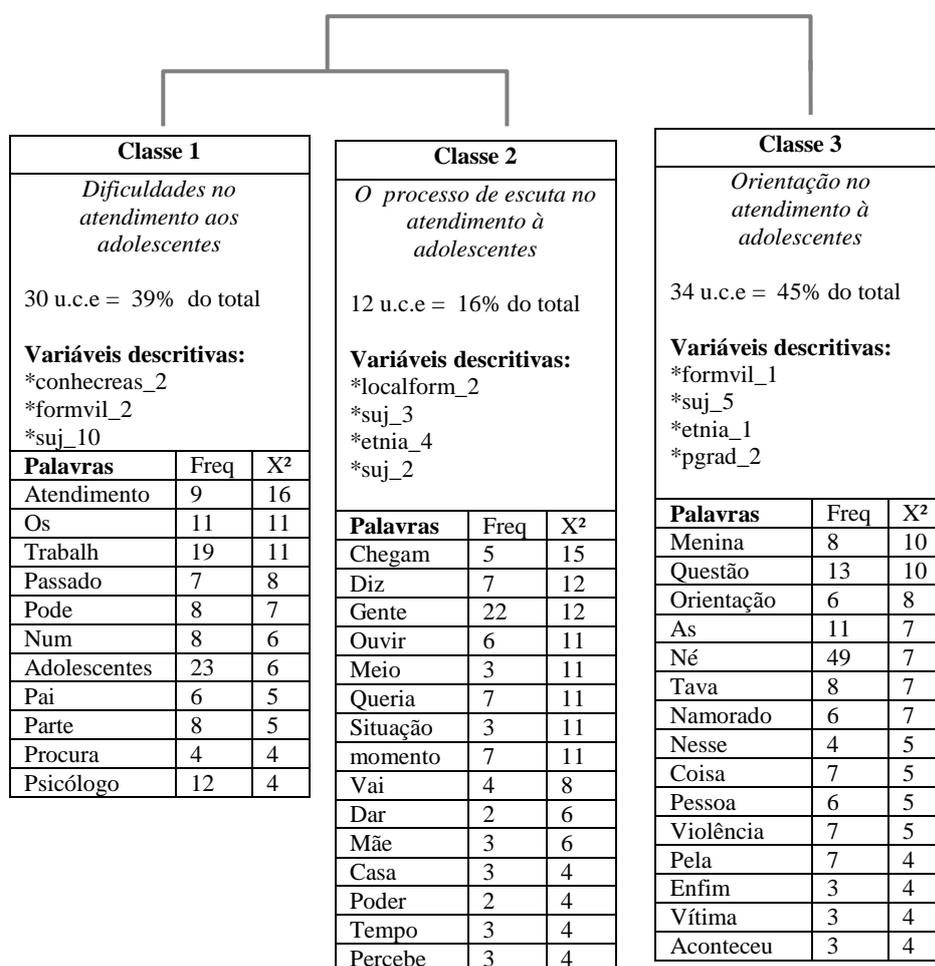
Diante do exposto, pode-se observar no Dendograma 1, os três campos representacionais apresentados nesta classe. O primeiro deles, formado pelas classes 2 (atendimento à criança: a violência sexual intrafamiliar) e 4 (dificuldades no atendimento à criança), apresenta associação entre as classes, por estas descreverem a complexidade do fenômeno da violência sexual, neste caso a *intrafamiliar*. Nesta divisão, é destacada a complexidade de enfrentamento deste tipo de violência para a vítima e família, apresentada pela dificuldade de continuidade dos atendimentos.

A partir desta primeira divisão, forma-se o segundo campo representacional com a classe 3 (o lúdico no atendimento à criança), o qual discorre sobre como o psicólogo atende crianças e as ferramentas que utiliza durante o atendimento. Por último, o terceiro campo, formado pela classe 1 (o trabalho em equipe), demonstra o atendimento realizado pela equipe dentro do CREAS, e nas visitas domiciliares.

4.2.2 Atuação do profissional de Psicologia no atendimento à adolescentes vítimas de violência sexual.

Em relação à categoria “atuação do psicólogo no atendimento à adolescente, vítima de violência sexual”, relativa à pergunta: “Em sua atuação, como você atende adolescentes vítimas de violência sexual?” Esta apresenta 11 u.c.i’s, que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 4.443 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1.023 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 106 u.c.e’s. Este bloco apresentou média ($X = 4$). Pode-se observar, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, que, das 1.023 palavras, 111 eram analisáveis e 87 eram palavras instrumentos. As palavras analisáveis ocorreram 29 vezes para definir uma u.c.e. As 106 u.c.e’s do *corpus* foram divididas em 3 classes principais, o que corresponde a 5,89% do aproveitamento total.

Figura 2 - Dendograma 2 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



O Dendograma refere-se à distribuição das três classes relativas à atuação do profissional de Psicologia, no atendimento à adolescentes vítimas da violência sexual. Pode-se observar que o *software* dividiu o material, primeiramente, em 2 grandes blocos, ocorrendo a partir daí, uma divisão. A classe 1 e 2 possuem significados comuns, que as diferenciam da classe 3, portanto a classe 3 possui uma ligação de oposição às outras classes. Desse modo, o Dendograma 2 apresenta as classes em 2 campos representacionais.

Classe 1 – Dificuldades no atendimento aos adolescentes

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 30, correspondente a 39% do total. Alguns exemplos sobre as dificuldades no atendimento a adolescentes podem ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 33, $\chi^2 = 15$:

como eu (atendo) (adolescentes)? eu (atendo), eu sempre (atendo) (adolescente) e adulto a (partir) deles, ne? (num) tem estratégia. (psicólogo) tem que (ser) criativo, (principalmente) quando (trabalha) (num) programa como esse, né, que não lhe oferece tanta, tanto recurso pra você (trabalhar) (Sujeito 4).

u.c.e nº 81, $\chi^2 = 5$:

na (área), quando necessário a gente (trabalha) o lúdico (também) (com) (aquele) (adolescente), mas geralmente é mais voltado para (área) da escuta (psicológica), (do) (apoio) (psicológico). isso, na verdade antes de (passar) para o (psicólogo) (ele) já tem (passado) pelo assistente social, já tem (passado), pelo, pelo pedagogo que já (faz) um (trabalho) (também) (com) (ele), ate (ele)

(tá) mais familiarizado (com) o serviço (CREAS), e (ser) atendido pelo (psicólogo) (Sujeito 10).

A partir do Dendograma e das palavras evocadas nesta classe, pode-se perceber que a palavra “atendimento” apresentou um χ^2 elevado, e constitui a palavra mais representativa desta classe, seguida da palavra “trabalho”. Este aspecto pode ser evidenciado nos discursos dos sujeitos, principalmente na fala do sujeito 10, que foi o que mais contribuiu para a formação desta classe.

Logo, pode-se perceber que esta classe focaliza o atendimento aos adolescentes, por meio da escuta psicológica, que pode ser evidenciado pelas palavras “atendimento”, “adolescentes” e “psicológica”, ou seja, o atendimento com adolescentes diferentemente das crianças se desenvolve mais pela escuta, pela conversa. Além do atendimento aos adolescentes, foi mencionado o atendimento aos familiares, descrito pela palavra “pais” e “procurava”.

Um ponto importante é a palavra “trabalho” e “trabalhar” apontada várias vezes no discurso dos sujeitos, o que traduz tanto o exercício da atuação, como também está associada à falta de recursos para que o profissional exerça o seu trabalho com adolescentes. Neste caso, refere-se à falta de suporte organizacional ofertado pelo serviço CREAS, para que favoreça a atuação do psicólogo.

Em relação a este aspecto do suporte organizacional, uma variável que contribuiu para a formação desta classe foi a (*formvil_2) que consiste na falta de formação de psicólogos, para trabalhar com violência. Outra variável que contribuiu para a classe e que, por sua vez, reforça este aspecto foi (*conhecreas_2), que consiste no fato de os psicólogos não conhecerem o CREAS, antes de trabalharem no serviço. Esta variável confirma a não qualificação anterior para trabalhar no serviço, e ao mesmo

tempo, a necessidade de formação, uma vez contratado para trabalhar no CREAS, neste caso, formação para trabalhar com a temática de violência sexual, particularmente com crianças e adolescentes vitimizados por este tipo de violência.

Diante do exposto, observa-se que, em relação ao atendimento a adolescentes, foi mencionado o processo de escuta, como uma ferramenta viável de diálogo com os mesmos; o atendimento aos familiares, para entender o contexto pelo qual este adolescente está inserido, e fazer o vínculo com a família, para facilitar a continuidade no atendimento; e por fim, também foi evidenciada a falta de recurso para trabalhar nesta área, que se traduz, a partir da relação com as variáveis (*formvil_2) e (conhecreas_2) a falta de formação continuada deste profissional.

Classe 2 – O processo de escuta no atendimento à adolescentes

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 12, correspondente a 16% do total. O processo de escuta pode ser observado em alguns exemplos, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 22, $\chi^2 = 21$:

e (ouve) ate ela cansar e (dizer) (assim:) pronto (era) tudo isso (que) eu (queria) (dizer). como (a) (gente) já (ouviu) varias (vezes). (porque) (assim), e (um) (momento) de dor, e (um) (momento) de incerteza, e (um) (momento) de duvida, e (um) (momento) de vergonha, como (muitas) (mães) ou pais (que) já (chegaram) (para) (a) (gente) (Sujeito 3).

u.c.e nº 21, $\chi^2 = 15$:

totalmente, muita, e o (que) (a) (gente) mais (utiliza) hoje dentro (dos) CREAS, se chama escuta, (porque) é uma (mãe) aflita (que) (chega) e (quer) desabafar. E (a) (gente) não tem (tempo), (porque) (assim), se (a) (gente) for marcar (tempo) (a) (gente) (vai) quebrar, (então) (a) (gente) (senta) (Sujeito 3).

Em relação à classe 2, observa-se, a partir do Dendograma 2 que, diante das palavras evocadas na classe, o termo que mais contribuiu foi “chegam”, a qual consiste na chegada dos adolescentes ao serviço, ou seja, na busca dos adolescentes pelo serviço CREAS. Em seguida, podem-se observar as palavras: diz, gente, ouvir, meio, situação e momento que, juntas, apresentam conexão no discurso, e que versam sobre o processo de escuta do psicólogo aos adolescentes que buscam o serviço.

Outros pontos foram destacados no processo de escuta: um deles é o de que, além dos adolescentes, a escuta foi direcionada aos familiares, por exemplo, a “mãe”, como pode ser observado na u.c.e, exemplificada anteriormente. Outro aspecto condiz com a palavra “tempo”, que reflete no tempo da escuta; e a palavra “percebe” que reflete o vínculo estabelecido entre o psicólogo e o adolescente no momento da escuta. Deste modo, a classe 2 aborda aspectos relacionados com o processo de escuta psicológica aos adolescentes e suas famílias, vitimizados pela violência sexual.

Classe 3 – Orientação no atendimento à adolescentes

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 34, correspondente a 45% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e nº 47, $\chi^2 = 8$:

(E) (ela) (tinha) 16 (anos) já, (né)? (e) (foi) assim, (orientada) sobre (as) (questões) (né)?, de DSTs, tudo isso que envolve a sexualidade de adolescentes (né)? porque, (ela), assim, até (mostrou) (é), que, que (tava) (como), como se (ela) quisesse (ficar) (pronta) (pra) ter (relações) com ele, (sabe)? (Sujeito 5).

u.c.e nº 52, $\chi^2 = 8$:

(E) claro que, assim (foi) o caso em que (ela) (foi) (abusada) (pelo) próprio (namorado) (ne), (e) que (ela) pensou que na verdade (ela) (tava) fazendo (uma) (coisa) que nossa sociedade estimula (muito) (ne) que (e) a (questão) da sexualidade (Sujeito 5).

No que concerne à classe 3, pode-se observar que as palavras que mais contribuíram foram; menina, questão e orientação, as quais estão relacionadas ao processo de atendimento aos adolescentes, no que diz respeito à orientação por parte do psicólogo aos adolescentes, neste caso, as questões relacionadas à sexualidade, como pode ser visualizado nas u.c.e's acima. A formação para trabalhar com violência foi apontada como uma das variáveis que mais contribuíram para esta classe.

Este dado representa um aspecto importante, diante da temática da violência sexual, ou seja, para trabalhar aspectos da sexualidade com adolescentes necessita que o psicólogo possua formação específica, para que, em sua atuação, possa promover a autoestima, autonomia, restabelecimento dos direitos e enfrentamento da situação de violência.

Diante do exposto, pode-se observar, de acordo com o Dendograma 2, que as classes 1 (particularidades do atendimento) e a 2 (processo de escuta) possuem significados em comum, pois a classe 1 também aborda a escuta, como um aspecto

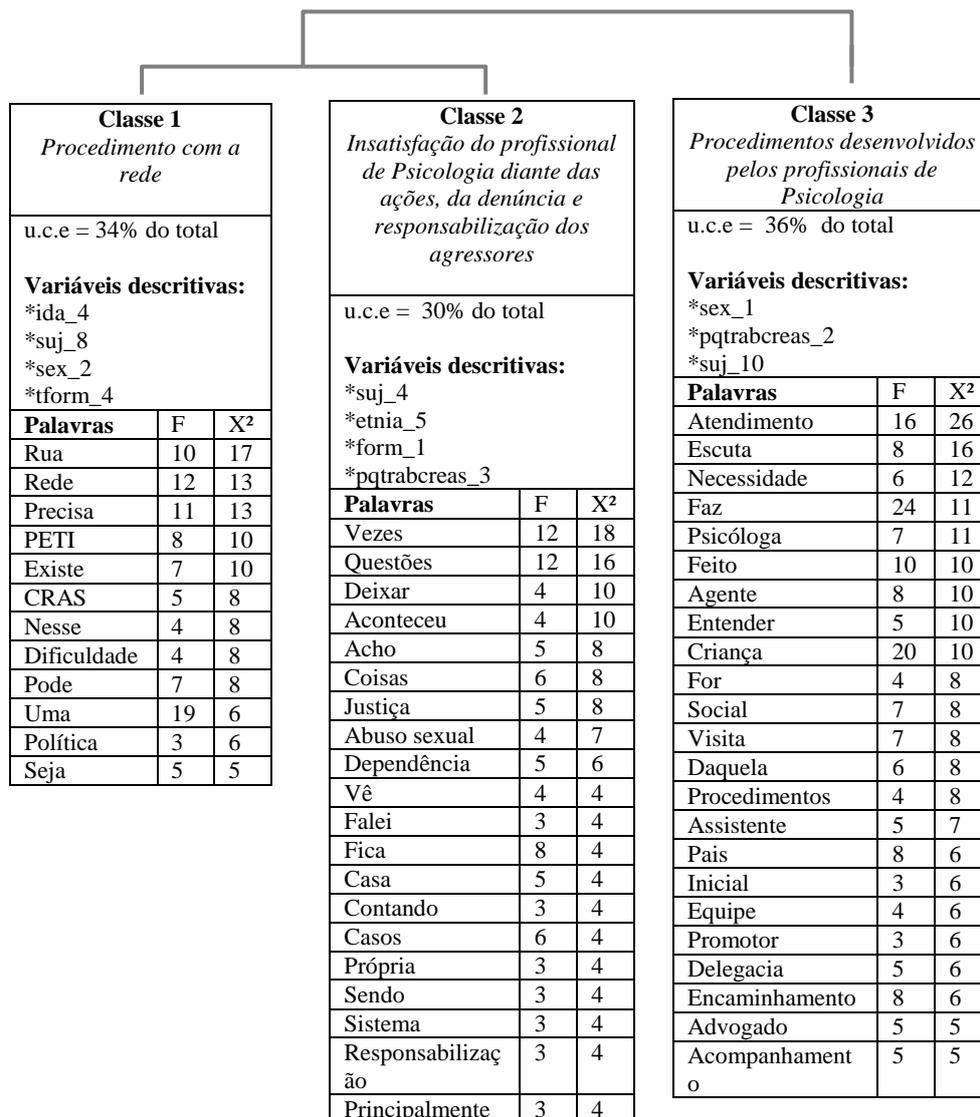
importante no atendimento a adolescentes. A classe 3, que versa sobre a orientação, foi formada a partir das duas primeiras classes. O processo de orientação aos adolescentes e aos familiares, diante do fenômeno da violência sexual, consiste em uma das intervenções do processo de escuta, ou seja, a partir da escuta, das particularidades de cada caso, o psicólogo pode assim proceder com as orientações. Neste caso, foram destacadas orientações no que diz respeito à sexualidade, como prevenção de DST's.

4.2.3 Procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia diante do abuso sexual.

Em relação à categoria “procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia, diante do abuso sexual”, relativa à pergunta: “Na sua atuação, quais procedimentos você desenvolve nos casos de abuso sexual?”. Esta apresenta 11 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 4.807 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1.104 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 114 u.c.e's. Este bloco apresentou média ($X = 4$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, que das 1.104 palavras, 136 eram analisáveis e 92 eram palavras instrumentos. As palavras analisáveis ocorreram 29 vezes para definir uma u.c.e. As u.c.e's do *corpus* foram divididas em 3 classes principais, o que corresponde a 75% do aproveitamento total. O Dendograma 3 refere-se à distribuição das três classes relativas aos procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia, nos casos de abuso sexual.

Figura 3- Dendograma 3 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



De acordo com o Dendograma 3, pode-se observar que o *software* dividiu o material, primeiramente, em 2 grandes blocos, ocorrendo, a partir daí, mais uma divisão. As classes 1 e 2 possuem significados comuns que as diferenciam da classe 3. A classe 3 possui uma ligação de oposição às classes 1 e 2. Desse modo, o Dendograma 3 apresenta os procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia, nos casos de abuso sexual, em 2 campos representacionais.

Classe 1 – Procedimento com a rede

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 29, correspondente a 34% do total. A seguir, estão descritos alguns exemplos do procedimento com a rede:

u.c.e nº 80, $\chi^2 = 21$:

cada um que (está) tecendo (esta) (rede), cada um que (possa) (ter) (este) compromisso, um compromisso o pessoal com a (vida), (enfim), com aquele que (está) (em) desenvolvimento, ele (não) pediu (para) (ser) assim, ele (está) (na) (rua) por circunstância (Sujeito 8).

u.c.e nº 74, $\chi^2 = 14$:

e por ausência de (poder) público de recursos. pois ai é assim a (dificuldade), que essa (rede) aí (não) responde. tem. tem. tem (CRAS), tem (PETI), tem 3 CAPS, (em) (uma) (rede) de saúde (bem) (estruturada), os SAMUS, é (bem) (estruturada), (mas) o funcionamento aqui e (precário) (Sujeito 8).

Diante das palavras evocadas nesta classe, pode-se perceber que os psicólogos destacam a articulação com a rede de proteção como um procedimento desenvolvido nos casos de abuso sexual. Contudo, expressam dificuldades, para que aconteça esta articulação. Este aspecto pode ser visualizado pelas palavras “rede” e “dificuldade” que aparecem no mesmo contexto.

Desse modo, apresentam-se dificuldades quanto aos encaminhamentos, para que o direito seja garantido. Existe a rede de proteção, contudo precisa-se ter melhor articulação entre todos os membros que a compõe. Este aspecto está exemplificado pelas palavras “PETI” que consiste no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e “CRAS” no Centro de Referência da Assistência Social, ambos os serviços inseridos na

rede de proteção, o primeiro na Proteção Social Especial, e o segundo na Proteção Social Básica.

Outro aspecto evocado pode ser observado pela palavra “poder”. Esta reflete uma crítica, em relação à falta de recursos disponibilizados pelo poder público, para os profissionais exercerem o seu trabalho. A partir da u.c.e nº 74, pode-se observar este aspecto, os profissionais possuem os serviços, contudo existe ainda uma precariedade no que diz respeito ao funcionamento destes por falta de recursos. Desse modo, se existe uma precariedade nos serviços, a articulação com a rede fica prejudicada. Este aspecto referente à rede de proteção é abordado de forma mais específica na classe 2.

Classe 2 – Insatisfação do profissional de Psicologia diante das ações, de denúncia e responsabilização dos agressores

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 26, correspondente a 30% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 61, $\chi^2 = 13$:

O (sistema) de drogas e narcodrogas, (essas) (coisas) todas. Então (as) (vezes) (fica) rolando (aí) (com) (os) advogados, mas a vítima continua em (casa), (muitas) (vezes) (sendo) (explorada), (sendo) violentada, (aí) é onde está o grande nó (da) (questão), (que) a gente não tem ainda instrumentos (Sujeito 8).

u.c.e nº 66, $\chi^2 = 11$:

neutralizar um pouco essa (questão) de tanta (agressão) e falta (da) (punição) (da) (responsabilização) (que) é muito grande, e eu (acho) (que) tá em (até) em (outras) áreas (da) vida social a gente (vê) isso, de (justiça) (Sujeito 8).

A partir das palavras “questão” “justiça” “punição” “responsabilização” e “sistema”, pode-se perceber uma insatisfação por parte dos profissionais de Psicologia, em relação aos andamentos dos casos, quanto aos encaminhamentos feitos ao sistema de justiça, traduzido pela falta de punição e responsabilização dos agressores. As palavras “acontece” e “própria” refletem a falta de denúncia das vítimas e da família, em relação aos casos de abuso sexual, principalmente por retratar casos de abuso sexual intrafamiliar.

Classe 3 – Procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 30, correspondente a 36% do total. Abaixo, estão descritos exemplos de u.c.e’s que destacam esta classe:

u.c.e nº 48, $\chi^2 = 19$:

já dificulta um pouquinho (e) (o) (procedimento) (é) esse: a (gente) acolhe, aí (faz) a entrevista (inicial), (conversa) com os (pais) (ou) responsáveis, (né)? com a (criança) pra decorrer os (atendimentos), (e) basicamente a família (porque) a (gente) (tem) que tratar toda família (né)? a (gente) (tem) (assistente) (social) (como) você (sabe) (e) vai, (faz) as (visitas), (eu) (gosto) de participar (das) (visitas), (entendeu)? (Sujeito 6).

u.c.e nº 95, $\chi^2 = 15$:

(é) (feito) (também) um (acompanhamento) pedagógico, onde as pedagogas (fazem) um (acompanhamento) (também) na escola na questão (do) rendimento escolar, na questão da aprendizagem mesmo, (do) (comportamento) no ambiente escolar, (e) aí (chega) ao (atendimento) (psicológico) (Sujeito 10).

Nesta classe, estão apresentados todos os procedimentos desenvolvidos pelos psicólogos, nos casos de abuso sexual, que consistem, desde a escuta inicial com os pais e a vítima, até os encaminhamentos ao sistema de defesa e de garantia de direitos (evocados pelas palavras “promotoria” e “delegacia”). Neste aspecto jurídico, evidencia-se a atuação do “advogado”.

Desse modo, a partir das palavras evocadas nesta classe, os psicólogos realizam a “escuta” e “visitas” domiciliares, junto com o “assistente” social, “acompanhamento” na escola, acompanhamento pedagógico, “encaminhamentos” dos casos, e o acompanhamento do desenrolar dos casos, a nível judicial, junto à vítima e a família.

Diante do Dendograma 3, pode-se perceber que foram formados dois campos representacionais: o primeiro pela classe 1 (*procedimentos com a rede*) e a classe 2 (*insatisfação diante dos encaminhamentos à rede*), as quais possuem significados comuns; e o segundo pela classe 3 (*procedimentos desenvolvidos pelo psicólogo*). O primeiro campo enfoca mais os aspectos relativos ao funcionamento da rede de proteção, e suas possíveis dificuldades na efetivação do direito e no desenvolvimento dos procedimentos, em casos de abuso sexual. Já o segundo campo representa os procedimentos propriamente ditos, desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia.

Um aspecto importante a ser considerado é o de que, para a concretização dos procedimentos relatados no segundo campo, necessita-se de uma articulação da rede de

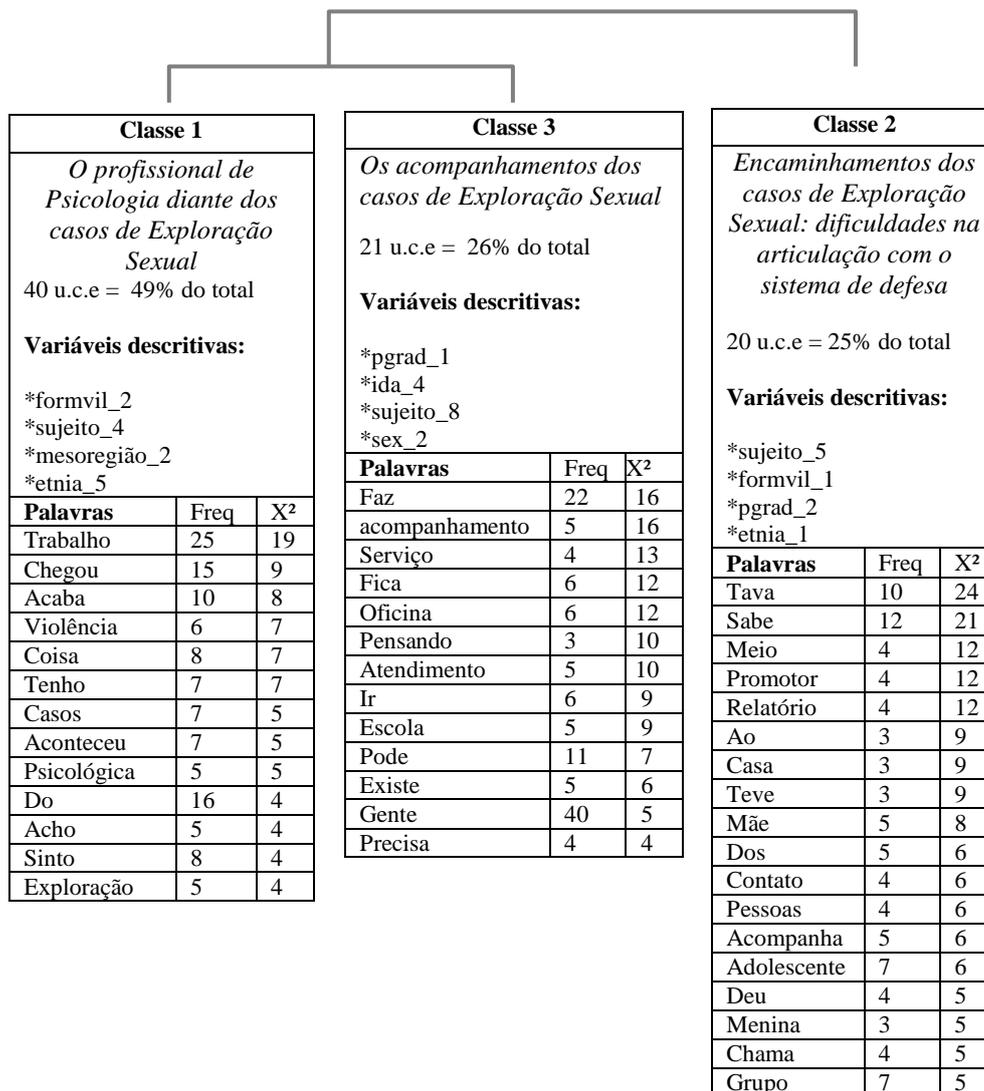
proteção, pois somente a partir disso, é que os direitos das crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, podem ser garantidos e efetivados. Contudo, o primeiro campo representacional destaca uma insatisfação dos psicólogos, em relação a este aspecto, a precariedade nos encaminhamentos e andamentos dos casos, tanto em relação ao sistema de defesa, quanto à vítima e à família, em relação a denúncia dos casos.

4.2.4 Procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia diante da Exploração Sexual.

Em relação aos procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia, diante da Exploração Sexual, relativos à pergunta: “Na sua atuação, quais os procedimentos que você desenvolve nos casos de Exploração Sexual?”, apresenta 11 u.c.i’s , que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 5.255 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1.117 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 127 u.c.e’s. Este bloco apresenta uma média ($X = 5$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, que das 1.117 palavras, 149 eram analisáveis e 103 eram palavras instrumentos. As palavras analisáveis ocorreram 28 vezes, para definir uma u.c.e. As 127 u.c.e do *corpus* foram divididas em 3 classes principais, o que corresponde a 64% do aproveitamento total. O Dendograma 4 refere-se à distribuição das três classes relativas aos procedimentos desenvolvidos pelos psicólogos, nos casos de Exploração Sexual de crianças e adolescentes.

Figura 4 - Dendograma 4 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



De acordo com o Dendograma 4, pode-se observar que o *software* realizou primeiramente uma divisão, e posteriormente uma última. A classe 1 e a classe 3 possuem significados comuns que as diferenciam da classe 2. Desse modo, o Dendograma 4 apresenta os procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia, diante da Exploração Sexual, em 2 campos representacionais.

Classe 1 – O profissional de Psicologia diante dos casos de Exploração Sexual

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 40, correspondente a 49% do total, sendo a mais representativa. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 105, $\chi^2 = 18$:

(nós) já discutimos (isso), mas (eu) (tenho) (isso) assim em mente, que na verdade o (trabalho) (do) (psicólogo) não tem (uma) alta, não tem um fim, né? porque (sempre) tá (acontecendo) dados (coisas) novas, né? (então) o (ser) humano e inesgotável, ne? não temos (essa) possibilidade de fechar (casos) com dados reais, concretos com um diagnóstico positivo ou um negativo (Sujeito 8).

u.c.e nº 10, $\chi^2 = 13$:

Certo. especificadamente, nas questões de (exploração) e (uma) (coisa) assim, (eu) tô me (lembrando) de alguns (casos) (aqui) que (aconteceu). E era de (uma) criança, e ela não conseguia me contar, ela ate (chegava) a negar, quando a mãe (chegava) e falava (alguma) (coisa), e ai ela (chegava) a negar, mas ai e, foi (feito) toda (uma) conversa, todo um (trabalho), né? (Sujeito 8).

Em relação à classe 1, podem-se perceber alguns aspectos que envolvem os procedimentos desenvolvidos nos casos de Exploração Sexual: o posicionamento do psicólogo em relação aos procedimentos que realiza em casos de ESC, como a escuta psicológica com a vítima e a escuta com a família. A palavra “trabalho” reflete a atuação do profissional de psicologia, nos “casos” de Exploração Sexual.

Além do procedimento de escuta, também foi evocado, nesta classe, pelas palavras “sinto”, “dificuldade” e “atender”, uma dificuldade metodológica e teórica,

para trabalhar com vítimas de violência sexual, especificadamente a Exploração Sexual. Este aspecto da formação remete à variável (*formvil_2) que consiste em psicólogos que não possuem formação para trabalhar com violência, a qual também contribuiu para a formação desta classe. Desse modo, mais uma vez, é evidenciada esta problemática da qualificação dos profissionais de psicologia, para trabalhar com o fenômeno da violência sexual.

Classe 2 - Encaminhamentos dos casos de Exploração Sexual: dificuldades na articulação com o sistema de defesa

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 20, correspondente a 25% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados, de acordo com as u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 80, $\chi^2 = 21$:

aí (depois) a gente (acompanha) o caso né? (chama) a família, (no) caso né? (chama) pra (contar) o caso, (e), (e) tô me recordando (agora) (que) (teve) m caso de uma (criança) né? (porque) (e) eu esqueci porque), essa (criança) a gente ate hoje (não) entende, (é) (que) o (promotor) (não) (deu) resposta (ao) nosso (relatório) (Sujeito 5).

u.c.e nº 89, $\chi^2 = 21$:

que nem (é) competência (nossa), (no) sentido de que a denuncia o (conselho) faz (e) (depois) a gente (acompanha) né, em termos de obrigatoriedade. mas a gente (acompanhou) (desde), (desde) (esse) (inicio) (e), (e), o (promotor) (não) respondeu (e) (ela) (teve) urgente (que) sair (porque) (ela) (tava) com vergonha

(dos) comentários (e) a oportunidade (que) eu (tive) pra escutar a (criança), (ela) (não) (compareceu) (Sujeito 5).

Diante do exposto, podem ser observados três aspectos importantes evocados pelas palavras desta classe, referentes aos procedimentos desenvolvidos pelos profissionais de Psicologia, em casos de ESC: o primeiro deles refere-se à falta de articulação com a justiça, trazendo a figura do promotor; e a falta de *feedback* dos relatórios encaminhados, referente aos casos de ESC. A falta de andamento dos casos, muitas vezes, prejudica o atendimento e acompanhamento dos mesmos, e conseqüentemente a efetivação da garantia dos direitos. Este aspecto é evocado pelas palavras “tava”, “sabe”, “meio”, “promotor”, “acompanha” e “relatório”.

O segundo ponto refere-se ao fenômeno da ESC, a partir das palavras “casa” e “mãe”. A palavra “casa”, neste contexto, consiste na casa do agressor referente a um caso de ESC. E a palavra “mãe” retrata o desconhecimento da mãe, em relação ao que estava acontecendo com a sua filha.

Por fim, o terceiro aspecto, evocado pelas palavras “grupo”, “adolescente”, “menina”, diz respeito à realização de grupos com adolescentes, os quais representam espaço de debates, orientação diante da temática da sexualidade, e troca de experiências. Contudo, a partir do Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente, o aspecto mais representativo desta classe está relacionado à falta de articulação com ao sistema de defesa, na rede de proteção e garantia dos direitos.

Classe 3 – Os acompanhamentos dos casos de Exploração Sexual

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 21, correspondente a 26% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 107, $\chi^2 = 8$:

(A) (gente) (faz) (esses) encaminhamentos, e continua (com) (acompanhamento), (a) (gente) acompanha na (escola), na (vida) diária (da) pessoa, na (família), na comunidade, não e? E vem uma (vez) (por) (semana) aqui. pra (ter) o (atendimento) (em) grupo, pra participar (das) (oficinas), nos temos aqui (nas) quintas-feiras o (atendimento) no pólo (Sujeito 8).

u.c.e nº 100, $\chi^2 = 7$:

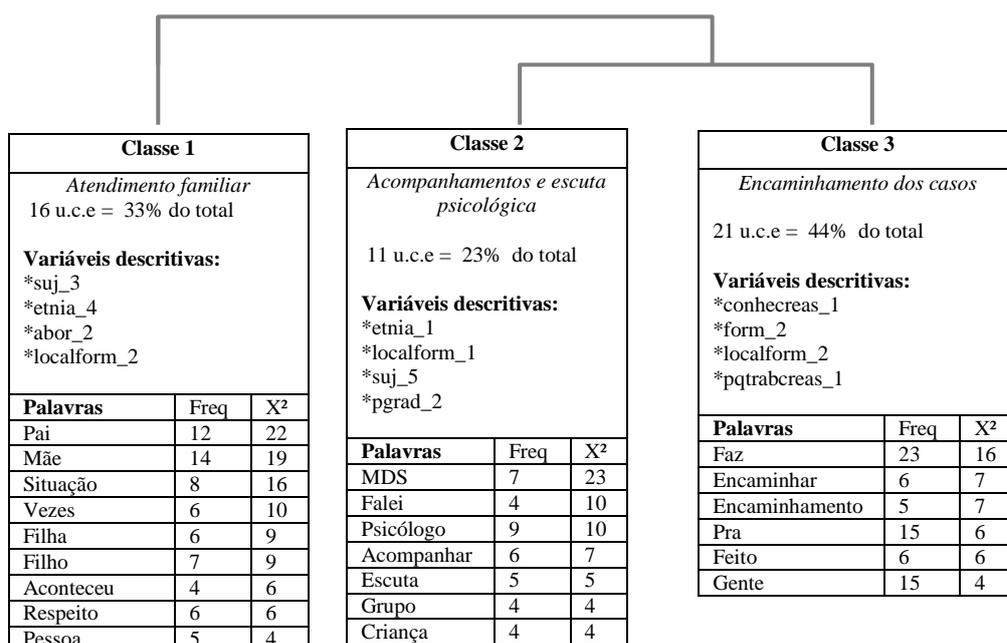
(atendimento) individual (com) (a) vítima, depois (com) (a) (família), (ou) (as) (vezes) ate junto, os dois (fazemos) esse (atendimento), essa escuta, depois, (a) (gente) (faz) uma rodada de (acompanhamento) (em) grupo, e passa (pelo) (serviço) (social), (pela) pedagogia, né? (Sujeito 8).

De acordo com a classe 3, pode-se perceber o “acompanhamento” dos casos, como um aspecto que mais contribuiu para a formação desta classe. O acompanhamento, neste caso, é relatado pelos psicólogos, no que diz respeito ao que é realizado dentro do CREAS, a partir da escuta e trabalho em grupos e “oficinas”, como também fora do CREAS, em palestras nas “escolas”, enfocando, neste caso, a prevenção e o acompanhamento do andamento dos casos, perante os encaminhamentos realizados ao sistema de defesa. Desse modo, o acompanhamento dos casos envolve todo o processo de atendimento dos casos.

4.2.5 Determinação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o profissional de Psicologia desenvolver no CREAS, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

No tocante ao bloco de análise, determinação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), relativa à pergunta “O que é determinado pelo MDS para você desenvolver como psicólogo no CREAS, no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes?”, os dados apresentaram 11 u.c.i's , que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 2.184 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 589 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 56 u.c.e's. Este bloco apresentou média ($X = 4$). Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, que das 589 palavras, 61 eram analisáveis e 56 eram palavras instrumentos. As 61 palavras analisáveis ocorreram 30 vezes para definir uma u.c.e. As 56 u.c.e's do *corpus* foram divididas em 2 classes principais, o que corresponde a 86% do aproveitamento total.

Figura 5 - Dendograma 5 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



De acordo com o Dendograma 5, pode-se observar que o *software* dividiu o material empírico em dois blocos, formando, assim, um campo representacional. Desse modo, classes 2 e 3 possuem significados comuns. Por fim, o programa fez mais uma divisão, originando a classe 1, Totalizando dois campos representacionais.

Classe 1 – Atendimento familiar

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 16, correspondente a 33% do total. O atendimento familiar pode ser visualizado em exemplos a partir das u.c.e's, a seguir:

u.c.e nº 19, $\chi^2 = 17$:

(porque) eu (sou) seu (pai), (porque) eu (sou) sua (mãe), (há) (uma) (relação) (de) (poder), e (muitas) (vezes) (há) (uma) (relação) (de) maquiagem a (situação), onde a (mãe) não admite que (esta) (situação) (aconteça), (porque) ela entende que só (aconteceu) o (abuso) do seu companheiro (com) sua (filha) (Sujeito 3).

u.c.e nº 11, $\chi^2 = 9$:

é, primeiro é o básico que e o fortalecimento deste vínculos familiares que na (maioria) já estão quebrados, que quando (há) um, (abuso) e exploração é assim, (uma) família que (muitas) (vezes) é desestruturada, um padrasto que (abusou) da menina ou o menino (Sujeito 3).

A partir das palavras evocadas nesta classe, presentes nas u.c.e's, pode-se observar, a partir das palavras “pais”, “filhos”, e “respeito”, que o enfoque dado, no atendimento à família, na acolhida, na escuta e na orientação, visa a reestruturação e fortalecimento dos vínculos familiares. Outro aspecto é retratado pelas palavras

“situação” e “aconteça”, que refletem, mais uma vez, a problemática da dificuldade dos familiares (neste exemplo, a responsabilização da mãe) de lidar com a situação de violência dentro de casa, o que, na maioria das vezes, ocorre como o exemplo da u.c.e nº 19 “*(muitas) (vezes) (há) (uma) (relação) (de) maquiagem a (situação), onde a (mãe) não admite que (esta) (situação) (aconteça)*”.

No atendimento aos familiares, observou-se a responsabilização da mãe em relação ao abuso sexual, por parte dos profissionais. Em consequência disso, os profissionais entendem a família vítima de abuso sexual, como desestruturada, o que recai sobre concepções de que a família pobre é desestruturada, e por isso, a ocorrência de abuso sexual. Um aspecto importante que influenciou a formação desta classe foi a abordagem humanística, a qual foi considerada pelos psicólogos como uma ferramenta do modelo clínico na escuta dos casos.

Classe 2 – Acompanhamento e escuta psicológica

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 11, correspondente a 23% do total. Alguns exemplos típicos podem ser observados a partir das u.c.e's, a seguir:

u.c.e nº 50, $\chi^2 = 9$:

apenas a (escuta) (né), (o) preenchimento de fichas e (essa) (questão) de (acompanhamento) não e função minha (né), pela, (pelo) (MDS) a gente não tem a obrigatoriedade de fazer, no caso, a terapia (né), (o) (acompanhamento) (psicológico) (em) si (Sujeito 11).

u.c.e nº 1, $\chi^2 = 8$:

mulher, (essa) pergunta aí (você) me pegou, (pelo) (MDS)? É fazer a (escuta), (trabalhar) (em) (grupo) (mas) como (eu) (já) lhe (falei) a demanda sempre foi muito pouca, não tem como a gente (trabalhar) (em) (grupo), realizar entrevistas de revelação, (acompanhar) as (crianças) a Fóruns a delegacia quando ha necessidade (Sujeito 1).

Nesta classe, pode-se observar que alguns profissionais de Psicologia descreveram que o seu papel no CREAS consiste, primeiro, na escuta, tanto em relação às vítimas (crianças e adolescentes) quanto aos seus familiares. Outros aspectos mencionados foram o trabalho em grupo e a escuta individual dos casos, que foi apresentada não como uma terapia, mas uma escuta ampliada.

Outro aspecto foi o acompanhamento, que foi mencionado como algo em todo o processo de atendimento (dentro e fora do CREAS), em relação às audiências nos Fóruns e nas delegacias. Este aspecto mostra que o acompanhamento, quando realizado pelo profissional de Psicologia, envolve, desde a escuta, até os encaminhamentos dos casos ao sistema de defesa.

Um ponto importante a salientar é que alguns profissionais, quando questionados sobre “o que é determinado pelo MDS para ser realizado”, demonstraram dificuldade em descrever o que é determinado pelo MDS para fundamentar a sua atuação. Este aspecto pode ser visualizado no exemplo da u.c.e, nº 1: “*mulher, (essa) pergunta aí (você) me pegou, (pelo) (MDS)?*”. Este aspecto esteve presente em algumas entrevistas. Ao se refletir sobre esta questão, outro fator pode estar relacionado à ocorrência de dois aspectos que contribuíram para a formação desta classe: formação em universidade pública, e não ter pós-graduação, fatos que retratam a formação universitária que

fundamenta este profissional para área de Políticas Públicas; e a falta de uma pós-graduação na área social.

Classe 3 – Encaminhamentos dos casos

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 21, correspondente a 44% do total. Os encaminhamentos dos casos podem ser observados, em alguns exemplos, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 56, $\chi^2 = 11$:

mas não em, é, (fazer) a terapia em si né?, o acompanhamento (como) é (feito), (eles) querem (que) a (gente) (encaminhe) (os) casos (Sujeito 11).

u.c.e nº 47, $\chi^2 = 5$:

(É) justamente, (os) procedimentos (que) você (tá) dizendo? (É) justamente o que eu (te) falei, e (feito) o trabalho da escuta, o olhar direcionado a (necessidades) de prováveis (encaminhamentos) incluindo a justiça, (que) obrigatoriamente, a (gente) (tem) (que) (encaminhar), então o procedimento é esse, acolhida (Sujeito 10).

Diante do Dendograma 5, as palavras “encaminhamento”, “encaminhar”, “feito”, e “gente” foram fundamentais para a formação desta classe. Estas retratam que os encaminhamentos realizados pelos psicólogos representam um aspecto importante, em relação ao processo de garantia de direitos. A partir da escuta dos casos, da compreensão das peculiaridades de cada relato, podem ser feitos os encaminhamentos, a fim de que seus direitos sejam garantidos. Esta classe, ao focar-se nos

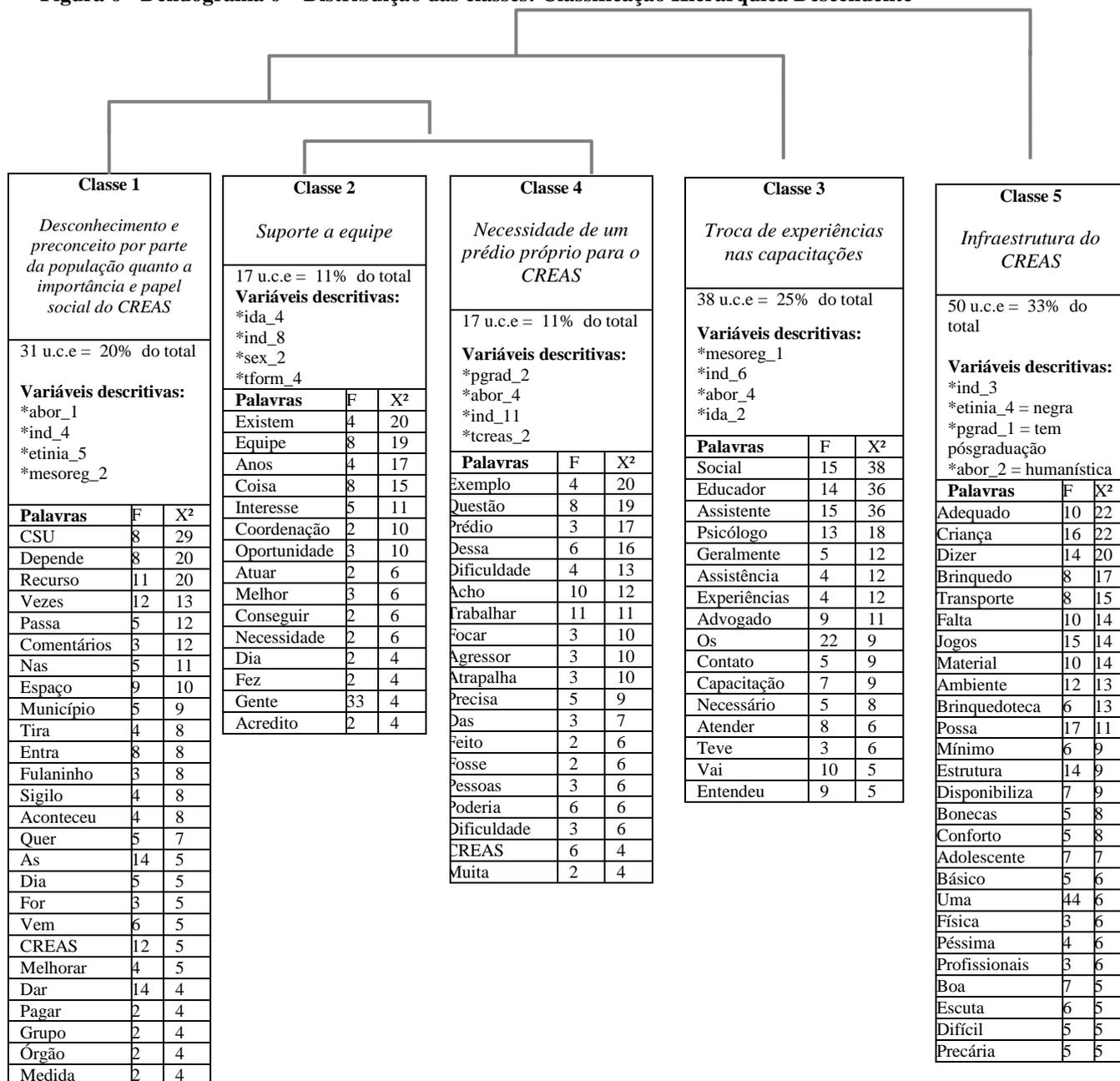
encaminhamentos, difere da classe 2, quanto à importância do acompanhamento dos casos em todo o processo.

4.2.6 Suporte organizacional.

Em relação à categoria “suporte organizacional”, relativa à pergunta “Como funciona o suporte organizacional oferecido pelo CREAS para a sua atuação?”, os dados apresentaram 11 u.c.i’s, que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 9.390 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1.597 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 219 u.c.e’s, apresentando uma média ($X = 6$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, que das 1.597 palavras, 238 eram analisáveis e 131 eram palavras instrumentos. As palavras analisáveis ocorreram 29 vezes, para definir uma u.c.e. As 219 u.c.e’s do *corpus* foram divididas em 5 classes principais, o que corresponde a 70% do aproveitamento total.

Figura 6 - Dendograma 6 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



De acordo com o Dendograma 6, pode-se observar que o *software* dividiu o material, primeiramente, em 2 grandes blocos, ocorrendo, a partir daí, mais 3 grandes divisões de blocos independentes. As classes 2 e 4 possuem significados comuns que as diferenciam das classes 1, 3 e 5. A classe 5 apresenta um sentido de oposição forte ao bloco que gerou as classes 1, 2, 3 e 4.

Desse modo, o Dendograma 6 apresenta o suporte organizacional oferecido pelo CREAS aos psicólogos, em 4 campos representacionais. O primeiro campo é formado pelas classes 2 e 4; o segundo, pela classe 1; o terceiro, pela classe 3; e o último; pela classe 5.

Classe 1 – Desconhecimento e preconceito por parte da população quanto a importância e papel social do CREAS

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 31, correspondente a 20% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados, de acordo com as u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 81, $\chi^2 = 15$:

(além) (da) gente não ter (sigilo) (nas) (salas), por lá a gente não tem (esse) (sigilo) (aqui), de quem (entra) e de quem sai (do) (CREAS). (Comentários) surgem, é difícil pra gente controlar. (Sujeito 4).

u.c.e. nº 78, $\chi^2 = 8$:

você (quer) saber o (que)? (O) que é fornecido? (O) (recurso)? eu acho um ponto negativo, nós funcionamos (dentro) (do) centro social urbano, (CSU). desde o início. desde sempre-que foi implantado o (CREAS) a gente funciona (aqui) (dentro). então a gente (depende) de (tudo), (do) centro social pra funcionar (Sujeito 4).

Um aspecto destacado, em relação ao suporte organizacional, foi o sigilo. Os dados apontaram que os psicólogos apresentam dificuldades para manter o sigilo dos atendimentos, em relação a dois aspectos: o primeiro deles diz respeito à estrutura das

salas, que muitas vezes, não apresentam uma acústica adequada, para manter o sigilo, necessários aos atendimentos, e principalmente, em casos de violência sexual; e o segundo remete ao fato de o CREAS representar um órgão de proteção aos direitos violados, e ainda existir um desconhecimento e preconceito por parte da população, quanto a sua importância e papel social. Devido a isso, comentários surgem por parte da população, em relação aos sujeitos que buscam o serviço. Estes aspectos foram evocados pelas palavras: “passa”, “comentários”, “sigilo”, “fulaninho”, “aconteceu”, “quer”, “as”, “dia”, “for”, “vem”, e “órgão”.

Em relação ao suporte organizacional, o aspecto “recursos”, destinado ao CREAS, para infraestrutura do local e para os deslocamentos dos profissionais a fim de realizar visitas domiciliares também foi apontado. Outro ponto levantado, evocado pela sigla “CSU”, diz respeito à localização do CREAS, dentro do Centro Social Urbano (CSU), o que demonstrou um aspecto negativo para os profissionais, pelo fato de eles não trabalharem em um prédio próprio. Essa questão reforça o desconhecimento da população sobre o serviço também destacado nesta classe.

Classe 2 – Suporte à equipe

A equipe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 17, correspondente a 11% do total. Alguns exemplos sobre o suporte à equipe podem ser observados, a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e nº 70, $\chi^2 = 18$:

(a) (gente) já tem (coisa) (demais) e (ainda) assumir mais (a) função de (coordenador), são mais, trabalhos, que (a) (gente) adquire (Sujeito 3).

u.c.e nº 152, $\chi^2 = 15$:

pois e. se não fosse essa (seleção) (a) (gente) já teria saído (agora) em janeiro. porque já foram atrás, ne? o sistema politico já foi atrás pra trocar (a) (equipe), e (a) (gente) (conseguiu) se sustentar por conta dessa (seleção), e estamos aguardando uma novo (seleção), concurso, alguma (coisa) que (efetive), pra dar (pelo) (menos) (a) segurança, respeito (Sujeito 8).

Os profissionais apontaram, a partir das palavras “conseguir”, “atuar”, “interessante” e “existisse”, a necessidade de mais suporte para a organização da equipe, e formação e capacitações específicas, para conseguirem atuar com os casos de violência sexual. Outro ponto que reforça este aspecto, apontado pela palavra “mês”, diz respeito ao tempo destinado às capacitações, as quais foram consideradas de curta duração. Desse modo, apontam a necessidade de uma capacitação mais prolongada.

No que concerne à organização da equipe, quanto à sua função, a palavra “coordenador” reflete uma problemática vivenciada pelos profissionais de Psicologia, ou seja, a de eles exercerem duas funções no CREAS: a de psicólogo e a de coordenador do serviço, o que dificulta a sua atuação, por se tratar de funções com objetivos diferentes.

Outro aspecto relacionado à organização da equipe refere-se à falta de permanência do trabalho dos profissionais, no serviço do CREAS, devido à modificação da equipe, em função de o concurso para inserção no serviço ter uma validade curta, o que foi retratado nos dados pela palavra “seleção”. Esse fato denota certa insegurança dos profissionais em trabalharem no CREAS.

A partir desta classe, pode-se observar que existem algumas dificuldades para que o profissional de psicologia exerça a sua atuação de forma efetiva: rotatividade de

profissionais, devido ao curto tempo de permanência destes no serviço; necessidade de mais capacitação para fundamentar a sua prática; e o exercício de duas funções diferentes em um só cargo: a de psicólogo e a de coordenador, cujas demandas são diferenciadas.

Classe 3 – Troca de experiências nas capacitações

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 38, correspondente a 25% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 128, $\chi^2 = 22$:

(porque) assim, (quando) a gente entra (em) (contato) com (os) (outros) CREAS, não (é) (nem) (sempre) (os) palestrantes que ensinam tanto, (é) (o) (contato) com (os) (outros) CREAS, (porque) (quando) você (vai) dividir as (experiências) (ai) que você (atende), (entendeu)?(Sujeito 6).

u.c.e nº 133, $\chi^2 = 16$:

(foi) voltada (só) para isso, (entendeu)? (foi) voltada para (o) (papel) do (psicólogo), (o) (papel) do (educador), (e) (o) (papel) do (advogado) no CREAS, (entendeu)? (e) (ai) (nesse) momento se reuniram (todos) (os) psicólogos (em) um ambiente, (os) (educadores) (em) (outros), (e) (os) advogados sabe? E (ai) (foi) bastante proveitoso, (porque) (ai) a gente pode trocar, (teve) (nesse), na última (capacitação) (Sujeito 6).

De acordo com as palavras evocadas e as u.c.e's formadas nesta classe, pode-se observar a importância das capacitações, principalmente na ocorrência de troca de experiências entre os profissionais, que foi evidenciado pelas palavras “experiência” e “contato”, sendo que esta última diz respeito ao contato com os outros CREAS. Foi apontado, também, que a troca de experiência auxilia na compreensão de sua forma de atuar, além dos aspectos teóricos das políticas públicas.

Classe 4 – Necessidade de um prédio próprio para o CREAS

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 17, correspondente a 11% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 201, $\chi^2 = 31$:

é como (eu) lhe (falei), devida a (essa) (questão) (dessa), da gente (precisar) dividir o (prédio) (né)? (com) (outro) (programa) (eu) (sinto) (essa) (dificuldade) pra (minha) atuação e até (mesmo) pra, pra gente (receber) retorno (das) (pessoas) (Sujeito 11).

u.c.e nº 205, $\chi^2 = 29$:

E a gente (sente) certa barreira (por) causa disso (né)? (dessa) (questão) de a gente não (poder) (oferecer) o (trabalho) da forma que precisaria (né), que (fosse) (feito). porque o barulho (atrapalha), a presença de (outras) (pessoas) (né)?, (atrapalha) (também), pra o (pessoal) se (sentir) mais a vontade, pra ver, pra (procurar) a gente (Sujeito 11).

Em relação à classe 4, as palavras “prédio”, “dificuldade”, “trabalhar”, “atrapalha”, “pessoal” refletem as dificuldades enfrentadas pela equipe do CREAS, para desenvolver suas atividades, pelo fato de esta não possuir prédio próprio. Uma das dificuldades citadas foi o acesso ao CREAS, por este se tratar de um serviço que atende indivíduos e famílias com direitos violados, prejudicando, assim, o sigilo no atendimento, o que pode provocar receio, por parte da sociedade, de buscar o referido serviço, principalmente quando se trata de casos de violência sexual. Ter um prédio próprio facilitaria a busca ao serviço por parte da população.

Classe 5 – Infraestrutura do CREAS

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 50, correspondente a 33% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados, a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 62, $\chi^2 = 15$:

é o famoso sistema do serviço público, sabe? porque (assim), (uma) (estrutura) (boa), (adequada), até o próprio (profissional) (tem) (um) estímulo a (mais) para trabalhar, (de) saber (que) eu vou receber (uma) (criança) (que) foi violentada, (que) foi (abusada), e eu (não) (ter) o (mínimo) (de) (conforto) a oferecer a esta (criança) (Sujeito 3).

u.c.e nº 35, $\chi^2 = 9$:

(elas) (não) são (adequadas), porque mesmo (assim) a conversa vasa, no corredor (você) (escuta) perfeitamente o que tá conversando. E, (disponibilizamos) (de) (um) único computador, (que) tá capengando das

pernas, e sem (internet), sem fax, o (telefone) fixo funciona (uma) vez e (outra) (não), a gente (não) (tem) quase recurso (material) (pedagógico) (Sujeito 3).

A partir das palavras evocadas, a classe 5 reuniu, de forma mais detalhada, a situação da infraestrutura e do suporte organizacional do CREAS, proporcionado aos profissionais do serviço, entre eles, o psicólogo. Esta foi a classe que obteve maior representação. Nela, observaram-se, a partir da visão dos profissionais de psicologia, aspectos relacionados com a estrutura do CREAS, tais como: falta de recursos, de suporte e de infraestrutura mínima, para que estes desenvolvam sua atuação. A estrutura do CREAS foi mencionada nesta classe como “precária”.

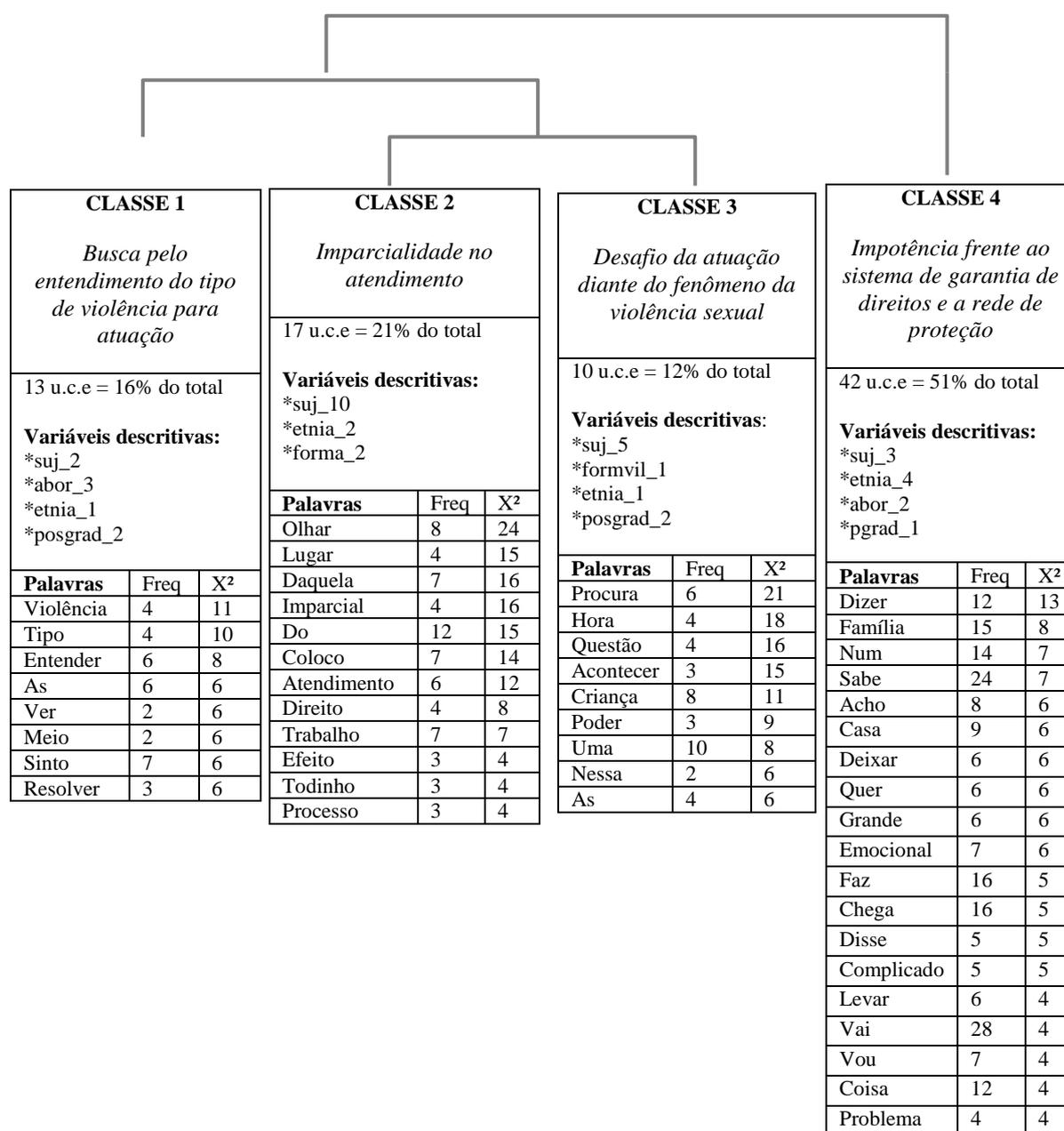
Diante do exposto, pode-se perceber que os psicólogos, ao serem questionados sobre qual suporte organizacional eles recebem para a sua atuação, apontaram diversas necessidades, tais como: melhorias na estrutura física e administrativa do local; realização de capacitações que atendam às necessidades vigentes, diante de sua atuação no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; e condições de trabalho que viabilize o seu papel, no conjunto de ações do CREAS, como um serviço de Política Pública, na garantia dos direitos.

4.2.7 Sentimentos dos profissionais de Psicologia quanto ao atendimento à criança e adolescente no enfrentamento da violência sexual.

Em relação ao bloco de análise, “sentimentos”, relativa à pergunta “Como você se sente em seus atendimentos à criança e adolescente, no enfrentamento da violência sexual?”, esta apresentou 11 u.c.i’s., que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 51.120 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1082 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 117 u.c.e, apresentando média ($X = 5$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais, que das 1082 palavras, 133 eram analisáveis, e 91 eram palavras instrumentos. As 133 palavras analisáveis ocorreram 29 vezes, para definir uma u.c.e. As 117 u.c.e do *corpus* foram divididas em 4 classes principais, o que corresponde a 70% do aproveitamento total.

Figura 7 - Dendograma 7 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



De acordo com o Dendograma 7, pode-se observar que o *software* dividiu o material, primeiramente, em dois grandes blocos, ocorrendo, a partir daí, duas grandes divisões e posteriormente, duas últimas. As classes 2 e 3 possuem significados comuns que as diferenciam da classe 1 e 4. A classe 1 possui uma ligação de oposição às classes 2 e 3, e a classe 4 apresenta um sentido de oposição forte ao bloco que gerou as classes 1, 2 e 3.

Desse modo, o Dendograma 7 apresenta os sentimentos dos psicólogos em três campos representacionais. O primeiro campo é constituído pelas classes 2 e 3, que descrevem acerca da atuação do profissional de psicologia, diante do fenômeno da violência sexual. O segundo campo é representado pela classe 1, que aborda sentimentos de responsabilização da atuação destes profissionais. E o terceiro campo (representado pela classe 4), aborda sentimento de impotência deste profissional, diante do sistema de garantia de direitos e da rede de proteção à crianças e adolescentes.

Classe 1 – Busca pelo entendimento do tipo de violência para atuação

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 13, correspondente a 16% do total. As u.c.e's, abaixo descritas, exemplificam este sentimento de importância e responsabilização da sua atuação:

u.c.e. n° 72 , $\chi^2= 40$:

(assim), (as) (vezes) eu me (sinto) (só) (assim), (meio) que um amuleto, né?(pra) que aquilo se (resolva), de uma certa forma. A criança e o adolescente que sofreu esse (tipo) (de) (violência) e (violação) (de) direito possa, e, (de) uma

certa (forma), se desenvolver (aquilo) (de) uma (forma) agradável e não (de) uma (forma) traumatizada, (entendeu?) (Sujeito 7).

u.c.e. n° 4, $\chi^2= 28$:

no caso (pra) (quem) tá sofrendo esse (tipo) (de) (violência), mas (assim) e sofredor e muito torturante, (ver) alguém passando (por) (essas) situações muito (precárias), (já) começa essa situação (precária), no contexto (mesmo) em que vive, (por) dependência, (por) (entendeu?) (Sujeito 2).

Diante das palavras evocadas, particularmente “violência”, “tipo” e “entender” (que obtiveram um maior X²), que os psicólogos procuram entender o tipo violência para, a partir daí, planejar o atendimento à criança e ao adolescente, vítimas de violência sexual.

Classe 2 – Imparcialidade no atendimento

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 17, correspondente a 21% do total. Alguns exemplos deste aspecto podem ser visualizados nos exemplos das u.c.e’s a seguir:

u.c.e n° 101, $\chi^2 = 30$:

o (efeito) (esperado). Eu não diria exatamente (no) (momento) (do) (atendimento), em seguida, depois quando (a) (gente) vai analisar e (olhar) (com) outros olhos, (então) (você) (começa) (a) (se) (colocar) (no) (lugar) (do) (outro), né? (Sujeito 10).

u.c.e n° 97, $\chi^2= 27$:

(daquele) (outro) que esta aqui junto a mim, solicitando e necessitando (também) de uma ajuda. (Então) a gente (enquanto) profissional, (a) (gente) tem que se (colocar) (imparcial) mesmo. Por mais que aquilo mexa (com) (a) (gente), porque (lógico), (nós) (somos) (seres) (humanos) (Sujeito 10).

Primeiramente, observou-se um sentimento dos psicólogos, ou seja, o de se colocarem no lugar do outro, para poder compreender o fenômeno da violência e, a partir disso, exercer a sua atuação. Este aspecto foi evocado pelas palavras: “olhar”, “lugar” e “daquela”. Outro aspecto destacado foi que os psicólogos não negam os sentimentos presentes no atendimento, contudo apontam a necessidade da imparcialidade no atendimento, ou seja, esta imparcialidade também está envolta de sentimentos que são aflorados no momento do atendimento. Este aspecto é evocado pelas palavras: “colocar” e “imparcial”.

Classe 3 – Desafio da atuação diante do fenômeno da violência sexual

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 10, correspondente a 12% do total. As u.c.e's, abaixo descritas, ressaltam o sentimento de desafio da atuação do psicólogo, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes:

u.c.e nº 51, $\chi^2 = 18$:

uhum, (desafiada), sabe. porque a gente (sempre), a gente (sempre) (procura) (ter) (uma) abordagem que (não) seja direta, que em se tratando desses (casos) a gente tende (muito) (né)? tá trazendo a tona, (uma) (realidade) que a criança tá calando, ai (eu) (me) sinto (desafiada) nesse momento (Sujeito 5).

u.c.e nº 54 , $\chi^2 = 16$:

baixava (muito) (os) olhos, (mas) e, (nessa) (hora) assim, no momento (eu) (me) lembro minha (sensação). (eu) pensei, (eu) (não), (eu) (não) agi, (eu) (não) fiz tudo que (eu) (poderia) (ter) feito, (mas) eu posso, e claro que (eu) posso fazer, (o) acompanhamento vai se estender e, e melhorar, (uma) intervenção que (não) sufoque a (criança) nem obrigue ela a, a confessar (Sujeito 5).

Ao observar os enunciados específicos da classe, entende-se que estas palavras evocam um sentimento de desafio deste profissional, diante do fenômeno da violência sexual, o que reflete o impacto de se trabalhar com a violência sexual, por se tratar de um fenômeno complexo. Este sentimento é expresso, de forma clara, pelas palavras “poderia” e “poder”, as quais refletem o que este profissional poderia ter feito no atendimento e não realizou por se sentir desafiado. As palavras “horas” e “criança” aparecem juntas, reafirmando este desafio, e a impotência do profissional diante do fenômeno da violência sexual.

Outro aspecto a ser levantado e refletido, em relação ao desafio apontado pelos psicólogos em sua atuação, diz respeito às variáveis descritivas responsáveis pela u.c.e's da classe em destaque, as quais consistem na falta de pós-graduação e de capacitação destes profissionais, para trabalharem com o fenômeno da violência sexual. Os psicólogos apontaram que a formação para trabalhar com violência foi durante a universidade, e a partir daí, não investiram em pós-graduação e capacitações para trabalharem com o tema da violência. Diante do exposto, pode-se observar que esta classe possui significado comum à classe 2, no que diz respeito ao fenômeno da

violência sexual.

Classe 4 – Impotência frente ao sistema de garantia de direitos e a rede de proteção.

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 42, correspondente a 51% do total. As u.c.e's, abaixo descritas, exemplificam este sentimento de impotência do profissional de psicologia, frente ao sistema de garantia de direitos:

u.c.e nº 34, $\chi^2 = 15$:

E o (ministério) (publico) não (faz) nada, (vai) tirar (e) (vai) (levar) para-onde, (como) o promotor, (ele) (faz) (sabe) o (que), (ele) olha assim pra gente (e) (diz) você (quer) (que) eu faça o (que)? (Sujeito 3).

u.c.e nº 67, $\chi^2 = 7$:

entendeu? E (é) uma demora (tão) (grande) (que) a gente (vai) (sair) daqui (e) (vai) (deixar) caso em andamento, (sabe)? assim (na) justiça a gente (tenta) (fazer) (tudo) mais rápido possível, agiliza (e) (tudo), mas quando (vai) pra justiça já é uma (coisa) mais demorada, né? (Sujeito 6).

Diante do exposto, infere-se que os profissionais de Psicologia sentem-se impotentes, para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa impotência decorre, devido a alguns aspectos, como: a necessidade de expressar o entendimento do fenômeno, da tentativa de se colocar no lugar do outro para compreender o fenômeno; a falta de formação para atuar no enfrentamento da

violência sexual; a desarticulação do sistema de garantia de direitos em relação a proteção às crianças e adolescentes; e os encaminhamentos dos casos.

Pode-se observar que os psicólogos expressaram variados sentimentos diante da sua atuação, no enfrentamento da violência sexual, os quais foram divididos nas quatro classes expostas anteriormente. Desse modo, a classe reflete uma busca pelo entendimento do tipo de violência, para pensar a sua atuação; a classe 2, imparcialidade no atendimento; a classe 3, desafio da atuação diante do fenômeno da violência sexual; e a classe 4, impotência frente ao sistema de garantia de direitos e rede de proteção.

Estes sentimentos refletem aspectos reais de sua atuação profissional, no campo social, e foram expressos, a partir das variadas visões de mundo por ele apresentadas. As palavras evocadas nas u.c.e's se configuraram em alguns aspectos da práxis, deste profissional, neste novo campo de atuação da Psicologia, que são as políticas públicas.

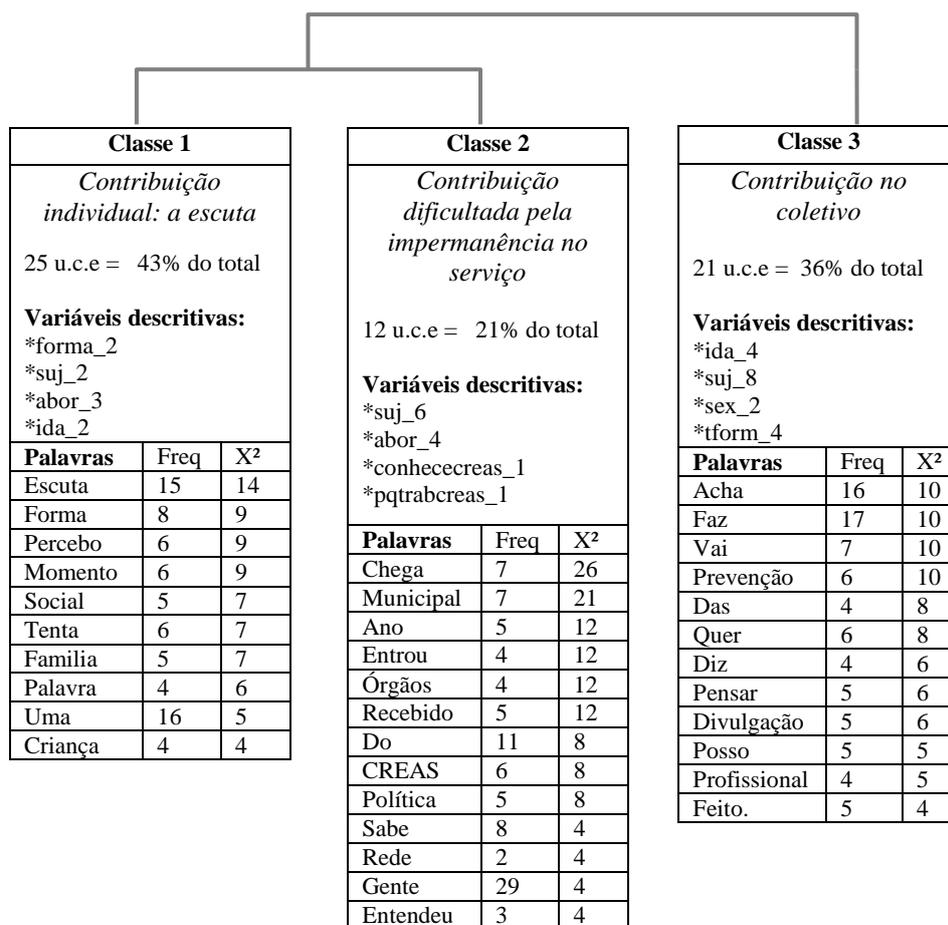
4.2.8 Contribuição dos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual.

Em relação ao bloco de análise, “contribuição da atuação dos profissionais de Psicologia”, relativo à pergunta “Qual a contribuição da sua atuação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?”, apresenta 11 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* Alceste, com 3.204 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 822 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 72 u.c.e's, apresentando média ($X = 4$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais que, das 822 palavras, 90 eram analisáveis e 84 eram palavras instrumentos. As 90 palavras

analisáveis ocorreram 29 vezes para definir uma u.c.e. Apresentou 94,89% de riqueza de vocabulário, frequência mínima de uma palavra analisada igual a 4, e um número médio de palavras analisadas por u.c.e de 12,58. As 72 u.c.e's do *corpus* foram divididas em 3 classes principais, o que corresponde a 78% do aproveitamento total.

Figura 8 - Dendograma 8 – Distribuição das classes: Classificação Hierárquica Descendente



De acordo com o Dendograma 8, pode-se observar que o *software* dividiu o material primeiramente em 2 grandes blocos, ocorrendo, a partir daí, mais uma divisão. A classe 1 e a classe 2 possuem significados comuns que as diferenciam da classe 3, a qual conseqüentemente possui uma ligação de oposição ao bloco que gerou as classes 1 e 2. Desse modo, o Dendograma 8 apresenta as contribuições da atuação dos psicólogos em 2 campos representacionais.

Classe 1 – Contribuição individual: a escuta

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 25, correspondente a 43% do total. Alguns exemplos típicos desta classe podem ser observados de acordo com as u.c.e's a seguir:

u.c.e nº 8, $\chi^2 = 12$:

(eles) já saem por satisfeito, com um sorriso no rosto, e com (uma) (palavra) de esperança. Até (mesmo) com (uma) (forma) de, de, de, de (tentar) mudar. isso. (que) (eu) lembre não, mas assim, a (escuta), e muito importante (também) (as) orientações assim, em (palestras), campanhas, (né)?(Sujeito 2).

u.c.e nº 59, $\chi^2 = 4$:

mas a (escuta) (ela) tem (que) ser, e necessário (que) fosse realizada (uma) (escuta) qualificada. aquela (escuta) em que (você) tá ali pronta (né)? (pra) tá todo (tempo) ao lado daquela pessoa (né)? (dando) a (ela) um suporte (emocional), um apoio (emocional) (né)? e fazendo (as) inter, (as) intervenções no (momento) adequado. (Sujeito 9).

Em relação a classe 1, pode-se observar que uma das contribuições refere-se ao processo de escuta psicológica dos casos. Os aspectos individuais e subjetivos podem ser partilhados no momento da escuta, e a mesma constitui uma base inicial para que seja compreendida a realidade do fenômeno da violência sexual e, a partir disso, o psicólogo possa desenvolver os devidos encaminhamentos à rede de proteção. Esta escuta qualificada compreende a compreensão da dimensão subjetiva da realidade da violência, no contexto específico de cada caso, de cada criança e adolescente que busca

o serviço. Um ponto que favoreceu para a formação desta classe foram as variáveis relativas à formação organizacional, e a abordagem em cognitivo comportamental, o que traduz a influência da formação clínica para a atuação dos psicólogos, devido à abordagem cognitivo comportamental.

Classe 2 – Contribuição dificultada pela impermanência no serviço

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 12, correspondente a 21% do total. Abaixo estão descritos exemplos sobre esta classe em algumas u.c.e's:

u.c.e nº 42, $\chi^2 = 12$:

A (gente) se angustiou demais (no) final (do) (ano) (passado), (porque) (o) nosso (foi) (por) validade de 2 anos (Sujeito 6).

u.c.e nº 36, $\chi^2 = 11$:

(sabe)? (ai) assim, isso entristece (porque) a (gente) trabalha (com) uma (política) pública, (não) tem nada (com) uma (politica) partidária, (entendeu)? mas as (pessoas) ainda tem uma mentalidade tão pequena (ao) ponto de, de dificultar as (coisas) (por) conta disso, lá (no) PETI que a (gente) deve ter essa (rede) articulada, a (gente) tem contato (com) (o) PETI, (com) (o) (CREAS) (municipal), (com) (o) CRAS (Sujeito 6).

A partir das palavras evocadas nesta classe, pode-se observar que, ao serem questionados sobre a contribuição no CREAS, os psicólogos apontaram angústia, em relação à impermanência da sua atuação no serviço. Em consequência disso, também

demonstram dificuldades na articulação com a rede, a equipe e com os casos, devido à constante troca de profissionais no CREAS, principalmente pela influência política.

Classe 3 – Contribuição no coletivo

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 21, correspondente a 36 % do total. A seguir, podem-se observar alguns exemplos desta classe a partir das u.c.e's:

u.c.e nº 24, $\chi^2 = 10$:

em todos os serviços (aqui:) CAPS, CRAS, lá todo mundo (diz) que tá lotado, né? todo mundo (diz) que tá super lotado e ninguém (quer) a rede. (aqui) e furadíssimo né? essa rede. (muito) furada. então, (acho) que (meu) trabalho (como) psicóloga (vai) (além) da psicologia. Porque precisa (fazer) (esse) trabalho de (prevenção), né? (Sujeito 4).

u.c.e nº 29, $\chi^2 = 9$

eu (acho) assim sabe Mayara, a gente (poderia) (fazer) (muito) (mais), (se) a gente tivesse total apoio, assim (um) instrumento de trabalho bom e eficazes eu (acho) que a gente (poderia) (fazer) (muito) (mais), e assim, a quantidade de (profissionais) (Sujeito 6).

Desse modo, a partir das palavras evocadas na classe 3, percebe-se que os profissionais apontam uma desarticulação com a rede, e que isto acaba prejudicando a sua atuação, pois os encaminhamentos à rede de proteção e ao sistema de garantia de direitos são uma das mais importantes contribuições do psicólogo, após a realização da escuta em seus atendimentos. Destacam o trabalho de prevenção, como fundamental,

neste processo de contribuição para a atuação em políticas públicas, em especial, diante do enfrentamento do fenômeno da violência sexual.

Diante do exposto, a contribuição do psicólogo, no enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente, é exposta em três visões diferentes, mas que se complementam. A classe 1 referente à escuta dos processos individuais, foi a mais representativa, e apresenta significados comuns. A classe 2 concerne sobre a não permanência no serviço e suas consequências com a articulação da rede. A classe 3 apresenta um movimento de oposição as duas classes anteriores, e foca-se nos aspectos coletivos, nos encaminhamentos à rede. Esta foi a segunda classe mais representativa.

4.3 Discussão

Os dados biosóciodemográficos condizem com dados encontrados na literatura, como por exemplo, no estudo realizado por Ribeiro (2010), que identificou a prevalência do sexo feminino; e no estudo do CFP e CREPOP (2010), no qual também se observou a prevalência do sexo feminino; idades entre os 24 e os 31 anos. A maioria se autodeclarou de cor branca; declarou possuir pós-graduação. Um aspecto a destacar refere-se à questão de gênero identificada, cujos dados se igualam ao estudo de Castro e Yamamoto (1998). Estes destacam a natureza feminina da profissão. A Psicologia foi consolidada e reconhecida como profissão no ano de 1962. Sua prática está sempre incluída na categoria de profissão feminina.

Quanto às abordagens teórico-metodológicas, foi identificada a prevalência do modelo clínico de atuação do profissional da Psicologia no contexto do CREAS, o que esclarece os estudos de Cruz (2009), Paiva e Yamamoto (2010) e Ribeiro (2010). A pós-graduação, na literatura, evidencia-se em estudos realizados pelo CFP (2009) e por

Alberto et al. (2008b) uma maior busca de cursos de pós-graduação na área feita pelos participantes; contudo, neste estudo, se observou a busca de especializações que não são voltadas para área de violência ou de políticas sociais ou públicas. Foi destacado, então, que a formação que tiveram para trabalhar com a temática, encontraram-na tanto na universidade quanto na prática do CREAS, sendo esta a que mais prevaleceu, devido à falta de uma formação direcionada para a área de política pública durante a graduação. Sobre este aspecto, o estudo do CFP (2009) também constatou que os psicólogos possuem deficiências na formação superior, como: inexistência de conteúdos, de disciplinas e estágios sobre o tema.

Sobre as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual, em relação ao atendimento às crianças, observamos que a prática do psicólogo ocorre juntamente com a da assistente social em vários momentos, como no processo de triagem, no processo de escuta, no acolhimento feito pela equipe e nas visitas domiciliares para se efetivar o atendimento não só à vítima, mas também à família. Após o processo de escuta, destacamos os encaminhamentos dos casos para o sistema de defesa. Estes aspectos estão de acordo com o que é preconizado pelo Guia de Orientação, para atuação do psicólogo no CREAS (MDS, n.d), e pelas referências técnicas de atuação do psicólogo desenvolvida pelo CFP (2009). Não obstante, a forma de desenvolver este atendimento apresentou algumas dificuldades para a efetivação dos direitos das crianças e seus familiares. Tais formas foram retratadas pelo desafio em atender casos de violência sexual.

O desafio do profissional em atender casos de violência sexual condiz com estudos de Pfeiffer e Salvagni (2005) e Araújo (2002), os quais também mencionam a dificuldade de se discutir e atender crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar e suas famílias. Este aspecto reforça o que Azevedo (2001) afirma sobre a importância de o

psicólogo elaborar sua própria atitude e refletir nas suas questões subjetivas que emergem diante dos casos de violência sexual, para que assim se estabeleça uma melhor comunicação entre todos os envolvidos no atendimento, pois existem valores, sentimentos, emoções ante uma situação de imensa fragilidade.

Outro aspecto a ser mencionado é que a interrupção dos atendimentos em casos de abuso sexual intrafamiliar muitas vezes está relacionada com o silêncio das vítimas para dar continuidade e proceder à denúncia do agressor. A criança passa a sentir-se vulnerável à situação diante das ameaças e ao medo da revelação à família, evitando dessa forma uma possível punição por medo de ameaças (Furniss, 2002; Habigzang et al., 2008; Kaplan & Sadock, 1990).

Quanto ao lúdico, observamos que, por um lado, foi apontada a realização de algumas atividades com brinquedos, desenhos e histórias nos atendimentos e, por outro, foi evidenciada a falta de material lúdico em alguns CREAS, o que desta forma acaba prejudicando o desenvolvimento deste processo de escuta. Sobre este aspecto, Azevedo (2001) e Azambuja (2006) ressaltam que a escuta e o trabalho com o lúdico constitui uma ferramenta importante dentro do atendimento às crianças em casos de violência sexual, devido às particularidades que envolvem a dinâmica da violência sexual e das consequências físicas e psicológicas para a criança, e devido à compreensão da dificuldade que ela enfrenta para expressar ou revelar a situação de violência, principalmente quando envolve o abuso no contexto familiar. A criança encontra-se numa situação de fragilidade, podendo expressar medo, vergonha, culpa e sentimentos ambivalentes em relação ao agressor. Desta forma, o atendimento deve ser conduzido considerando-se estes aspectos e o contexto em que estão inseridos.

Com referência ao atendimento de adolescentes, diferentemente das ferramentas utilizadas no atendimento à criança por meio do lúdico, observamos que, neste contexto,

é desenvolvido mais o processo de escuta psicológica. Outro aspecto que difere entre os blocos é que, no atendimento à criança, o foco é a família, na responsabilização da figura materna em casos de abuso sexual. No caso dos adolescentes, apesar de os profissionais também exercerem o atendimento aos familiares, o foco é mais direcionado à orientação sobre a sexualidade, como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Em ambos os casos, é utilizado o processo de escuta, mas com focos diferentes. A escuta psicológica, neste caso, condiz com as referências técnicas de atuação do profissional da Psicologia em casos de violência sexual (CFP, 2009).

Um ponto importante que pode ser observado é que os profissionais apresentam dificuldade de atender crianças e adolescentes, devido à complexidade do fenômeno da violência sexual. Se tivessem uma melhor capacitação, esta situação poderia ser diferente. Este aspecto nos remete à tomada de consciência de que, segundo Vigotski (1934/2011), a partir de situações consideradas desafiadoras pelo sujeito, ocorre a reflexão do pensamento para que depois aconteça a ação, a transformação de sua realidade.

A necessidade de formação continuada é um dos aspectos que aparece em quase todos os blocos de análise. Cumpre mencionar a importância de uma formação especializada e continuada para se trabalhar com o fenômeno da violência sexual. Esta problemática condiz com vários estudos (Yamamoto, 2003; CFP, 2009; Ribeiro 2010), os quais vão mostrar que ainda se constitui um aspecto presente às políticas públicas. Também condiz com os estudos de (M. Silva, 2001), onde afirma que os profissionais de Psicologia ainda desconhecem informações e materiais de referência, essenciais para sua atuação profissional no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Destarte, a capacitação contínua deste profissional no âmbito das políticas públicas, em especial no enfrentamento da violência sexual, irá contribuir para a sua atuação diante das questões subjetivas que permeiam o fenômeno da violência sexual (Contini, 2003).

Os dados apresentados sobre a capacitação do profissional da Psicologia podem ser entendidos a partir da lógica *Expertise*-credencialismo ressaltada por Yamamoto (2003). Os profissionais entrevistados são credenciados para atuar no CREAS; entretanto, apontam a necessidade de mais capacitação que proporcione uma fundamentação teórico-prática para a sua atuação, ou seja, para o *Expertise* da sua práxis.

Um detalhe que aparece nos atendimentos tanto de crianças como de adolescentes é o atendimento à família. O envolvimento dos familiares no processo é fundamental para que o profissional da Psicologia possa compreender o contexto em que as crianças e os adolescentes estão inseridos. Outro fato é que, tratando-se de violência sexual de crianças e adolescentes, a família, na maioria dos casos, está envolvida, principalmente em casos de abuso sexual, onde o maior índice está no abuso sexual intrafamiliar. Então, além das crianças e adolescentes, os familiares também são vítimas do processo, de modo que também devem ser acompanhados (CFP, 2009, MDS, n.d).

No que tange aos procedimentos desenvolvidos em casos de abuso e exploração sexual, foi apontado o procedimento em rede como primordial para os encaminhamentos dos casos; entretanto, a desarticulação entre a rede de proteção aparece nos dois blocos, evidenciando uma problemática para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual (abuso e exploração). Estes

aspectos condizem com os estudos do CFP (2009), que apontam a desarticulação com a rede de proteção como uma problemática ainda presente à realidade dos CREAS.

Ainda quanto aos procedimentos, pode-se observar que a única diferença entre os procedimentos tomados, em casos de abuso e de exploração sexual, é que contra esta é realizado o trabalho em grupo. Isto ocorreu devido ao índice de exploração sexual em adolescentes ser mais alto do que em crianças. Destarte, o trabalho em grupos e em oficinas representa mais uma ferramenta para se trabalhar com as vítimas de exploração sexual. Todavia, foi mencionada a dificuldade de atender casos de exploração sexual, devido à falta de fundamentação teórico-metodológica, o que apenas reafirma o entendimento de autores (Araújo, 2002; Azevedo 2001; Pfeiffer & Salvagni, 2005) acerca da necessidade de capacitações especializadas para os profissionais no âmbito das políticas públicas.

Ao analisarmos o processo de formação relativa aos atendimentos a crianças e adolescentes em casos de abuso e exploração sexual, observamos que está presente a reprodução, feita pelos profissionais de Psicologia, do modelo genérico aprendido nas experiências de formação de psicólogo (modelo clínico). Este modelo é reproduzido na escuta das vítimas, das famílias e nos grupos com adolescentes para falar sobre a sexualidade (e não sobre a violência sofrida). Assim, se a consciência se constrói na experiência e o sujeito se constitui através dos outros, na relação com os outros constroem diferentes modos de agir, sentir e significar (Vigotski (1929/2000), advir de uma escola que prioriza tal modelo, que não forma para trabalhar com violência (menos ainda com políticas públicas de garantia de direitos a crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual). Estes profissionais utilizam-se das ferramentas teóricas que aprenderam na universidade (neste caso, encontra-se a reprodução do modelo clínico de atuação), em especializações (as quais não são voltadas para a

questão da violência ou para políticas públicas), e na sua prática no CREAS (nesta encontram diversas dificuldades na efetivação dos direitos).

Sobre a influência do modelo clínico de atuação do profissional da Psicologia no CREAS, este modelo se faz presente por representar a utilização de ferramentas práticas e teóricas da sua formação universitária em clínica e está relacionada com a falta de capacitação deste profissional para adequar sua atuação na área das políticas públicas. Este aspecto condiz com os estudos de Cruz (2009), o qual ressaltou que, na prática psicoterápica exercida pelo profissional da Psicologia na proteção social, o referencial clínico norteia a atuação.

Sobre este aspecto, Alberto et al. (2008) asseveram que a psicoterapia não pode ser o único modo da atuação do psicólogo, principalmente no âmbito das políticas públicas, no qual o psicólogo deve ter uma atuação política, ativa e comprometida com os aspectos sociais e subjetivos construídos e produzidos sócio-historicamente. Parece ser importante, por conseguinte, uma contínua capacitação para estes profissionais que trabalham na ponta, na atuação direta, no enfrentamento da violência sexual, por estarem lidando em sua prática com uma dimensão subjetiva da realidade de crianças e adolescentes e suas famílias.

No que diz respeito à determinação do MDS para atuação do profissional da Psicologia no CREAS, podem-se observar alguns aspectos: o atendimento familiar, que evoca a matricialidade familiar, acolhimento, escuta, orientação, prevenção, visitas domiciliares e encaminhamentos. Estes aspectos condizem com o que está descrito na LOAS (1993), PNAS (2004), NOB/SUAS (2005) e no Guia de Orientação nº 1 (MDS, nd) como a prática do psicólogo. Entretanto, um ponto importante a se destacar neste bloco foi o desconhecimento de alguns profissionais acerca do que é determinado pelo

MDS e pelos marcos lógicos e legais para fundamentar a sua atuação, o que condiz com os estudos de (Cruz, 2009; Ribeiro, 2010; Yamamoto, 2003), que traduzem novamente a problemática da necessidade de capacitação específica e continuada para os profissionais.

No tocante ao suporte organizacional à necessidade de capacitação por meio de atividades práticas e trocas de experiências, os dados se igualam com o estudo do CFP & CREPOP (2007b), que identificaram a escassez de espaços que possibilitassem troca de experiências profissionais e publicações que tratem sobre a temática de violência sexual e a atuação do psicólogo.

Em relação à falta de infraestrutura, de acordo com o Guia de Orientação nº 1 (MDS, n.d), as instalações dos CREAS regionais devem apresentar condições operacionais, como: instalações físicas suficientes e adequadas; veículo para realização de visitas domiciliares e institucionais; linha telefônica; computador, impressora e demais equipamentos, além de material de custeio. No entanto, podemos ver que os profissionais de Psicologia mostraram uma realidade contrária ao que é determinado pelo MDS. Os dados corroboram com o que diz a literatura, como por exemplo, o estudo de Ribeiro (2010). Ele demonstra que ainda é presente às políticas públicas de assistência social a falta de recursos disponibilizados para infraestrutura, a falta de material e capacitações dos profissionais, percebendo-se dificuldades nas condições de trabalho.

Um aspecto importante a ser mencionado é que existe a determinação do MDS através das Normas Operacionais Básicas (2005) para a atuação dentro do campo de assistência social. É importante saber que, apesar de existirem diretrizes para atuação dos profissionais de Psicologia no CREAS, existem também, na realidade, dificuldades teóricas e metodológicas para se trabalhar com o enfrentamento da violência sexual,

além de faltarem suportes básicos de infraestrutura e recursos para que este enfrentamento seja efetivado.

Ainda sobre o suporte organizacional do CREAS oferecido aos profissionais para desenvolverem sua atuação, pode-se observar que vários elementos desta dinâmica encontram-se prejudicados. Pode-se visualizar tanto uma lacuna nas atividades sociais que são realizadas por meio dos atores inseridos na política (estrutura substantiva), quanto os aspectos econômicos que influem diretamente na construção de uma política pública, ou seja, o financiamento, os custos e o suporte (estrutura material) (Di Giovanni, 2009).

Outro aspecto constatado nos dados foi a falta de capacitação dos profissionais de Psicologia, tanto em sua formação universitária para trabalhar com políticas públicas, quanto em cursos de pós-graduação e capacitações mais específicos que propiciem mais fundamentação teórico-metodológica para sua atuação, principalmente quando esta é direcionada ao enfrentamento da violência sexual, que por si representa um fenômeno repleto de complexidade (Di Giovanni, 2009). O conhecimento dos atores dentro de uma política reflete na estrutura simbólica descrita por Di Giovanni (2009).

Diante do exposto, para que ocorra a efetivação dos direitos, cabe proceder a uma boa articulação com todas as estruturas elementares dentro de uma política pública, ou seja, o suporte para uma política pública representa um fator importante para o funcionamento da engrenagem. A partir do suporte, as ações são viabilizadas aos diversos atores para que ocorra a efetivação delas (Di Giovanni, 2009). No caso deste estudo, os dados apontaram dificuldades principalmente nas estruturas materiais e simbólicas, o que conseqüentemente interfere na efetivação dos direitos.

Quanto aos sentimentos, pode-se observar que quatro aspectos foram levantados: busca do entendimento do tipo de violência para atuação, imparcialidade no

atendimento, desafio da atuação diante do fenômeno da violência sexual e impotência diante do sistema de garantia de direitos e diante da rede de proteção.

No tocante à busca do entendimento do tipo de violência sexual, destacamos primeiramente a complexidade da violência sexual e, a partir disso, o desafio enfrentado pelo profissional diante dos casos. Estes aspectos presentes ao bloco sentimentos confirmam a dificuldade de atender crianças vitimizadas pela violência sexual relatada anteriormente no dendograma. Ambos os aspectos reforçam a urgência de capacitação para trabalhar com a temática. Sobre este aspecto, Gonçalves (2010) afirma que nas políticas públicas, é importante o psicólogo reconhecer a realidade social e, a partir disso, realizar medidas de promoção de qualidade de vida e estratégias de superação aos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade e fragilidade social, valorizando como sujeito a sua subjetividade. Para isso, profissionais especializados são essenciais para contribuir na efetivação destes objetivos. Tratando-se da compreensão dos sujeitos e de sua subjetividade, podemos ressaltar a implicação da Psicologia, considerada como profissão, neste processo, tanto na formulação quanto na ação dentro de uma política pública (Gonçalves, 2010).

Doutra parte, na realização do atendimento estão presentes as “subjetividades” que emergem a partir da relação dialética entre a vítima e o profissional da Psicologia e pertencem tanto ao contexto da vítima quanto ao contexto do profissional no momento da escuta. Isto esclarece que a subjetividade do sujeito é construída a partir das relações que permeiam o meio social (Molon, 2010; Vigotski, 1896-1934/2008).

Quanto à imparcialidade no atendimento, podem-se levantar dois aspectos. O primeiro refere-se à fundamentação em um modelo clínico de atuação psicológica diante dos casos, aos quais a imparcialidade se faz presente. O segundo remete a dificuldade do profissional em lidar com os aspectos que emergem dentro da

complexidade deste tipo de violência. A partir daí, faz-se ligação com os desafios apontados por eles neste mesmo bloco, em cotejo com os estudos de (Araújo, 2002; Azevedo 2001; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Em relação ao sentimento de impotência diante do sistema de garantias de direitos, este aspecto recai mais uma vez na falta de articulação da rede de proteção e, conseqüentemente, no andamento dos casos de violência sexual quanto aos seus encaminhamentos ao judiciário. Este aspecto condiz com o CFP (2009), que, em pesquisa realizada, no âmbito nacional, com psicólogos por meio do CREPOP, observou a morosidade do sistema de defesa e de responsabilização (segurança pública, Ministério Público e Justiça) na articulação com os demais serviços e com a tramitação dos encaminhamentos dos casos.

Diante do exposto, infere-se que o sentimento de impotência, retratado pelos profissionais de Psicologia para atuar no enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, decorre de alguns aspectos: a necessidade de entender o fenômeno, e o lugar do outro; da falta de formação para se atuar na problemática e do não funcionamento do sistema de garantias. Desse modo, os dados revelam que a prática não reflete o prescrito no CFP & CEFESS (2007). Estes dizem que o profissional da Psicologia deve desenvolver métodos e instrumentais para atendimento e que as ações devem ser ligadas com outros profissionais dentro do serviço e com outros serviços, visando-se ao trabalho em rede. Estes devem ter em sua formação um conhecimento sobre a dinâmica do abuso sexual (Azevedo, 2001), buscando o trabalho em rede e a articulação com outras políticas e serviços (CFP, 2009).

Se um dos aspectos essenciais para a atuação comprometida do profissional da Psicologia é a qualificação da sua formação (Yamamoto, 2003). Essa falta, por sua vez,

compromete sua atuação. Logo, o sentimento de impotência vem do fato de esses aspectos não se efetivarem na prática, influenciando assim no processo de garantia de direitos das crianças e adolescentes que buscam o serviço.

Ao se analisar a falta de articulação da rede, a de suporte e recursos e o sentimento de impotência do profissional no tocante à impunidade do agressor, pode-se considerar o que Di Giovanni (2009) explica como um fator de natureza cultural e sociológica. Este fator, cujo o papel se apresenta diante da sociedade, reflete a reconfiguração do modelo de Estado democrático. Explica também como a sociedade reage a tal modelo. A capacidade de resposta do Estado a essa questão encontra-se longe do necessário e tem a ver com a capacidade de reação da sociedade, que, neste caso, também se tem mostrado insuficiente em sua reação, já que não denuncia; logo, não reage. O Estado como tal também não se manifesta, seja com recurso, seja com ações punitivas ou de responsabilização. Logo, os procedimentos dos profissionais, dentro desse ajuste de força, e como representantes do Estado ficam limitados, já que fazem a escuta, encaminham os casos, mas não conseguem articular a Rede, que é a outra parte do Estado. Há, no entanto, uma teoria de (Estado Democrático de Direito), mas não há práticas condizentes de efetivação dos mesmos, no caso de crianças e adolescentes vitimizados (Saffiotti, 1989) pela violência sexual e conseqüentemente os resultados não são eficientes enquanto política de garantia de direitos.

A partir dos dados referentes aos aspectos subjetivos, observamos que discutir a subjetividade deste profissional significa discutir o contexto em que ele está inserido e papel que exerce dentro de uma política pública. De acordo com Gonçalves (2010), faz-se importante salientar que as políticas públicas inseridas no cenário brasileiro, baseadas numa sociedade capitalista, estão repletas de contradições, que abrangem aspectos, como: o público e o privado, o individual e o coletivo, o econômico e o social, o social e

o neoliberal, tudo isso fruto de conflitos de uma sociedade desigual. Essas contradições, por sua vez, estão repletas de valores, de concepções naturalizadas e padronizadas sobre sujeitos e sua subjetividade, num contexto pleno de historicidade.

Estes aspectos condizem com a construção da subjetividade a partir das relações dialéticas no meio social, por sujeitos ativos, implicados com o contexto histórico-cultural trazidas por (Vigotski, 2004; 1896-1934/2008). Em relação aos aspectos subjetivos, estes estão implicados diretamente com a sua atuação. Foram apontados a partir da relação dialógica com as crianças e adolescentes no atendimento, o que traduz a subjetividade como uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu (Molon, 2010). Esta ideia condiz com a perspectiva histórico-cultural de Vigotski (1896-1934/2008).

Os aspectos que permeiam a atuação no enfrentamento da violência sexual descritos pelos profissionais de Psicologia no CREAS foram construídos e significados a partir da sua vivência no serviço, do contexto político e econômico atual dentro de uma lógica neoliberal, e como as Leis e normas que fundamentam sua prática, o que retrata ser um indivíduo é um ser social, inserido numa realidade social e influenciado por ela (Vigotski, 1896-1934/2008).

Para Vigotski (1896-1934/2008), é a partir das relações, das trocas, dos conflitos que a subjetividade deste indivíduo é construída. Doutra parte, a consciência do profissional da Psicologia sobre sua atuação também é compreendida como um processo mediado socialmente dentro do contato social. A partir das relações dialógicas o profissional constrói a sua subjetividade e sua consciência de atuação, com uma experiência duplicada, na qual, o reconhecimento do eu só existe pelo reconhecimento do outro. Pode-se entender a consciência como a “vivência das vivências” (Vigotski, 2004, p. 71).

O último bloco refere-se à contribuição dos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual. Neste bloco foi apontada a atuação diante dos aspectos individuais e coletivos, que abrangem a escuta dos casos, até os encaminhamentos ao sistema de garantia de direitos. Todavia, observamos dificuldades nos atendimentos e nos encaminhamentos dos casos, as quais prejudicam desta forma a mediação dos aspectos individuais e coletivos. A importância da atividade mediada pelo psicólogo em sua atuação se traduz na mediação dos aspectos objetivos e subjetivos em seu atendimento à criança e adolescente vitimizados pela violência sexual. A mediação também se processa diante dos aspectos subjetivos que emergem no atendimento para que, aos poucos, a criança ou o adolescente possa, como um ser ativo dentro do processo, transformar a sua realidade (Vigotski, 2004).

Quanto a este aspecto, Vigotski (1896-1934/2008) afirma que a mediação se na relação dialética e, dentro desta relação, emergem os aspectos subjetivos. Em relação à atuação dos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual, a mediação dos processos individuais e coletivos se dá por meio dos signos que possuem em sua trajetória, em sua vivência. Desse modo, esta mediação está relacionada com a formação (graduação universitária, pós-graduação e capacitações) e com sua prática no CREAS.

Outro ponto destacado foi que a atuação do profissional da Psicologia fica prejudicada pela sua impermanência no serviço, o que endossa os estudos de (Ribeiro, 2010; Yamamoto, 2003). Estes autores destacam a falta de concursos públicos efetivos para os profissionais na política de assistência, em especial no CREAS. Os dados também estão de acordo com o estudo realizado pelo CFP e CREPOP (2010), no qual identificam, em relação ao vínculo contratual, os psicólogos contratados como temporários ou autônomos. Isto nos indica uma fragilidade das relações de trabalho.

Esta problemática afeta tanto os andamentos dos casos, devido ao vínculo que é estabelecido entre o profissional e os usuários, quanto a motivação pela busca de investimento na profissão, devido à incerteza de sua permanência no serviço. Este problema recai então sobre o contexto atual encontrado nos dados, em relação à necessidade de mais capacitação para trabalhar com o fenômeno da violência e efetivar os direitos dentro de um serviço inserido numa política pública de assistência social.

Sobre este aspecto, podemos observar que a trajetória da Psicologia pela transformação de concepções naturalizadas de atuação é uma luta constante, que ainda se encontra em processo, principalmente quando as estruturas das políticas públicas no contexto brasileiro e a atuação dos psicólogos para a efetivação dessas políticas apresentam várias dificuldades teórico-práticas e operacionais de trabalho nos CREAS. Yamamoto (2003) ressalta que o Estado entra na oferta de programas e serviços, possibilitando assim um novo campo de atuação para a Psicologia; entretanto, este campo requer um novo posicionamento de atuação do psicólogo e uma atuação compromissada com a sociedade. Este perpassa um processo contínuo de “deselitização” da profissão (Bock, 2003) e requer uma atuação que realize a mediação entre os aspectos individuais e coletivos.

Destarte, o Estado entra na oferta de serviços dentro de uma política para efetivação do direito legalmente assegurado e o psicólogo entra na mediação destes aspectos na sua atuação dentro do serviço, neste caso, no CREAS.

Diante do que foi apresentado pelos blocos de análise, remetemos a reflexão sobre o papel do Estado na efetivação dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, na oferta de serviços e programas especializados para atender a demanda da sociedade a partir da ótica da questão social. A política pública é constituída como uma forma articulada entre a interação complexa do tripé Estado,

Sociedade e Economia. Deve ser compreendida a partir da dinâmica entre suas estruturas elementares (Di Giovanni, 2009).

Como descreve Yamamoto (2003), política é conflito. Então, o seu processo de construção e efetivação pautada na estratégia do Estado para minimizar os efeitos da *questão social*, dentro de uma lógica neoliberal, retrata muitos desafios. Alguns foram evidenciados no presente estudo a partir da atuação do profissional da Psicologia no CREAS.

A efetivação deve ser pensada como um meio de intervenção para a *questão social*. Esta intervenção é pensada, organizada pelos atores no processo de construção de uma política. Dessa forma, é dever do Estado assegurar condições propícias para que se obtenham resultados, ou seja, que os direitos das crianças e adolescentes sejam efetivados, como descrito no Art. 1º da LOAS referente a Política Pública de Assistência Social: “a assistência social é direito do cidadão, e dever do Estado, é Política de Seguridade social não-contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Todos estes elementos se cruzam para a efetivação dos direitos assegurados legalmente por uma política pública. Portanto, pode-se observar que na realidade estas ações não são efetivadas. Para isto acontecer, é necessário que ocorra uma modificação em todo o sistema, no que diz respeito a mais implicação, participação, contestação de todos os atores envolvidos no processo contínuo de efetivação de uma política pública.

No que concerne aos blocos de análise apresentados, podem ser observados alguns aspectos comuns que emergiram em vários blocos. Isto se deu pela relação entre os temas, pois todos retratam a atuação do profissional da Psicologia nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tais aspectos expressam: necessidade

de capacitação continuada para se trabalhar com violência sexual contra crianças e adolescentes, desarticulação da rede de proteção e falta de suporte organizacional para desenvolver a sua atuação no CREAS.

Considerações finais

Realizar esta dissertação sobre a atuação do profissional da Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais do Estado da Paraíba, foi relevante, sobretudo por procurarmos estabelecer um diálogo com a perspectiva histórico-cultural de Vigotski e com a concepção de políticas públicas de Di Giovanni, trazendo, assim, para a compreensão do fenômeno estudado suas dimensões sociocultural, histórica e política.

A finalidade central da pesquisa, cujos resultados e interpretações acabamos de apresentar, foi a de analisar o modo com que se dá a atuação do profissional da Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais do Estado da Paraíba.

No tocante aos resultados da pesquisa acerca do atendimento às crianças e aos adolescentes, os profissionais responderam que, ao exercer as atividades que estão prescritas em relação às vítimas e aos seus familiares, visualizaram dificuldades teórico-metodológicas para desenvolvê-las, como: a necessidade de capacitação na área, complexidade do fenômeno da violência sexual, desarticulação da equipe e da rede de proteção, e falta de infraestrutura adequada para que desenvolvam sua atuação no CREAS. Compreendemos que isto se dá devido a vários fatores que perpassam a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, como: a concepção de política pública de proteção e garantia de direitos, construída historicamente, e do modelo de formação hegemônico (clínico) nas universidades, por retratar uma referência teórica e metodológica aprendida na formação do profissional da Psicologia.

Em relação aos procedimentos desenvolvidos nos casos de abuso e exploração sexual, observamos que os profissionais desenvolvem a escuta, visitas domiciliares, encaminhamentos à rede, com exceção do atendimento em grupo aos casos de exploração sexual. Outra questão destacada foi a dificuldade dos profissionais para atenderem os casos de abuso e exploração sexual, devido à complexidade do tema; o que remete novamente à falta de capacitação especializada direcionada ao fenômeno da violência sexual. Dessa forma, compreendemos que os procedimentos desenvolvidos por esses profissionais estão permeados por dificuldades para a efetivação da proteção, restabelecimento dos direitos e reparação da violência sexual contra crianças e adolescentes, como são preconizados no ECA e na LOAS e garantidos constitucionalmente.

A desarticulação da rede foi exposta pelos profissionais, tanto nos casos de abuso quanto nos casos de exploração sexual, o que denota ainda a dificuldade deles para compreenderem o fenômeno da violência sexual e o do papel de uma política pública e do trabalho em equipe para a efetivação dos direitos. De fato, para que seja garantido o direito da criança e do adolescente, vítima de violência sexual, é necessário que exista a articulação das políticas públicas entre todos os serviços da proteção social e do judiciário.

Observamos que esta desarticulação ocorre a partir dos conflitos com a rede de proteção, os quais perpassam a questão social. Compreendemos que uma articulação se reflete na participação ativa e crítica do profissional da Psicologia, no processo de construção e efetivação de uma política pública. Parece ser importante reconhecer que a realidade exposta pelos profissionais entrevistados reflete uma problemática nacional, como pode ser visualizado na literatura.

Compreendemos as dificuldades apresentadas pelos profissionais. No que concerne ao suporte organizacional, são consequências de vários aspectos que permeiam tanto a responsabilização do Estado na viabilização de meios (suporte físico e organizacional, recursos, e capacitações especializadas para área de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes) quanto à responsabilização de cada ator envolvido no processo, atuando de forma ativa e comprometida.

Quanto ao sentimento do profissional da Psicologia no atendimento à criança e adolescente, observamos que a impotência descrita pelos profissionais decorre da necessidade de eles expressarem o entendimento acerca do fenômeno, da tentativa de se colocar no lugar do outro para compreender o fenômeno, da falta de formação para atuar no enfrentamento da violência sexual e da desarticulação do sistema de garantia de direitos relativos à proteção às crianças e adolescentes. Sendo assim, o processo de subjetivação dos profissionais de Psicologia nas políticas públicas é algo que está em contínua construção, porquanto entendemos a formação deste sujeito como construção histórico-cultural, por meio das relações e trocas de experiências entre os sujeitos no meio social.

A contribuição da sua atuação dos profissionais no âmbito do CREAS foi considerada por eles como relevante para o atendimento individual e coletivo de crianças e adolescentes. Todavia, estes profissionais ressaltaram existir dificuldades que interferem na referida contribuição, tais como: falta de capacitação; desarticulação da rede de proteção — o que dificulta os encaminhamentos dos casos; insegurança devido à impermanência no serviço.

A partir dos resultados obtidos, compreendemos que a atuação dos profissionais de Psicologia no enfrentamento da violência sexual, no que concerne às atividades

desenvolvidas para o restabelecimento da proteção e direitos das crianças e adolescentes, fica prejudicada, devido aos inúmeros fatores anteriormente mencionados.

Um fato importante que emergiu neste estudo foi a homogeneidade na falta de investimento na formação especializada dos profissionais de Psicologia, para trabalharem na área de políticas públicas, os quais seriam feitos pelas universidades, pelo CREAS e pelo Estado. Neste ponto de vista, compreendemos que tal formação não se resume a uma simples implementação de uma disciplina no curso de Psicologia, mas envolve modificações teóricas e metodológicas. Este processo remete à desnaturalização de práticas hegemônicas construídas historicamente desde a regulamentação da Psicologia, reconhecida como profissão em 1962, e que perpassam ainda hoje, mesmo após a sua reconfiguração para o campo social no processo de “deselitização” da profissão.

Cumpramos esclarecer que, com esta dissertação, não estamos criticando o valor da clínica dentro da Psicologia respeitada como ciência e profissão, mas compreendemos que esta prática deve ser reconfigurada em relação à atuação do psicólogo nas políticas públicas, para que, desta forma, possa representar uma atuação política, ativa e comprometida com o campo social.

Com base nas discussões desenvolvidas, esperamos que os aspectos destacados e discutidos na presente dissertação possam contribuir em estudos da área, na compreensão da atuação do profissional da Psicologia e na da implicação do Estado na construção e efetivação de políticas que asseguram os direitos das crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual.

Além disso, o estudo possibilita a abertura de espaços de discussão entre os profissionais de Psicologia (vinculados aos CREAS) e a Academia, numa proposta de articulação entre teoria e prática, a fim de juntos encontrarem formas de pensar a

temática em destaque e de atuar, com maior abrangência, junto às crianças e adolescentes e às suas famílias que vivenciam o problema da violência sexual. Isto por entendermos que essa interlocução propicia uma troca de experiências — os envolvidos se dão conta das versões e interpretações possíveis — e permite traçar caminhos de diálogo para o rompimento com a concepção hegemônica de atuação em torno desse tipo de violência.

Entendemos que o estudo, desenvolvido nesta perspectiva teórico-metodológica, oferece contribuições para o campo da Psicologia Social, tanto do ponto de vista teórico como prático. Do teórico, porque fortalece as leituras críticas a respeito da temática em pauta, porquanto se realizou valorizando a interação dos aspectos socioculturais, históricos e políticos. Do prático, porque sugere possíveis intervenções na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, onde o psicólogo poderá desenvolver uma atuação ativa, política e comprometida com os aspectos sociais e subjetivos desse tipo de violência, construídos e produzidos sócio-historicamente.

Ressaltamos que o nosso compromisso de pesquisadora é o de realizarmos, após a conclusão do trabalho, a devolução dos achados da pesquisa no campo de investigação (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano), com o propósito de refletir, junto com os profissionais de Psicologia dos CREAS, nas sugestões apontadas e na possibilidade de planejar ações que possam ensejar a troca de experiências e ampliar as possibilidades de atuação desses profissionais, com essa clientela específica da população, no referido âmbito.

Outro compromisso de pesquisadora vinculada ao NUPEDIA é o de dar continuidade, em um curso de doutorado, à investigação de aspectos da temática, os quais não foram abordados nesta pesquisa e à compreensão da interlocução entre a Secretaria de Direitos Humanos da Previdência da República, o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, no que diz respeito a questões que emergiram neste estudo, como a viabilização do suporte organizacional e capacitações especializadas dos profissionais do CREAS.

Diante do exposto, observamos a relevância teórica e social das informações encontradas nesta pesquisa para a Psicologia Social, por apresentar informações de como se dá a atuação do profissional da Psicologia no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais do Estado da Paraíba. Tais informações possibilitam reflexões dos profissionais acerca da concepção de política pública e as estruturas elementares para o seu funcionamento; acerca da responsabilização do Estado e de todos os atores que atuam na Política Pública implicados com a proteção social.

O relevante papel que o profissional da Psicologia exerce no CREAS envolve ações que vão desde o planejamento das ações até à prática no enfrentamento, mediante o atendimento psicossocial – o que torna sua atuação diferente daquela que ocorre nos consultórios, estruturada no modelo clínico tradicional.

No tocante à prática assistencial, pontuamos, a partir das reflexões teóricas e práticas deste estudo, a importância da atuação dos profissionais de Psicologia do CREAS, no que refere às práticas que influem nos determinantes sociais do processo de violência; a necessidade de os psicólogos encontrarem estratégias que possam intervir na realidade social e subjetiva dos indivíduos, grupos, famílias e comunidade. Impõe-se também a necessidade de eles incorporarem às práticas de psicologia a intervenção nas determinações sociais e ambientais que contribuem para o surgimento de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Referências

- Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M., & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso Sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, Rio de Janeiro, 33(4), 204-213.
- Alberto, M. F. P., Almeida, D. R., Dória, L. C., Guedes, P. C., Sousa, T. R., & França, W. L. P. (2008a). O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28, 558-573.
- Alberto, M. F. P., Mota, R. V., Gomes, V. C., Paixão, G. P., Araújo, T. T. V., & Serafim, A. C. (2008b). Avaliação da Metodologia PAIR em Campina Grande – PB. In: *Avaliação do processo de implementação do PAIR*. (pp. 144-175) Campo Grande, MG. UFMS.
- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S., Gomes, V. C., Araújo, A. M. G., & Oliveira, D. (2009). A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 15 (3), 41-59.
- Amorim, S. M. F. (2006). Reflexões sobre a postura ética do profissional de Psicologia no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de tráfico para fins sexuais. In: *reunião de planejamento da equipe de Partners of the Americas*. (pp. 1-24) Fortaleza, Ceará.

Amazarrey, M. R., & Koller, S. H. (1998) Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*: Porto Alegre, 11 (3), 559-578.

Araújo, M. de F. (2002) *Violência e abuso sexual na família*. Psicologia em Estudo, Maringá, 7 (2), 3-11.

Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, trad) Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

Azevedo, E. C. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília, 21 (4).

Azambuja, M. R. F. (2004). *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Azevedo, M. A. (1989). Conseqüências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A. (Org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). Vítimação e vitimização: questões conceituais. In M. A. Azevedo, V. N. A. Guerra (Orgs.), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder* (pp. 25-47). São Paulo, SP: Iglu.

- Azevedo, E. C. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21, 66-77.
- Bellenzani, R., & Malfitano, A. P. S. (2006). Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos. *Saúde e Sociedade*, 15 (3), 115-130.
- Bock, A. M. (1999). A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4 (2), 315-329.
- Bock, A. M. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: A. M. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez.
- Brasil. Congresso Nacional. (2004). Comissão parlamentar mista de inquérito criada com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília: Senado Federal. Recuperado de <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/84599>.
- Brasil, (2008). *SUAS: configurando os eixos de mudança* / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília, DF: MDS.

Brasil, (2005). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF.

Brasil (2010). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e adolescentes: DDN 100. Recuperado de <http://www.disquedenuncia@sedh.gov.br>.

Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: um programa informático de Análise Quantitativa de Dados Textuais. In: Moreira, A. S. P. (Org) (2005). *Perspectivas Teóricometodológicas em Representações Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária.

Castro, A. E. F., & Yamamoto, O. H. (1998). A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. *Estudos de Psicologia*, 3 (1), 147-158.

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. (1997). *Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes: relatório de estudo*. Brasília: Autor.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. (1998). Registros históricos. *Cadernos de Ética em Pesquisa*, 1(1).

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Resolução CFP 010/05. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília. Recuperado de

http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/codigo_etica.pdf.

Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília.

Conselho Federal Psicologia & Conselho Federal de Serviço Social. (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília: Autor.

Conselho Federal de Psicologia & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2007a). *Referências Técnicas para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Brasília: Autor.

Conselho Federal de Psicologia & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2007b). *Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes*. Pesquisa: Prática Profissional dos Psicólogos em Políticas Públicas (Relatório descritivo / março de 2007). Brasília: Autor. Recuperado de http://crepop.pol.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&infoid=150&sid=52.

Conselho Federal de Psicologia & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2010). *Atuação dos Psicólogos no CREAS e outros serviços*

especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS. (Relatório descritivo preliminar de pesquisa/fevereiro de 2010). Brasília: Autor. Recuperado de http://crepop.pol.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1&infoid=1393&sid=52.

Contini, M. L. J. (2003). Psicologia e a construção de políticas públicas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. In: *Psicologia e compromisso social*. Ana Mercês Bahia Bock (Organizadora). São Paulo: Cortez.

Couto, B. R. (2010). O Sistema Único da Assistência Social – Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F (Orgs), *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.

Cruz, J. M. O. (2009). Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia em Foco*, 2, 11-27.

Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F. (2010). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F (Orgs), *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.

Delari, Jr. A. (2009). *Vigotski e a prática do psicólogo: em percurso da Psicologia geral à aplicada*. Umuarama: Mimeo.

Di Giovanni, G. (2009). *As Estruturas Elementares das Políticas Públicas*. Campinas: UNICAMP.

Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Fagundes, S. (n.d.). *Psicologia e Políticas Públicas: experiência em saúde pública*. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Faleiros, V. P. (1998) *Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção*. 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1, 267-271.

Faleiros, E. T. S., & Campos, J. O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Theasaurus.

Faleiros, V. P., & Faleiros, E. T. S. (2008). *Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação.

Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.

Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Bauer, M. W; Gaskell, G. (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso Sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Corte, F. D. Hatzenberger, R., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008) Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia Reflexão e Crítica: São Paulo, 21 (2)*, 338-344.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado P. X. (2005). Abuso Sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em Processos Jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa: São Paulo, 21 (03)*, 341-348.
- Image (2000). *Alceste, version 4.5. Analyse de Données Textuelles*. Toulouse: CNRS.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lara, M. C. (2001). *I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: políticas públicas como um desafio para os psicólogos*. [Relatório] Salvador: CFP.
- Leal, M. L. P. (2006) *As Ongs no enfrentamento da exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescente: pós 1993*. Brasília, DF.

- Leal, M. L. P., & Leal, M. F. P. (2002). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil - PESTRAF*. Rio de Janeiro: Thesaurus.
- Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*; Porto Alegre, 18 (3), 413-420.
- Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações* [online]. 7 (13), 31-44.
- Martinez, A. M. (2003). Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In: *Psicologia e compromisso social*. Bock, A. M. B (Org). São Paulo: Cortez.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (n.d). *Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS: guia de orientação n. 1*. Brasília, DF.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2008). *Revista CREAS. Centro de Referência Especializado de Assistência Social*. Brasília: Autor.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *LOAS Anotada*.
Brasília: Autor.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2010a). *Informativo SUAS*
nº 14. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletim-eletronico/informativo-suas/014>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2010b). *MDS em números*.
Recuperado de
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNVZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA=&def=v>.

(3a ed.). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.

Molon, S. I. (2010). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. 3a ed.
Petrópolis, RJ

Minayo, M. C. de S. (2010). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec.

Oliveira J. C. (2008). *Declaração pede pacto de combate à violência sexual contra criança*. Reportagem da Agência Câmara.

Organização Internacional do Trabalho. (2006). Relatório de Pesquisa sobre as piores formas do trabalho infantil no Brasil: *A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*. Brasil: Autor.

Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2005). A relação médico-paciente diante do abuso sexual infantil. *Femina*, Rio de Janeiro, 33 (10), 737-743.

Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, 15 (2), 153-160.

Paraíba (2010). *Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: Manual Informativo*. João Pessoa, PB.

Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005) Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *J. Pediatria*, 81 (5), 197-204.

Presidência da República. *Lei nº 2848*. Código Penal. Recuperado de http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf.

Raichelis, R. (1998). Os caminhos da publicização. In: Raichelis, R. (1998). *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez.

- Reinert, M. (1990). Alceste: une methologie d'analyse dês donnees textualles et une application. Em A G. Neval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*. Paris, 28, 24-54.
- Ribeiro, A. B. (2010). *O psicólogo na proteção social especial: Atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 20 (2), 456-464.
- Santos, A. M. (2004). Os primórdios de uma disciplina – curso e percurso. In: Vala, J., Monteiro, M. B. (2004). *Psicologia Social*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, B. R., Neumann, M., & Ippolito, R. (2004). Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília, DF.
- Sebold, J. (1987). *Indicadores de Abuso Sexual de Meninos e Adolescentes*. Trad. Edileuza Rocha, Revisado Vicente P. Faleiros. Recuperado de http://www.cecria.org.br/banco/indicadores_de_abuso_sexual_sebold.rtf

- Silva, G. J. E. (2010). Mapa aponta 29 pontos de risco de exploração sexual de crianças e adolescentes na PB. *Jornal O Norte* (Online). Recuperado de <http://www.onorte.com.br/noticia/129204.html>.
- Silva, M. V. O. (2001). *I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: políticas públicas como um desafio para os psicólogos*. [Relatório] Salvador: CFP.
- Squizatto, A., & Pereira, W. R. (2004). *Caracterização das vítimas de violência sexual a partir da análise dos registros feitos pela coordenadoria geral de medicina legal de Cuiabá –MT no ano de 2004*.
- Soares, C. C. (2005). Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação do Alceste em contextos discursivos distintos. In: Moreira, A. S. P. (org) (2005). *Perspectivas Teórico-metodológicas em Representações Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Revista Sociologias*. 16 (8), 20-48.
- Van der Veer, R & Valsiner, J. (1999). Teoria histórico-cultural. In R. Van der Veer & J. Valsiner, *Vygotsky – uma síntese* (C. C. Bartalotti, trad.) (pp. 207-265). São Paulo: Loyola.

Vigotski, L. S. (2004). A consciência como problema do comportamento. In: Vigotski, L.S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (pp. 55-85). (Original publicado em 1925).

Vigotski, L.S. (2004). Os métodos de investigação reflexológicos e psicológicos. In: Vigotski, L.S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (pp. 4 – 53). (Original publicado em 1926).

Vigotski, L.S. (2004). O significado histórico da crise da Psicologia: Uma investigação metodológica. In: Vigotski, L.S. (2004). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (pp. 203 – 417). (Original publicado em 1927).

Vygotsky, L.S. (2000). Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71, p. 21-44. (Original publicado em 1929).

Vygotsky, L.V. (2011). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934).

Vigotski, L.S. (2008). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934).

Vygotsky, L.V. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: Bock, A. M. M. (Org.) *Psicologia e o Compromisso Social*. (pp. 37 – 54). São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (1), 9-24.

Zimmerman, C., Kiss, L., Hossain, M. & Watts, C. (2009). Trafficking in persons: a health concern? *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (4), 1029-103.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO
DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - NUPEDIA

TÍTULO DA PESQUISA: Atuação do Psicólogo nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) no enfrentamento da violência sexual.

Objetivo Geral: Analisar como se dá a atuação do profissional de psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais do Estado da Paraíba.

Objetivos Específicos: Identificar os dados biosóciodemográficos de profissionais de Psicologia que atuam nos CREAS regionais, no Estado da Paraíba; Caracterizar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos CREAS regionais; Identificar, a partir dos profissionais de Psicologia, os procedimentos desenvolvidos na atenção psicossocial, voltados para a proteção, restabelecimento dos direitos e reparação da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar, a partir dos profissionais, as ferramentas disponibilizadas pelo suporte organizacional dos CREAS para o desempenho das atividades do psicólogo, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar a percepção do profissional de Psicologia sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; Identificar os

processos de subjetivação de que fazem uso os profissionais de Psicologia, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ aceito por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada **Atuação do profissional de Psicologia nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social**, desde que isso não implique em prejuízo de nenhuma forma. Declaro ainda que tenho conhecimento das informações acima.

Autorizo o uso dos dados somente para fins do presente estudo e que se guarde sempre sigilo absoluto sobre a sua pessoa. Declaro que me foi explicado os detalhes referentes a essa pesquisa e que as informações fornecidas ajudarão no melhor conhecimento do assunto em estudo. Sei que a minha participação consiste apenas em responder algumas perguntas e que posso negar a qualquer momento a participar deste estudo, como também posso retirar-me no momento que desejar, sem que com isso, nem eu nem minha família venhamos a sofrer qualquer tipo de represália.

A participação é inteiramente voluntária e não receberei qualquer quantia em dinheiro ou em outra espécie. Também me foi informado que em caso de esclarecimentos ou dúvidas posso procurar informações com a senhora **Mayara Limeira Freire**, mestranda do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social da UFPB: contato: (9108-3937 e 32430059); **Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley** – Contato: (83) 3216-7302.

Assinatura: _____ Pesquisador _____

Testemunhas: _____

LOCAL: _____ DATA: _____

Pesquisadora Responsável _____

Assinatura responsável: _____

APÊNDICE B: Instrumento – Roteiro de Entrevista

Pesquisa: “Atuação do profissional de Psicologia nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social”

Pesquisadora: Mayara Limeira Freire

Coordenadora: Prof^ª Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I Dados Sócio Demográficos:

- Idade:
- Sexo:
- Etnia
- Pós-graduação:
- Tempo de formação em psicologia:
- Salário:
- Tempo de trabalho no CREAS:

II Entrevista:

- Em que área da Psicologia você fez formação?
- Que abordagem teórica você fez?
- Que formação você teve para trabalhar com criança e adolescente?
- Que formação você teve para trabalhar com violência?
- Por que você veio trabalhar como psicólogo no CREAS?
- Como você atende crianças em casos de violência sexual?
- Como você atende adolescentes em casos de violência sexual?

- Quais procedimentos você desenvolve nos casos de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes?
- Quais procedimentos você desenvolve nos casos de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes?
- Na sua atuação como psicólogo, diante dos casos de abuso e exploração sexual o que é determinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para você realizar?
- E quanto ao suporte organizacional (a infraestrutura) disponibilizado pelo CREAS, como funciona?
- Como você efetiva a proteção à crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, na sua atuação?
- Como você efetiva a garantia de direitos à crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, na sua atuação?
- O que você acha que poderia melhorar no CREAS que favorecesse a sua atuação no enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes?
- Em seus atendimentos como você lida com o enfrentamento da violência sexual?
- Como você percebe a contribuição do seu trabalho como psicólogo no enfrentamento dessas questões?

APÊNDICE C: Descrição das linhas de comando

Nome da variável	Definição da variável	Especificação dos itens
*suj_	Número aleatório atribuído ao participante	Variou de 1 a 11
*idade_	Idade do participante	Idade_1 = 25 a 35 Idade_2 = 36 a 46 Idade_3 = 47 a 57 Idade_4 = Mais de 57 anos
*sex_	Sexo do participante	sexo_1 = F ; sexo_2 = masculino
*etnia_	Etnia segundo a auto-categorização dos participantes	etnia_1 = branca; etnia_2 = morena etnia_3 = parda; etnia_4 = negra, etnia_5 = mestiça
*pgrad_	Pós-graduação	pgrad_1 = sim; pgrad_2 = não
*tform_	Tempo de formação em Psicologia	tform_1 = 1-5, tform_2 = 6-10, tform_3 = 11-15, tform_4 = mais de 15 anos
*tcreas_	Tempo de trabalho no CREAS	tcreas_1 = 1 a 3 anos tcreas_2 = 4 a 6 anos
*forma_	Formação acadêmica	forma_1 = clínica ; forma_2 = organizacional
*abor_	Abordagem	abor_1 =psicanálise; abor_2 = humanística; abor_3=cognitivo comportamental; abor_4 = logoterapia; abor_5 = bioenergética
*mesoreg_	Descrição dos CREAS regionais por mesorregiões	mesoreg_1 = sertão mesoreg_2 = Agreste mesoreg_3 = Mata
*formca_	Formação para trabalhar com crianças e adolescentes	formca_1 = universidade; formca_2 = prática
*formvil_	Formação para trabalhar com violência	formvil_1 = Universidade; formvil_2 = prática
*conhecreas_	Conhecimento do CREAS antes de trabalhar no serviço	conhecreas_1 = sim; conhecreas_2 = não
*localform_	Onde se formou	localform_1 = pública; localform_2= particular
*pqtrabcreas_	Escolha para trabalhar no CREAS	pqtrabcreas_1 = interesse pela área social ; pqtrabcreas_2 = convite político ; pqtrabcreas_3 = falta de opção

Quadro 2 - Descrição das variáveis das linhas de comando dos profissionais de psicologia do CREAS

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
 HUMANOS - CEP**

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - CEP/HULW, da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada no dia 14/12/2010, após análise do parecer do relator, resolveu considerar APROVADO o projeto de pesquisa intitulado ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL. Protocolo CEP/HULW nº. 750/10, Folha de Rosto nº 389522, CAAE Nº 6444.0.000.126-10, da pesquisadora *MAYARA LIMEIRA FREIRE*.

Ao final da pesquisa, solicitamos enviar ao CEP/HULW, uma cópia desta certidão e da pesquisa, em CD, para emissão da certidão para publicação científica.

João Pessoa, 14 de dezembro de 2010.

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
 Coordenadora do Comitê de Ética
 em Pesquisa - CEP/HULW
Profª Drª Iaponira Cortez Costa de Oliveira
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

TERMO DE ANUÊNCIA

Declara ter conhecimento dos objetivos da Pesquisa denominada ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL, desenvolvida pela pesquisadora Mayara Limeira Freire, sob a coordenação da Prof. Dr^a. Maria de Fátima Pereira Alberto, coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência, da Universidade Federal da Paraíba.

A Secretaria de Desenvolvimento Humano e a Coordenação Estadual do Centro de Referência Especializado em Assistência Social estão de acordo com a realização da mesma nos municípios Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Caldas Brandão, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Ibiara, Itaporanga, Lagoa Seca, Lucena, Piancó, Prata, Salgado de São Félix, Santa Luzia, Santa Terezinha, Sapé, Souza e Uiraúna. Portanto autorizam-na desenvolver a referida pesquisa sem impedimentos.

João Pessoa, de novembro de 2010.



Giucélia Araújo de Figueiredo
Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano